



UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO/MESTRADO EM DESENVOLVIMENTO
REGIONAL

FRANQUILÉIA LIMA BEZERRA

**A CONTRIBUIÇÃO DO MICROCRÉDITO CONCEDIDO PELA AGÊNCIA DE
FOMENTO DO AMAPÁ NA PROMOÇÃO DO DESENVOLVIMENTO LOCAL**

MACAPÁ
2018

FRANQUILÉIA LIMA BEZERRA

**A CONTRIBUIÇÃO DO MICROCRÉDITO CONCEDIDO PELA AGÊNCIA DE
FOMENTO DO AMAPÁ NA PROMOÇÃO DO DESENVOLVIMENTO LOCAL**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação Mestrado em Desenvolvimento Regional (PPG-MDR) da Universidade Federal do Amapá, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento Regional.

Orientador: Prof. Dr. Antônio Sérgio Monteiro Filocreão

MACAPÁ
2018

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Biblioteca Central da Universidade Federal do Amapá
Elaborado por Mara Patrícia Corrêa Garcia CRB-2/1248

332.3

B574c Bezerra, Franquiléia Lima

A contribuição do microcrédito concedido pela Agência de Fomento do Amapá na promoção do desenvolvimento local / Franquiléia Lima Bezerra ; orientador, Antônio Sérgio Monteiro Filocreão. – Macapá, 2018.

108 f.

Dissertação (Mestrado) – Fundação Universidade Federal do Amapá, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional.

FRANQUILÉIA LIMA BEZERRA

A CONTRIBUIÇÃO DO MICROCRÉDITO CONCEDIDO PELA AGÊNCIA DE FOMENTO DO AMAPÁ NA PROMOÇÃO DO DESENVOLVIMENTO LOCAL

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação Mestrado em Desenvolvimento Regional (PPG-MDR) da Universidade Federal do Amapá, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento Regional.

Orientador: Prof. Dr. Antônio Sérgio Monteiro Filocreão

Banca examinadora:

Prof. Dr. Antônio Sérgio Monteiro Filocreão (Orientador)
Universidade Federal do Amapá – PPGMDR/UNIFAP

Prof. Dr. José Francisco de Carvalho (Membro Interno)
Universidade Federal do Amapá – PPGMDR/UNIFAP

Dr. Joselito Santos Abrantes -Suplente – (Membro Externo)
Agência de Desenvolvimento Econômico do Amapá - ADAP

Prof. Dr. José Alberto Tostes - Suplente (Membro Interno)
Universidade Federal do Amapá – PPGMDR/UNIFAP

Prof. Dr. Adalberto Carvalho Ribeiro - (Membro Externo)
Universidade Federal do Amapá Curso de Pedagogia

Apresentado em: ____/____/____

Conceito:_____

MACAPÁ
2018

A Deus, por tudo.
Nada teria sido alcançado sem vossa
força e proteção diante da superação dos mais diversos obstáculos.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus que se fez presente na face de todos aqueles que tornaram possível essa realização. Particularmente, agradeço aos meus professores que demonstraram tamanha dedicação nas aulas a ponto de que eu me apaixonasse pelo estudo do desenvolvimento local.

Agradeço ao meu orientador Antônio Sergio Filocreão que me ajudou imensamente nesse trabalho. Toda dedicação, disponibilidade e cuidado cedidos a mim foram responsáveis pela conclusão dessa jornada. Faço um agradecimento especial ao professor Raullyan Borja pela tempo dedicado as considerações para melhoria do trabalho final, pois o reconhecimento de sua dedicação aumenta a admiração que tenho por esse educador, bem como fortalece o laço de amizade que criamos.

Ao meu amado marido Michell, sou muito grata por todo seu amor, ternura e compreensão nesse período que exigiu tanto de mim. Sua paciência e companheirismo foram fundamentais para que eu desse esse passo a mais na minha jornada acadêmica que apenas se inicia.

Para minha nobríssima amiga Simone Dias Ferreira, reconheço toda a ajuda prestada nesse caminho. Agradeço a você pela afeição e por sempre ter se doado com tamanha intensidade a mim. Ao meu filho Heitor, de quem veio o meu maior estímulo, obrigada por todo incentivo e paciência, alguém que em todo momento, e sem hesitar, dedico minha formação pessoal e profissional.

A minha família, meu exemplo de genialidade e persistência, agradeço por todos os cuidados que foram oferecidos a mim ao longo de minha vida. Vocês são a base familiar que sustenta minha persistência e dedicação aos estudos.

Agradeço a minha grande mãe Antônia Clara, de quem sempre imitei a dedicação apaixonada ao trabalho e força para alcançar seus objetivos. Agradeço também ao amigo de longa data Mac Donald ex diretor financeiro da AFAP, onde reconheço todo apoio e disponibilidade para explicações e tirar dúvidas ao longo desta jornada.

Reconheço todo apoio que recebi da ex aluna Aline Raposo e ainda dos meus amigos do mestrado, em particular, a minha brilhante amiga Simone já mencionada, cujo otimismo e amizade marcaram profundamente este período. Certamente esse é um dos grandes tesouros que levarei desta jornada. Por fim, e não menos importante agradeço mais uma vez a Deus, que me honrou com saúde, dedicação e otimismo para seguir firme no propósito desta construção.

RESUMO

O crescente desemprego é a principal causa do empreendedorismo por necessidade, prerrogativa que dá protagonismo para o microcrédito ao torná-lo uma fonte alternativa de recursos aos pequenos empreendedores formais ou informais que desejam iniciar uma atividade ou ampliar, melhorar e até mesmo recuperar uma já existente. Diante desse contexto o objetivo da pesquisa se constitui em analisar a contribuição do microcrédito concedido pela Agência de Fomento do Amapá-AFAP por meio da linha de crédito Amasol Solidário - AMASOI. Para o desenvolvimento do estudo foi adotado o método descritivo e abordagem quantitativa, bem como foi considerado como marco temporal o período de 2015 para análises entre os investimentos em termos de créditos concedidos pela AFAP e sua relação com a promoção do fomento ao desenvolvimento local, simultaneamente fez-se um estudo bibliográfico para embasar a discussão a respeito do atual retrato da oferta de microcrédito junto a Agência de Fomento do Amapá- AFAP. Os resultados evidenciam que o microcrédito ofertado pela AFAP no Amapá tem contribuído de forma positiva para o fomento do desenvolvimento local com a injeção de recursos aos empreendedores informais, característica da linha analisada, neste sentido a linha de crédito Amapá Solidário – AMASOL que obteve aproximadamente 9 mil operações no período de 2000 a 2016, gerando um volume de recursos aplicados da ordem de 2.350.911,028.00(dois milhões trezentos e cinquenta mil, novecentos e onze reais e vinte oito centavos). Seu protagonismo pode ser justificado por suas taxas de juros que vão de 0,5% ao mês podendo chegar ao máximo até 2,5% ao mês, taxas bem inferiores se comparada à evolução das taxas dos outros bancos públicos e privados do sistema de crédito tradicional como Caixa Econômica Federal e Banco do Brasil. Logo, a oferta de microcrédito da AFAP além de ser diferenciada em termos de concessão possibilita que indivíduos que desenvolvem atividades informais possam através do microcrédito empreender não mais por necessidade, mas sim por oportunidade caracterizando o protagonismo nas suas escolhas bem como alcançando benefícios que refletem na melhoria dos indicadores de qualidade de vida, fato que vem a ser a essência do desenvolvimento local.

Palavras-chave: Financiamento. Informalidade. Amapá.

ABSTRACT

Growing unemployment is the main cause of entrepreneurship by necessity, a prerogative that gives prominence to microcredit by making it an alternative source of resources for small formal or informal entrepreneurs who wish to start an activity or expand, improve and even recover an existing one. Given this context, the objective of the research is to analyze the contribution of microcredit granted by the Amapá Development Agency - AFAP through the Amasol Solidário credit line - AMASOL. For the development of the study, the descriptive method and quantitative approach was adopted, as well as the time frame for the period of 2015 for analyzes between the investments in terms of credits granted by AFAP and their relationship with the promotion of local development, simultaneously became a bibliographic study to support the discussion of the current picture of the microcredit supply along the Amapá Development Agency - AFAP. The results show that the microcredit offered by AFAP in Amapá has contributed positively to the promotion of local development by injecting resources to informal entrepreneurs, a characteristic of the analyzed line, in this sense the Amapá Solidário credit line - AMASOL, which obtained approximately 9 thousand operations from 2000 to 2016, generating a volume of applied resources of about 2.350.911,028.00 (two million, three hundred and fifty thousand, nine hundred and eleven reais and twenty eight cents). The results show that the microcredit offered by AFAP in Amapá has contributed positively to the promotion of local development by injecting resources to informal entrepreneurs, a characteristic of the analyzed line, in this sense the Amapá Solidário credit line - AMASOL, which obtained approximately 9 thousand operations from 2000 to 2016, generating a volume of applied resources of about 2.350.911,028.00 (two million, three hundred and fifty thousand, nine hundred and eleven reais and twenty eight cents). Its role can be justified by their interest rates ranging from 0.5% per month may reach the maximum up to 2.5% per month, much lower rates compared to the evolution of the rates of other public and private banks in the credit system as Caixa Econômica Federal and Banco do Brasil. Therefore, the AFAP of microcredit supply in addition to being differentiated in terms of concession, enables individuals who develop informal activities through micro-credit can take no more of necessity, but rather by opportunity characterizing the protagonism in their choices as well as achieving benefits that reflect in the improvement of indicators of quality of life, fact that comes to be the essence of local development.

Keywords: Financing. Informality. Amapá..

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 -	Participação percentual no PIB do Estado do Amapá dos 5 maiores municípios de 2010 a 2013.....	25
Gráfico 2 -	População total de Macapá por gênero, rural/urbano 2010.....	26
Gráfico 3	Medição do Desenvolvimento Humano Municipal 2010.....	27
Gráfico 4 -	Índice de Desenvolvimento Humano dos municípios do Amapá 2010.....	28
Gráfico 5 -	Valor (%) do PIB gerado pelo setor informal de 2003 a 2015.....	45
Gráfico 6 -	Valor (em milhões de reais) gerado pela economia informal de 2003 a 2015.....	46
Gráfico 7 -	Volume (R\$) créditos concedidos pela AFAP no período de 2004 a 2016.....	63
Gráfico 8 -	Número de Operações realizadas pela AFAP no período entre 2000 a 2016.....	64
Gráfico 9 -	Crédito concedido pela AFAP no período de 2000 a 2016.....	66
Gráfico 10 -	Escolaridade dos entrevistados 2017.....	68
Gráfico 11 -	Renda total da família incluindo a renda de todos os membros da família 2017.....	69
Gráfico 12 -	Faixa etária dos filhos que são dependentes financeiramente 2017.....	70
Gráfico 13 -	Atividade fonte de renda da família 2017.....	70
Gráfico 14 -	Recebe algum auxílio (BOLSA) do governo?.....	71
Gráfico 15 -	Equipamentos que possui no domicílio 2017.....	73
Gráfico 16 -	Setor econômico no qual atua o tomador de crédito da linha AMASOL 2017.....	75
Gráfico 17 -	Trabalha de forma legalizada?.....	76
Gráfico 18 -	Melhoria Social e Econômica Após Obtenção do Microcrédito 2016.....	81
Gráfico 19 -	Comparando com a situação antes do acesso ao microcrédito, qual foi à evolução da sua renda mensal própria?.....	84
Gráfico 20 -	Comparando com a situação antes do acesso ao microcrédito, qual foi à evolução da sua renda mensal familiar?.....	85

Gráfico 21 - Comparando com a situação antes do acesso ao microcrédito, qual foi à evolução da sua renda mensal em termos totais?.....	85
Gráfico 22 - O valor foi suficiente para atender as demandas do negócio?.....	86
Gráfico 23 - Faria renovação do crédito concedido pela AFAP 2017?.....	87
Gráfico 24 - As condições do crédito ofertado pela AFAP foram boas 2017?.....	87
Gráfico 25 - Além da AFAP procurou outras instituições para ter acesso ao microcrédito 2017?.....	88
Gráfico 26 - Se sim, qual instituição 2017?.....	89
Gráfico 27 - Conseguiu o crédito, nessas instituições em 2017?.....	89
Gráfico 28 - Em sua opinião, o acesso ao microcrédito contribui para o desenvolvimento social e econômico da sua família?.....	90
Gráfico 29 - Em sua opinião, o sucesso do seu negócio é importante para o desenvolvimento da cidade de Macapá?.....	91

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Características da informalidade 2007.....	37
Quadro 2 - Experiências brasileiras de microcrédito no Brasil 1989 A 1998.....	49
Quadro 3 - Linhas de crédito concedido pela AFAP- Recurso Próprio 2017.....	61
Quadro 4 - Instituições Bancárias que ofertam microcrédito no Amapá 2017.....	62
Quadro 5 - Características da linha de crédito AMASOL 2017.....	65
Quadro 6 - Se sim, quais?.....	79
Quadro 7 - Se sim ou não, explique o por quê?.....	90
Quadro 8 - Explique com suas palavras o por quê?.....	91

LISTA DE ESQUEMAS

Esquema 1 -	Vocação do Amapá para o comércio exterior 2015.....	23
Esquema 2 -	Potencialidades e oportunidades econômicas identificadas no Estado do Amapá 2015.....	24

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 -	Definição do número amostral por bairro e tomadores de crédito do ano de 2015.....	20
Tabela 2 -	Taxa de Analfabetismo em Macapá e indicadores da educação do município 2010.....	26
Tabela 3 -	Dados de natalidade e mortalidade do município de Macapá 2010.....	27
Tabela 4 -	Dados comparativos do IDHM Brasil, Amapá e Macapá 2010.....	27
Tabela 5 -	Pobreza e desigualdade dados do ano de 2003.....	28
Tabela 6 -	Número de empresas por municípios no Amapá 2010 a 2013.....	29
Tabela 7 -	Perfil geral dos entrevistados 2017.....	67
Tabela 8 -	Informações gerais da família 2017.....	69
Tabela 9 -	Característica da casa 2017.....	72
Tabela 10 -	Atividade desempenhada pelos tomadores de crédito da linha AMASOL.....	74
Tabela 11 -	Informações gerais a respeito do empreendimento 2017.....	75
Tabela 12 -	Localização dos fornecedores 2017.....	76
Tabela 13 -	Indique o grau de importância da renda gerada na sua atividade 2017.....	77
Tabela 14 -	Quais as vantagens de se criar ou fundar uma empresa?.....	77
Tabela 15 -	Principais dificuldades enfrentadas na atividade.....	77
Tabela 16 -	Adquiriu algum bem após ter acessado microcrédito?.....	79
Tabela 17 -	Os impactos socioeconômicos ocorridos na vida dos tomadores pela obtenção do Microcrédito na linha AMASOL 2017.....	79
Tabela 18 -	Principais dificuldades enfrentadas para acessar o Microcrédito na linha AMASOL 2017.....	82
Tabela 19 -	Grau de importância dos motivos que lhe levaram a buscar o microcrédito 2017.....	83
Tabela 20 -	Qual foi o valor do crédito concedido pela AFAP em 2015?.....	86
Tabela 21 -	Se não foi suficiente, qual valor seria?.....	86

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AFAP	Agência de Fomento do Amapá
AMASOL	Amapá Solidário
FRAP	Fundo de Desenvolvimento Rural do Amapá
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
IDHM	Índice de Desenvolvimento Humano Municipal
OIT	Organização Internacional do Trabalho
PNDR	Política Nacional de Desenvolvimento Regional
SEBRAE	Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	15
2	ASPECTOS DO DESENVOLVIMENTO DA PESQUISA.....	19
2.1	População e Amostra.....	19
2.2	Técnicas e análises dos dados.....	21
3	CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO.....	21
3.1	Características econômicas.....	23
3.2	Indicadores sociais.....	26
3.3	Atividades empreendedoras na cidade de Macapá.....	29
4	CONTEXTUALIZAÇÃO DO DESENVOLVIMENTO LOCAL E ECONOMIA INFORMAL.....	31
4.1	Conceito de desenvolvimento local.....	32
4.2	Economia informal contexto e definições.....	37
4.2.1	Contextualização da economia informal.....	42
5	DIFERENÇAS ENTRE MICROFINANÇAS E MICROCRÉDITO.....	47
5.1	Microcrédito.....	51
5.2.1	Contexto histórico do microcrédito.....	55
6	A AGÊNCIA DE FOMENTO DO AMAPÁ E A OFERTA DE MICROCRÉDITO NA LINHA AFAP, 2016 AMAPÁ SOLIDÁRIO – AMASOL.....	58
6.1	A oferta de microcrédito na linha amapá solidário – amasol.....	64
7	OS IMPACTOS DO MICROCRÉDITO NO DESENVOLVIMENTO DO EMPREENDEDOR INFORMAL DA CIDADE DE MACAPÁ.....	67
7.1	Dados da atividade.....	73
7.2	O contributo do microcrédito.....	78
8	CONCLUSÃO.....	93
	REFERÊNCIAS.....	96
	APÊNDICE A – INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS DA PESQUISA.....	103
	APÊNDICE B – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO.....	107

1 INTRODUÇÃO

O desemprego tem sido a principal causa do empreendedorismo involuntário, um dos caminhos para a subsistência de uma família, que nunca ingressou nesta jornada, almeja algo melhor, e, na maioria dos casos, está desempregada. Nesse contexto, o microcrédito desponta como fonte alternativa de recursos aos pequenos empreendedores formais ou informais. Além de ser uma ferramenta auxiliar no combate à pobreza e à exclusão social, é um instrumento de transformação social e econômica que se disseminou pelo mundo justamente por incentivar o acesso ao crédito para pessoas menos favorecidas.

No entanto, mesmo com cenário de demanda crescente da necessidade de acesso às linhas de créditos específicas para indivíduos que possuem negócios pequenos ou que iniciam uma atividade de modo informal, as políticas macroeconômicas ainda são incipientes para atender tal demanda, um verdadeiro despreparo quando se considera a importância da dimensão local na formulação de políticas para o desenvolvimento.

A ideia de desenvolvimento trabalhada neste estudo não se limitou ao crescimento econômico ou melhoria de renda, mas alcançou também a proposição dos preceitos do desenvolvimento local com ascensão econômica, melhor distribuição da renda e dos demais benefícios gerados pela evolução da economia local, a exemplo, o restabelecimento dos indicadores de qualidade de vida da população, no que diz respeito ao acesso ao atendimento de necessidades básicas, tais como, comida, saúde e educação, tanto do tomador de crédito quanto de sua família.

Ademais, o conceito de microcrédito adotado nesta pesquisa depreende-se do entendimento de Barone, Dantas e Rezende (2002) que descrevem o microcrédito como sendo a concessão de empréstimos de baixo valor a pequenos empreendedores informais e microempresas sem acesso ao sistema financeiro tradicional, principalmente por não terem como oferecer garantias reais. É um crédito destinado à produção de capital de giro e investimento, concedido com o uso de metodologia específica.

Toca-se, portanto, no ponto de convergência que liga desenvolvimento com o microcrédito como uma ferramenta impulsionadora de tal ação. Assim, todo enredo para a construção da dialética dessa proposta de pesquisa visa percorrer uma trajetória que busca o esclarecimento dos fatos que comprovam a existência desse elo evidenciando a contribuição do microcrédito para o desenvolvimento local.

A pesquisa foi desenvolvida com os tomadores de crédito da Agência de Fomento do Amapá (AFAP) Agência de Fomento do Amapá, uma empresa pública criada em 23 de

dezembro de 1998, pelo Decreto nº. 3213 na forma de Sociedade Anônima, Unipessoal de Capital Fechado, com a finalidade de apoiar financeiramente o micro e o pequeno empreendedor, do campo e da cidade, formal ou informal, que visa estimular a política de geração de emprego e renda para a sociedade amapaense, conforme evidenciado pela pesquisa pioneira de Ribeiro (2009), ainda no início da operacionalização da política pública, e posteriormente por Costa (2016).

A agência visa o fortalecimento de iniciativas empreendedoras. No mês de abril de 2017, a agência completou 17 anos de atuação no estado, o que reforça a necessidade de compreender as transformações ocorridas depois de mais de uma década de operacionalização de crédito.

É importante ressaltar que, a partir do segundo semestre de 2011, a AFAP passou a adotar uma postura mais ousada na oferta do crédito, chegando a ficar com a quase totalidade de seus recursos (próprios e de fundos) investidos no mercado. Tais esforços resultam em uma carteira de clientes que atualmente ultrapassa a casa dos sete mil, diluídos em 12 linhas de crédito, a maioria delas criada entre 2011 a 2014 (SEBRAE, 2014).

Da mesma forma, pretendeu-se nesta pesquisa identificar a contribuição do microcrédito concedido pela AFAP para o fomento do desenvolvimento local, além de compreender o ambiente econômico marcado pela informalidade.

Desse modo, a presente pesquisa teve como problemática, verificar os seguintes questionamentos: De que forma o microcrédito ofertado pela AFAP por meio da linha Amapá Solidária (AMASOL) Amapá Solidário na cidade de Macapá no ano de 2015 contribuiu para o desenvolvimento local? E ainda, como o microcrédito pode se tornar um instrumento de desenvolvimento mesmo dentro de uma economia que é informal?

Para responder a estes questionamentos foram estudadas as categorias: desenvolvimento local, economia informal, microfinanças e microcrédito, sendo estes fatores importantes para compreender o que vem ocorrendo com a oferta do microcrédito em Macapá e sua relação com o desenvolvimento local.

A hipótese testada por este estudo afirma que a oferta de microcrédito pela AFAP contribui para efetividade do desenvolvimento local quando gera benefícios que causam significativa melhoria dos indicadores econômicos e sociais aos tomadores de crédito da linha AMASOL, onde o fator desemprego contribui para o desenvolvimento de um ambiente marcado pela informalidade por meio do empreendedorismo por necessidade.

tornando-os verdadeiros protagonistas na transformação de sua própria realidade.

Seguindo essa sequência, o objetivo geral do trabalho é analisar a contribuição do microcrédito concedido pela AFAP por meio da linha de crédito AMASOL no ano de 2015 para o fomento do desenvolvimento local da cidade de Macapá.

Os objetivos específicos conduziram a pesquisa a desenvolver uma análise do conceito de Microcrédito fazendo uma correlação entre os aspectos teóricos e os parâmetros relevantes para o desenvolvimento local; verificar quais os impactos ocorridos na condição socioeconômica dos indivíduos que tiveram acesso à linha de crédito AMASOL em 2015 na cidade de Macapá; identificar as principais dificuldades enfrentadas para acesso ao microcrédito em se tratando de atividades informais, assim como analisar aspectos relacionados à gestão da AFAP e sua evolução no que diz respeito à oferta de microcrédito.

Optou-se pela delimitação temporal no ano de 2015, levando em consideração que já tiveram alguns estudos em Macapá voltados para esta temática, tal como; “Os Bancos do Povo” como alternativa de desenvolvimento local, conforme evidenciado pela pesquisa pioneira de Ribeiro (2009), ainda no início da política pública voltada para utilização do microcrédito como instrumento para o fomento do desenvolvimento.

Além de “O Microcrédito como fomento para o desenvolvimento do empreendedorismo no estado do Amapá: estudo de caso da Agência de Fomento do Amapá” de Costa (2016) que estudou o recorte temporal compreendido de 2011 a 2014, janelas esta que foi marcante para o desenvolvimento da política pública de expansão do microcrédito quanto ao número de linhas de crédito e de clientes.

O tipo de pesquisa adotada no estudo foi descritivo com abordagem quantitativa tendo por objeto de estudo – o microcrédito. Ainda fez-se uso da pesquisa em campo, pesquisa documental e bibliográfica. O instrumento de coleta de dados adotado foi um formulário semi-estruturado com perguntas abertas e fechadas. Importante destacar, que se contou também com um vasto material com informações relevantes e oficiais, conseqüente dos relatórios de gestão da AFAP, assim como outros estudos já realizados acerca do objeto desta pesquisa.

O público alvo deste estudo foram os tomadores de crédito da AFAP. Contou-se com acesso a dados atualizados e informações oficiais. Realizou-se visitas em campo com intuito de aplicar o formulário, observar e manter diálogo informal com os tomadores de crédito.

Após a sistematização, análise e organização das informações geradas neste estudo o seu conteúdo foi disposto em três Seções, além da Introdução, Considerações Finais, Referências e Apêndice.

Na Seção I, é feita a caracterização da área de estudo apresentando suas especificidades e também os aspectos do desenvolvimento da pesquisa

Sequencialmente na Seção II, é apresentada a contextualização sobre o desenvolvimento local e economia informal

A Seção III dispõe a discussão a respeito da diferença entre microfinanças e o microcrédito, ainda, é feita uma contextualização histórica do microcrédito.

Na Seção IV, se faz uma explanação sobre a AFAP e seu protagonismo, como operadora de microcrédito no Amapá, com ênfase para o setor informal por meio da linha AMASOL.

Por fim, na Seção V, são apresentados os resultados da investigação realizada neste estudo com a análise dos impactos do microcrédito no desenvolvimento do empreendedor informal na cidade de Macapá.

2 ASPECTOS DO DESENVOLVIMENTO DA PESQUISA

Com base nos objetivos do estudo foi executada a pesquisa descritiva. Esta caracteriza-se pelo estabelecimento de relações entre as variáveis de determinada população ou fenômeno, fazendo uso de técnicas padronizadas de coletas de dados. Algumas pesquisas descritivas vão além da simples identificação da existência de relações entre as variáveis, se configura ainda, em uma tipologia de pesquisa que geralmente assume forma de levantamento de dados (GIL, 2006; 2008).

O levantamento ocorre mediante a análise quantitativa na qual se obtém as conclusões correspondentes aos dados coletados (GIL, 2006). Nesse sentido, a pesquisa descritiva e o levantamento de dados foram suficientes para obtenção das informações necessárias para atingir o objetivo proposto na pesquisa.

Em relação á natureza do problema foi adotada no estudo a pesquisa quantitativa. Segundo Perdigão, Herlinger e White (2011 p.109) essa tipologia de pesquisa “visa resolver um problema teórico ou prático, de ordem numérica, a partir do qual se formula uma hipótese e se define um plano de pesquisa que possibilite testar a hipótese e tirar conclusões”. Para Prodanov e Freitas (2013) a pesquisa quantitativa faz uso de recursos e técnicas estatísticas, com isso classifica e analisa as opiniões e informações por meio de números.

Varios tipos de pesquisa empregam esse tipo de abordagem, aliás, a descritiva é uma delas, sobretudo pela busca da relação de causa e efeito entre os fenômenos estudados. A pesquisa quatitativa é essencial em levantamentos de dados, conforme foi feito na realização deste estudo

2.1 População e Amostra

É muito importante em uma pesquisa a determinação do tamanho da amostra, pois este é um aspecto que se não tratado com cuidado pode implicar na inviabilidade da pesquisa ou no aumento da complexidade de sua execução.

Lakatos e Marconi (2010) explicam que não é possível em um estudo fazer a análise de toda a população de interesse, pois geralmente o pesquisador utiliza um pequeno grupo que é denominado de amostra e é preciso que essa amostra seja representativa da população com isso é necessário que possuam as mesmas características da população no que diz respeito ao fenômeno que será pesquisado.

Para delimitar o universo amostral da pesquisa foram pré selecionados apenas os tomadores de crédito do ano de 2015, da Linha de Crédito AMASOL, do município de Macapá, totalizando inicialmente 563 tomadores. Este marco temporal se justifica uma vez que já existem trabalhos com análises voltadas para o início da política pública, assim como uma recente análise dos quatro anos anteriores a 2015. Ainda, devido à complexidade de execução da pesquisa, tanto em termos logísticos quanto temporal e financeiros, fatores que poderiam comprometer a viabilidade do trabalho, optou-se por adotar alguns critérios de inclusão e exclusão do universo de 563.

Excluíram-se todos os bairros que tinham somente até 5 tomadores no cadastro, de modo a evitar custos na tentativa de entrevistar um número muito reduzido de indivíduos. Além de considerar aspecto de homogeneidade dos resultados, já que outros bairros com número de tomadores muito maior poderia obter resultados mais significativos estatisticamente.

Incluiu-se apenas os tomadores do cadastro que haviam emprestado valores a partir de R\$ 3.000,00, por considerar que esse é um valor que ao ser aplicado pode gerar um impacto real no negócio.

Aplicados os critérios de exclusão e inclusão, a amostra foi reduzida para 281 tomadores. No entanto, para garantir a heterogeneidade da amostra, optou-se por aplicar um percentual de 30% do total de 281 e organizá-los por três unidades de gestão Norte, Centro e Sudoeste da cidade de Macapá, divisão elaborada pelo Plano Diretor Municipal de Macapá de 2004, como mostra a Tabela 1, chegando ao número final de 84 formulários aplicados.

Tabela 1 – Definição do número amostral por bairro e tomadores de crédito do ano de 2015.

UNIDADE	BAIRROS	TOTAL DE TOMADORES	30% DOS TOMADORES	MÉDIA POR BAIRRO
NORTE	Renascer I e II, Infraero I e II, São Lázaro, Novo Horizonte, Jardim Felicidade I e II, Brasil Novo, Morada das Palmeiras. (10 bairros)	84	25	3 a 4 formulários aplicados
CENTRO	Beiril, Buritizal, Central, Laguinho, Perpétuo Socorro, Cidade Nova, Pacoval, Jesus de Nazaré. (11 bairros)	126	38	4 a 5 formulários aplicados
SUDOESTE	Muca, Congós, Jardim Marco Zero, Novo Buritizal, Araxá, Universidade, Marabaixo (08 bairros)	71	21	3 formulários aplicados
Total		281	84	

Fonte: Autora do trabalho (2017).

É importante destacar que para garantir que todos os tomadores tivessem a mesma possibilidade de responder esta pesquisa, adotou-se ainda o uso da técnica de amostragem probalística (aleatória).

Segundo Barbetta (2002) a probabilidade de um elemento da população ser escolhida é conhecida, pois com base na lista de tomadores geradas para cada uma das três unidades de gestão urbana, uma vez que ela foi organizada em ordem numérica crescente. Na amostragem probalística simples faz-se uma lista da população e sorteiam-se os elementos que farão parte da amostra.

Assim, foi feito nesta pesquisa, em que se utilizou um banco de dados do qual se extraiu um quantitativo de tomadores de crédito de forma aleatória, posteriormente se organizou em subconjunto a população e todos os elementos ou percentuais do universo amostral tiveram a mesma chance de serem incluídos na amostra final da pesquisa.

2.2 Técnicas e análises dos dados

O estudo utilizou o método estatístico voltado para o apontamento das probalidades para determinarem em termos numéricos as correlações existentes entre as variáveis obtidas na pesquisa.

Sequencialmente realizou-se a técnica de entrevista com a aplicação do formulário (Apêndice A) que foi o principal instrumento utilizado na coleta de dados primários deste trabalho. Para o tratamento dos dados foi utilizado o Software Excel 2010 onde foi feito a tabulação das informações levantadas. Para a geração dos dados fez-se uso do software *StatisticalPackage for the Social Science* (SPSS), com a utilização deste programa foi possível ponderar percentuais e estabelecer médias de forma simples e clara.

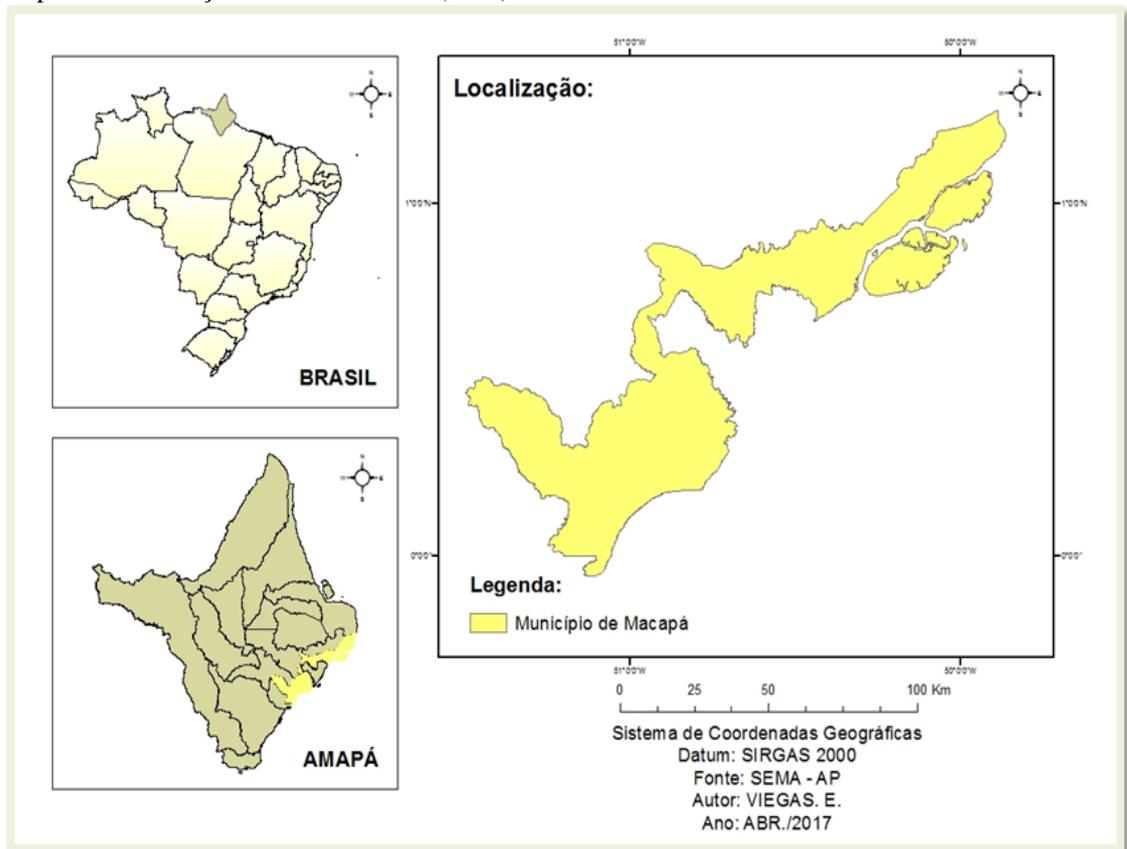
Na organização dos dados a serem analisados foram confeccionado gráficos, tabelas e quadros que compreendem todos os dados obtidos na pesquisa, denotam a resposta ao levantamento do problema de pesquisa, testam a hipótese da pesquisa e também representam a concretização de parte dos objetivos do estudo.

3 CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO

A área de estudo delimitada na pesquisa é Macapá, capital do estado do Amapá conforme retrata a Mapa 1. A cidade está localizada na porção nordeste da região Norte do Brasil e ocupa uma área de 142.825,52 km² segundo o IBGE (2017). O Estado é delimitado

pelo oceano Atlântico ao leste, o Estado do Pará a oeste, o Rio Amazonas ao sul e a Guiana Francesa ao norte. (IBGE, 2017), epertence à mesorregião Sul do Estado. O município tem seus limites territoriais¹ ao Norte com os municípios de Ferreira Gomes, Cutias e Amapá, a Leste com Oceano Atlântico, a Sudeste com Itaúbal e o Delta do Rio Amazonas, Sudoeste o limite é Santana a Noroeste Porto Grande.

Mapa 1 – Localização da área de estudo (2017).



Fonte: SEMA-AP. Crédito Elaboração: Viegas (2017).

Segundo dados do IBGE, o Amapá possui uma população estimada de 797.722. (mil) para o ano de 2017, enquanto a cidade de Macapá possui uma população de 474.706 (mil), a unidade da federação se caracteriza por uma alta densidade urbana - 89% da população. Considerando tais números a cidade torna-se a terceira da região Amazônica em aglomeração urbana. Sua área territorial é de 6.502,105 km².

¹ Informações do IBGE disponíveis no site IBGE Cidades: www.cidades.ibge.gov.br

3.1 Características econômicas

O estado do Amapá é atualmente conhecido por sua localização estratégica, pois está localizado geograficamente na Amazônia, área litorânea, na foz do rio Amazonas, principal rio da maior bacia hidrográfica do mundo, além de estar próximo de países industrializados. É destaque na literatura em percentuais de preservação e atualmente possui diversas vocações econômicas, e se apresenta como um grande negócio², isso porque suas florestas, gás, água, entre outros elementos são itens essenciais à formação de grande parte de suas potencialidades conforme se apresenta na Esquema 1.

Esquema 1 – Vocações do Amapá para o comércio exterior 2015.



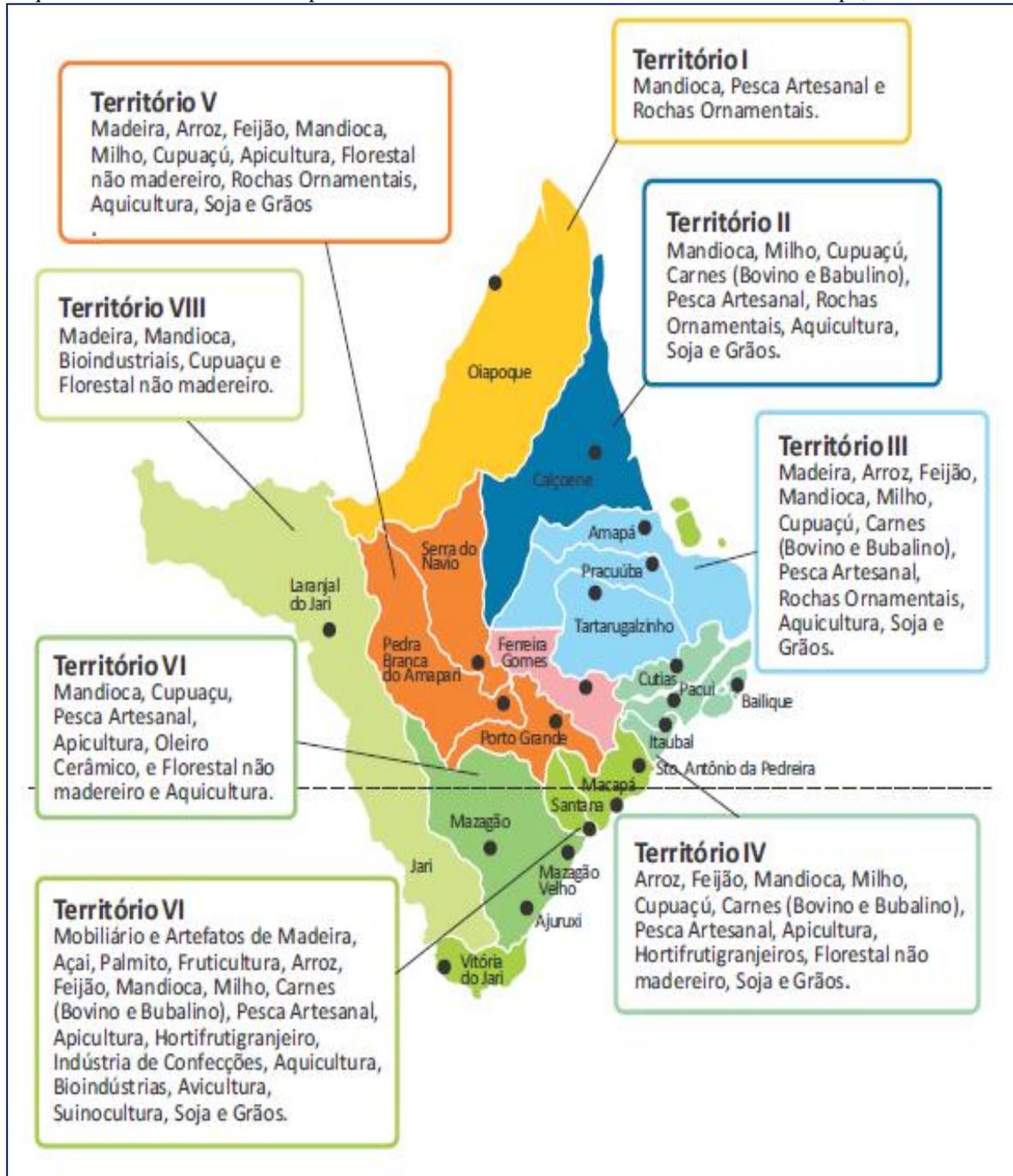
Fonte: Guia do Investidor do Amapá (2015).

Localizado estrategicamente no estuário do rio Amazonas, o estado limita-se com a Guiana Francesa (que é parte da União Europeia), Suriname e Estado do Pará. O Amapá é banhado pelo rio Amazonas e oceano Atlântico e está geograficamente mais próximo de

² De acordo com Porto (2014) o uso do território amapaense como um *grande negocio* por se comportar como: Fornecedor de *commodities*; Vitrine de produtos industrializados; Posição estratégica geográfica em si e para articulação de redes; Fornecedor de energia elétrica; Fronteira com a União Europeia; e Concedente de incentivos fiscais para atração de investimentos.

grandes mercados consumidores, como Estados Unidos e Europa, além do Platô das Guianas e Caribe, apresentando vantagens consideráveis para o comércio internacional. Essa unidade da federação dispõe de ampla rede hidrográfica, completa infraestrutura portuária, aeroportuária e Distrito Industrial bem estruturado e localizado, além de divesificadas oportunidades econômicas como mostra a Esquema 2.

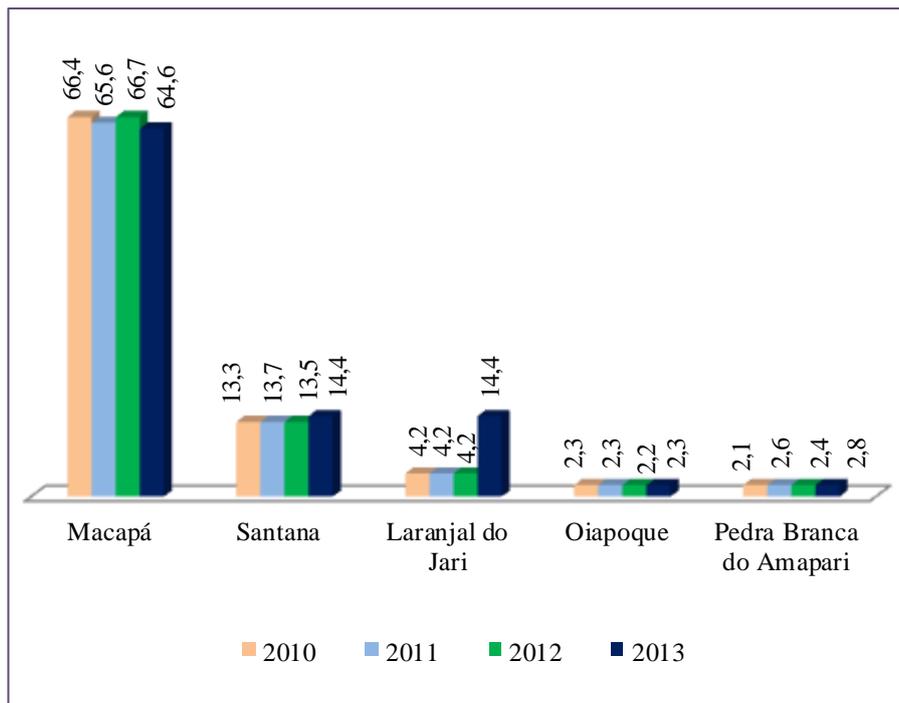
Esquema 2 – Potencialidades e oportunidades econômicas identificadas no Estado do Amapá, 2015.



Fonte: Guia do Investidor do Amapá (2015).

A economia do Amapá está diretamente ligada aos amplos percentuais de preservação ambiental, suas principais fontes de rendas são: agricultura, pecuária, mineração, indústria e serviços. Com as demarcações dos oito territórios acima é possível identificar redes de negócios, bem como suas potencialidades econômicas. Em se tratando de economia, Macapá é o primeiro município no Ranking de participação do Produto Interno Bruto dos cinco maiores municípios do estado do Amapá como pode ser observado no Gráfico 1.

Gráfico 1 – Participação percentual no PIB do Estado do Amapá dos 5 maiores municípios de 2010 a 2013.



Fonte: Adaptado de IBGE/Coordenação de Contas Nacionais (2017).

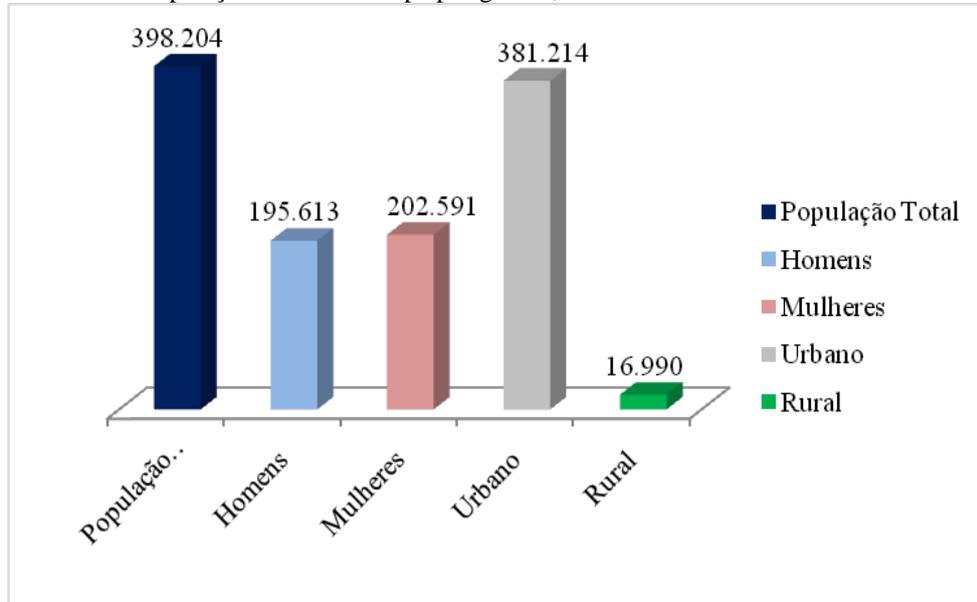
Macapá é sem dúvida o município com maior percentual de participação do PIB do Estado o que não causa nenhuma estranheza por conta da magnitude do Estado na sócio economia analisada na obra de Chelala (2008) que confirma o peso do setor público configurando uma economia de contra cheque, logo, Macapá, por ser a capital do Estado e concentrar maior parcela das instituições e oferta de serviços públicos, barganha para si maior participação no PIB.

Esse é um aspecto significativo quando se trata de ações para o fortalecimento da economia e desenvolvimento de atividades que reduzam essa magnitude do Estado. Assim, o fomento de pequenos negócios, ainda que informais, podem ser prósperos e futuramente se formalizarem. Neste ponto encontra-se uma alternativa para o desenvolvimento local tendo o microcrédito como principal instrumento para sua efetividade.

3.2 Indicadores sociais

Segundo Censo (IBGE, 2012) nas características da população de Macapá há uma predominância de indivíduos do gênero feminino, tendo 95,7% da população residindo na área urbana do município (Gráfico 2).

Gráfico 2 – População total de Macapá por gênero, rural/urbano 2010.



Fonte: Adaptado do IBGE Censo Demográfico (2010).

Em se tratando de analfabetismo, é na população adulta na faixa etária de idade de 25 anos ou mais que reside o maior número de indivíduos que não foram alfabetizados com uma taxa de 8,05. Como apresenta a Tabela 2, o indicador de educação para crianças e jovens pode ser considerado positivo.

Tabela 2 – Taxa de Analfabetismo em Macapá e indicadores da educação do município 2010.

MACAPÁ					
Taxa de Analfabetismo (2010)	11 a 14 anos	15 a 17 anos	18 a 24 anos	25 anos ou mais	
	3,15	1,94	1,97	8,05	
Indicadores da Educação (2010) %	De 5 a 6 anos na escola	De 11 a 13 anos nos anos finais do fundamental REGULAR SERIADO ou com fundamental completo	De 18 a 20 anos com médio completo	De 15 a 17 anos com fundamental completo	De 18 anos ou mais com fundamental completo
	80,08	82,46	40,85	58,53	67,87

Fonte: Adaptado do Atlas de Desenvolvimento Humano do Brasil (2010).

Sobre a natalidade em Macapá, a taxa de fecundidade total supera a média nacional. A esperança de vida ao nascer é maior que a média nacional e estadual. Em que pese à mortalidade infantil nota-se um valor menor se comparado ao Brasil e ao Amapá (Tabela 3).

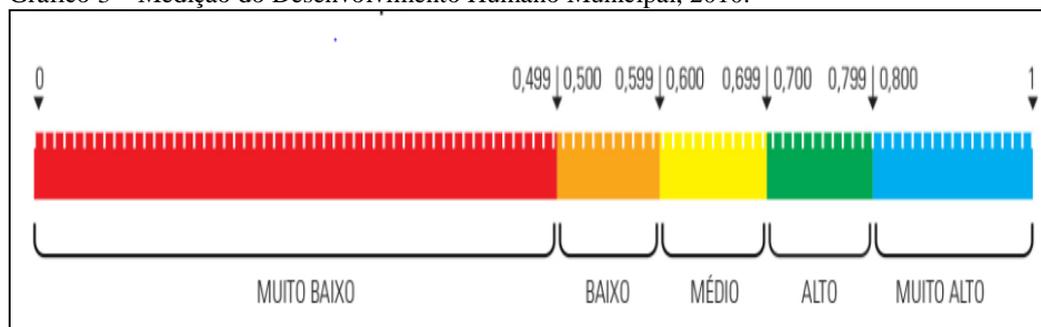
Tabela 3 – Dados de natalidade e mortalidade do município de Macapá, 2010.

	Taxa de fecundidade total (2010)	Esperança de vida ao nascer (2010)	Mortalidade infantil (2010)	Probabilidade de sobrevivência até 40 anos (2010)	Probabilidade de sobrevivência até 60 anos (2010)
Brasil	1,89	73,94	16,70	94,37	84,05
Amapá	2,48	73,80	15,14	96,47	88,14
Macapá (AP)	2,25	74,19	14,04	96,64	88,66

Fonte: Adaptado do Atlas de Desenvolvimento Humano do Brasil (2010)

A respeito do IDH-M, índice que engloba três indicadores longevidade (saúde), educação e renda, a forma como este é mensurado segue um parâmetro que varia de 0 a 1, sendo que 0 significa que o desenvolvimento humano municipal é considerado muito baixo e 1 representa alto grau de desenvolvimento, como demonstrado no Gráfico 3. Macapá, nesse índice, está acima da média nacional que é de 0,727 e o estadual 0,708. A Tabela 4 mostra que indicador de longevidade é o responsável pela boa qualificação do IDHM.

Gráfico 3 – Medição do Desenvolvimento Humano Municipal, 2010.



Fonte: Atlas de Desenvolvimento Humano do Brasil (2010).

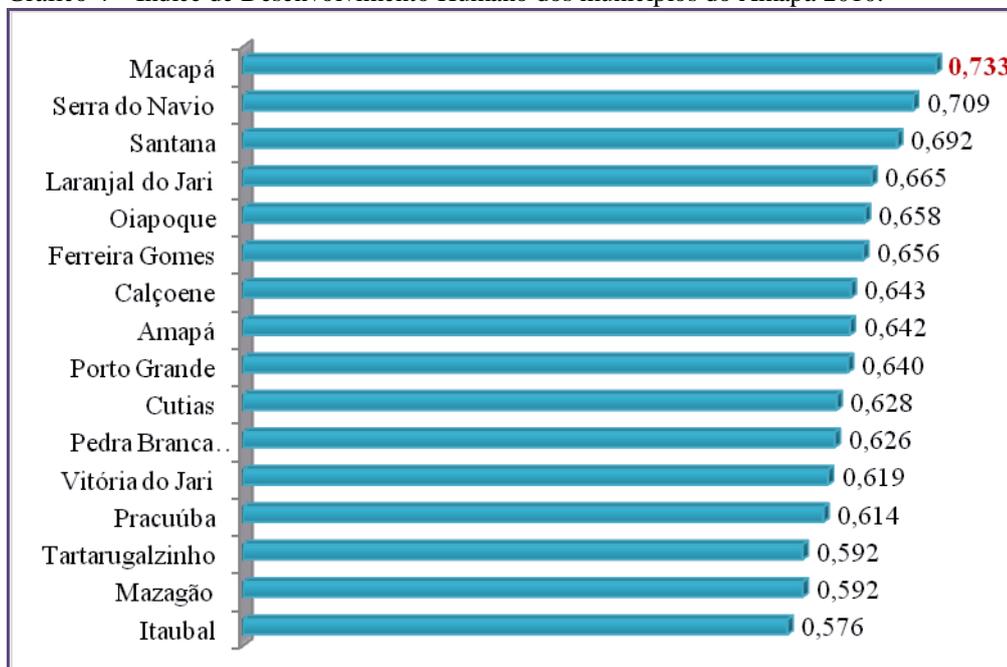
Tabela 4 – Dados comparativos do IDHM Brasil, Amapá e Macapá 2010.

Lugar	IDHM (2010)	IDHM Renda (2010)	IDHM Longevidade (2010)	IDHM Educação (2010)
Brasil	0,727	0,739	0,816	0,637
Amapá	0,708	0,694	0,813	0,629
Macapá (AP)	0,733	0,723	0,820	0,663

Fonte: Adaptado do Atlas de Desenvolvimento Humano do Brasil (2010).

O município de Macapá também possui o melhor IDHM comparando-se aos 16 municípios do Estado do Amapá com 0,733. Macapá encontra-se na faixa com alto índice de desenvolvimento humano municipal como ilustra o Gráfico 4.

Gráfico 4 – Índice de Desenvolvimento Humano dos municípios do Amapá 2010.



Fonte: Adaptado de Estatísticas IBGE/Cidades (2010).

O Índice de Gini ou o coeficiente de Gini, que mede a desigualdade social, considerando enquadramento entre o número 0 e 1, no qual 0 significa completa igualdade de renda entre os indivíduos e 1 completa desigualdade entre as rendas, em outros termos define que um indivíduo, ou uma pequena parcela de uma população, detém toda a renda e os demais nada têm. A Tabela 5 apresenta os números equivalentes aos dados do município de Macapá.

Tabela 5–Pobreza e desigualdade dados do ano de 2003.

MACAPÁ	%	LIMITE INFERIOR	LIMITE SUPERIOR
Gini	0,45	0,42	0,47
Incidência da Pobreza	36,41	30,18	42,64
Incidência da Pobreza Subjetiva	36,64	32,22	41,07

Fonte: Adaptado de Estatísticas IBGE/Cidades (2003).

Analisando os indicadores observa-se que é preciso tomar cuidado ao mensurar desenvolvimento, pois a depender de quais indicadores estão sendo adotados pode-se ter uma ideia distorcida da realidade, um exemplo disso foi apontado na avaliação do IDHM de Macapá.

3.3 Atividades empreendedoras na cidade de Macapá

Conforme registrado pelo Cadastro Central de Empresas (2015), Macapá é o município do Amapá que se destaca em número de empreendimentos registrados, pois em termos percentuais sua participação é de 71,46% comparado aos demais municípios do Estado. A soberania de Macapá em se tratando do número de atividades empreendedores já era evidente nos anos anteriores, como mostra a Tabela 6. Se manteve em 2015 e figura uma tendência para os anos subseqüentes.

Tabela 6 - Número de empresas por municípios no Amapá 2010 a 2013

MUNICÍPIOS DO AMAPÁ	2010	2011	2012	2013
Macapá	5 622	5 947	5 739	5.950
Santana	1 053	1 069	914	1.011
Laranjal do Jari	356	365	374	370
Oiapoque	268	259	241	248
Porto Grande	89	100	99	126
Pedra Branca do Amapari	70	82	93	63
Mazagão	66	84	71	74
Calçoene	62	69	59	135
Amapá	79	72	56	72
Vitória do Jari	73	57	53	43
Ferreira Gomes	47	51	46	79
Tartarugalzinho	52	55	39	22
Serra do Navio	29	36	29	33
Itaubal	19	23	21	65
Cutias	19	21	20	21
Pracuúba	12	12	11	14

Fonte: Adaptado de IBGE, Cadastro Central de Empresas (2015).

De acordo com levantamentos do IBGE (2015), no estado do Amapá o setor informal apresenta um número considerável de pessoas que desenvolvem atividades informais. Ao todo são 35 mil empreendimentos informais e a capital Macapá concentra mais da metade desse quantitativo em seu território. Ademais os empreendedores informais introduzem na economia local o equivalente a 42 milhões de reais por meio da geração de mais de 43 mil empregos diretos.

A importância do empreendedorismo para o desenvolvimento figura na geração de emprego e renda. Assim, o microcrédito pode ser assinalado como sendo um instrumento propulsor de novos postos de trabalho, promotor de desenvolvimento quando associado a outros instrumentos que têm por finalidade a melhoria dos indicadores locais.

Neste sentido o empreendedorismo é fator dominante na geração de emprego e renda e no fortalecimento da economia de uma determinada região. Segundo Dolabela (2006) a criação de pequenas empresas é, cada vez mais, encarada como modalidade de ativação da mão-de-obra desempregada e uma forma de reduzir a sua dependência dos sistemas de proteção social pública e, no Amapá, esta realidade não é diferente.

4 CONTEXTUALIZAÇÃO DO DESENVOLVIMENTO LOCAL E ECONOMIA INFORMAL

É difícil entender o significado do termo desenvolvimento. Uma explicação para isso está no fato do conceito ter sido construído em sua gênese a partir da visão do desenvolvimento mensurado apenas pelo crescimento econômico de determinada região.

Isto posto, Bresser-Pereira (2014) corrobora que a ideia de desenvolvimento na sua origem tinha uma forte ligação com o viés econômico por fundamentar-se basicamente na comparação entre produção de riqueza dos países mais industrializados considerados desenvolvidos com os menos industrializados, os subdesenvolvidos (BRESSER-PERREIRA, 2014).

Tais precedentes foram descritos por Souza (2012) o qual pontua que foi no século XX que se tornou evidente os desníveis de desenvolvimento entre os países que possuíam uma economia forte com sistema produtivo melhor, agregado de novas tecnologias de produção e as economias precárias que se tornaram meras fornecedoras de matéria prima, sem agregação de valor ao produto e com pouco investimento em tecnologia. Logo, o desenvolvimento firmou-se primeiramente como sinônimo de progresso e crescimento econômico, ambas partes de uma análise puramente econômica.

Também a etimologia da palavra desenvolvimento a vincula à concepção de progresso, evolução, expansão e crescimento, ou seja, tem-se ainda na sua terminologia uma forte conexão com a dimensão econômica e por isso fez-se necessário iniciar a análise do desenvolvimento nessa direção.

Para Santos et al. (2012) as discussões sobre desenvolvimento nasceu na ciência econômica, entendido como um fenômeno importante para a consolidação do sistema capitalista, denotação esta apresentada nos trabalhos de Malthus (1798), Marx (1867), Ricardo (1817) e Smith (1776) e foi a partir da década de 1940 que o desenvolvimento dentro da Economia do Desenvolvimento se tornou objeto de pesquisa científica.

Com o surgimento das economias globais emerge a necessidade da formulação de teorias alternativas que fosse capaz de explicar o desenvolvimento para além das métricas tradicionais (PIB) Produto Interno Bruto e Renda *per Capita*, principais indicadores até então utilizados para mensurar o desenvolvimento. Nesse contexto, incorporou-se tanto à discussão teórica quanto aos procedimentos metodológicos para avaliar do grau de desenvolvimento, as novas métricas a serem atingidas, como exemplo, o Índice de

Desenvolvimento Humano (IDH), a expectativa de vida, a sustentabilidade, a saúde e a educação (NIERDELE; RADOMSKY, 2016).

Desse modo, as novas propostas contemporâneas de medição do desenvolvimento perpassam pela análise mais ampliada de novas dimensões que envolvem questões sociais, políticas, culturais, econômicas, demográficas, territoriais e ambientais. Esses novos paradigmas foram acrescidos ao conceito de desenvolvimento e viabilizaram a construção de uma diversidade de entendimentos em torno do termo desenvolvimento, dentre os quais dar-se-á ênfase neste estudo ao desenvolvimento local, conceito a ser definido no tópico a seguir.

4.1 Conceito de desenvolvimento local

O desenvolvimento globalizado é uma via de constantes desafios às políticas públicas de maneira integrada e centralizada nas questões de conflitos em meio à sociedade. Normalmente essas questões se caracterizam pelos aspectos da desigualdade social e a pobreza que se expõe a um cenário extremamente crítico.

De acordo com este pensamento, surge a necessidade de ações emergenciais que devem ser providenciadas para que novas oportunidades sejam desencadeadas no meio social, com retorno econômico de sustentabilidade, em especial na base familiar. Assim, é oportuno enfatizar que a sociedade necessita que políticas de microcrédito sejam desencadeadas como um meio de melhoria de vida para pessoas em situação de vulnerabilidade econômica e social.

Neste sentido o fenômeno da globalização e o conceito de desenvolvimento local começou a ganhar importância nas análises sobre os modelos de desenvolvimento. Este conceito está diretamente relacionado com o lugar, assim como com a afirmação de identidade territorial dos atores locais na construção dos seus espaços e visa identificar, reconhecer e valorizar os ativos locais, além de fomentar e desenvolver as potencialidades, as vocações, as oportunidades, as vantagens comparativas e competitivas de cada território.

De acordo com Vitte (2006) a ideia de local é como um município, ou conjunto de municípios, um Estado, ou mesmo uma região. A esfera local é o campo prioritário da ação política, uma pretensa capacidade extraordinária dos governos locais de cumprir, de maneira mais eficaz e eficiente, as funções até então tradicionais aos governos nacionais, como as de acumulação e de legitimação.

Antes de discorrer sobre o desenvolvimento local, é necessário compreender a essência do termo “desenvolvimento” e de que forma ele provoca o crescimento da economia

informal, que no caso em questão está diretamente envolvido, em sua essência, pelos tomadores de crédito da linha AMASOL, uma vez que estes são os atores sociais ao qual se norteia a presente dissertação e que por meio do crédito fornecido pela AFAP atuam como movimentadores da economia.

Não há consenso sobre o tema “Desenvolvimento Local”, porém de acordo com o dicionário Aurélio (2017), desenvolvimento significa estágio econômico, social e político de uma comunidade, não se limitando apenas à questão econômica. O desenvolvimento local está longe como conceito, de ser propício ao estabelecimento de consensos, tanto no Brasil quanto no debate internacional (CALDAS, 2009; MARTINS; VAZ; 2007), ideia compartilhada por Maluf (2000) o qual afirma que o tema do desenvolvimento local não é apenas controverso em termos conceituais, mas também metodológico. Assim colocado, tentativas de avaliar ou medir o desenvolvimento econômico produzido pelas intervenções locais tornam-se uma tarefa, no mínimo, difícil.

A grande quantidade de visões não representa somente um debate acalorado nos meios acadêmicos e intelectuais. É também fruto de uma crise substantiva do conceito e da prática do desenvolvimento. O campo desenvolvimento local está embasado na ideia de inclusão social, cooperação, criação e alargamento de esferas públicas em que diferentes atores sociais dialoguem a partir de seus próprios interesses em conflito, buscando construir em conjunto.

Neste sentido, segundo a Care Brasil, o desenvolvimento local significa implementar ações em territórios ou microrregiões que permitam a ativa participação do cidadão, o efetivo controle social sobre a gestão pública por meio do fortalecimento da sociedade civil e do empoderamento de grupos sociais antes marginalizados nas esferas de tomada de decisão.

E ainda na visão de Buarque (1988) o desenvolvimento local sustentável é o “processo endógeno que leva a um continuado aumento da qualidade de vida em um determinado território, com base numa economia dinâmica e competitiva, combinado com a conservação dos recursos naturais e de meio ambiente”.

Enquanto a organização nacional do trabalho define como as comunidades, as cidades, assim como, os governos de todo o mundo, recorrem cada vez mais a estratégias de Desenvolvimento Local (DL) em resposta aos desafios da globalização e ao incentivo à descentralização. O desenvolvimento local promove a participação e o diálogo a nível local, estabelecendo a ligação entre as partes interessadas do setor público e do setor privado e os respectivos recursos, com vista ao melhor emprego e a uma melhor qualidade de vida para homens e mulheres. O desenvolvimento local é um processo que aborda uma combinação das questões sociais, econômicas e ambientais, relativas a um território, procedendo à

identificação de soluções integradas para a criação de emprego e o trabalho digno (OIT, 2002).

Poucos sabem, mas há no Brasil, desde 22 de fevereiro de 2007, a Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR). A PNDR tem duplo propósito, reduzir as desigualdades regionais e ativar os potenciais de desenvolvimento das regiões brasileiras, explorando a imensa e fantástica diversidade que se observa em nosso país de dimensões continentais. O foco das preocupações incide, portanto, sobre a dinamização das regiões e a melhor distribuição das atividades produtivas do território.

Percebe-se que o olhar é sobre a questão da desigualdade, pois promover desenvolvimento local é também promover uma possibilidade de que todos tenham igualdade e uma das principais formas de fazer isto por meio do trabalho e da geração de renda. Em suma, falar sobre desenvolvimento local significa pensar uma estratégia intrasetorial articulando um conjunto de ações coordenadas que promovam o desenvolvimento local nos âmbitos econômico, ambiental e social.

Logo, discussão sobre desenvolvimento local, projeta-se para além do debate sobre o crescimento em termos macroeconômicos rigorosamente falando. Neste sentido, foca sua atenção para os problemas das desigualdades regionais, da exclusão social, da desestruturação do espaço regional ou local, reconhecendo a importância das esferas políticas, sociais e ambientais que caracterizam a realidade nacional, de modo geral, e a regional, em particular.

De acordo com Lima (2008) o desenvolvimento local, para acontecer de fato, depende do esforço conjugado de todos os atores que compõem a sociedade civil organizada. Neste sentido, surge a necessidade de buscar alternativas para envolver toda a sociedade nesse processo, com um propósito de promover a construção da nação por meio de uma estratégia de conciliação de interesses nacionais, regionais e locais sem exclusão de categorias, classes ou frações de classes diretamente envolvidas no processo social.

Nesse sentido, este trabalho pode contribuir para o debate sobre a importância do microcrédito como instrumento de geração de renda, inclusão social e desenvolvimento local, seja do ponto de vista de políticas públicas, seja como referência para as instituições de microfinanças da iniciativa privada e da sociedade civil.

Além disso, o diferencial maior da sistemática das microfinanças em relação ao sistema tradicional de financiamento é que o cliente não precisa necessariamente ir até ao banco para contratar um empréstimo: os “agentes de crédito” vão até aos tomadores. São os agentes de crédito, os responsáveis pela análise socioeconômica dos tomadores, que serve de base para a decisão de concessão ou não do financiamento pleiteado.

Após todo processo de análise in loco e documental, as solicitações de crédito são aprovadas ou não pelo comitê de crédito de cada instituição. As instituições filantrópicas, por exemplo, chegaram a disponibilizar empréstimos para cerca de 20% dos domicílios de países como Irlanda, Inglaterra, Itália e Alemanha que se mantiveram, em alguns casos, por mais de cem anos sem subsídios significativos do governo para fomentar suas atividades produtivas (HOLLIS; SWEETMAN, 1996).

O microcrédito, nesse sentido, atua como um possibilitador de renda para trabalhadores informais que desejam pôr em prática suas ideias inovadoras, sendo o crédito concedido, o capital de giro que irá alavancar o negócio e que irá provocar o desenvolvimento, este, que pode ser entendido como um estágio econômico, social e político de uma comunidade, caracterizado por altos índices de rendimento dos fatores de produção que não se limita por questões econômicas e que atua na reprodução de riquezas materiais.

Na presente dissertação, o microcrédito é tido com um estágio econômico porque ele é o responsável pelo start inicial que tornará o empreendimento em algo palpável e rentável. É social em razão de envolver atores sociais retratados na figura dos tomadores de crédito e políticos por envolver todo um ciclo, com início, meio, fim e burocracias.

Dowbor e Pochmann (2008) afirmam que só haverá desenvolvimento se este for capaz de reduzir a pobreza e as desigualdades sociais gerando novos empregos ou alternativas de renda para população, o que, de fato, corrobora com os trabalhos de Santos (2012) o qual diz que desenvolvimento local é um processo de integração dos diversos setores socioculturais, incentivando o surgimento de novos empreendimentos para as populações de localidades específicas. Para Mariani (2010) ocasiona uma melhora qualitativa no bem-estar social.

O que justifica as ideias de Buarque (1988) que define o desenvolvimento local como sendo um fenômeno que coloca em evidência os atores sociais, as redes de cooperação, o sistema institucional e os projetos coletivos construídos por eles com o intuito de fortalecer os empreendimentos empresariais para que gerem empregos sustentáveis. O que para Milani (2005) constitui-se em uma transformação consciente da realidade local implicando em uma preocupação com a geração atual e futura.

Nesse sentido, o microcrédito, vem a ser uma alternativa de emprego e renda para pessoas comuns que estão iniciando um pequeno empreendimento. Estas por sua vez, são as responsáveis pelo crescimento da economia informal justamente por adentrarem em um mercado marcado pela crise econômica e que os coloca em evidência social tornando-os protagonista do desenvolvimento.

Esse fato demonstra que o microcrédito e o desenvolvimento local andam juntos sendo, portanto, instrumentos que ajudam a alavancar as potencialidades locais. Paula (2017) acrescenta que o desenvolvimento requer ainda o crescimento dos níveis de iniciativa, do protagonismo, da capacidade de fazer acontecer, ou seja, da atitude proativa e cultura empreendedora.

O microcrédito é então a ferramenta que oferece as condições necessárias para que o trabalhador informal amplie seu negócio, o que confirma o estudo de Sela et al. (2006) em que o microcrédito tem alcançado êxito por meio dos tomadores de crédito, através da ação planejada impulsionando, assim, o desenvolvimento local.

Brito (2006) enumera algumas das principais características do desenvolvimento local:

- A iniciativa tem raiz no encontro de uma criação cultural inscrita dentro de uma memória coletiva e de uma rede associativa levada pela vontade de se afirmar uma identidade regional;
- A mobilização de uma população que se descobre através de sua própria apresentação, desenvolvimento das iniciativas no campo cultural e no campo econômico, política de comunicação, emergência de uma parceria que atinge progressivamente o meio associativo, mundo político, o sócio- profissional e em última instância, os atores econômicos;
- A valorização dos produtos locais e iniciativas locais de qualidade que tem como efeito a valorização do território e seus produtos;
- A apropriação dos eventos de fortalecimento das identidades culturais pelos parceiros políticos e os sócios profissionais sem prejudicar a dinâmica original.
- O exercício do processo de aprendizagem coletivo pela população local que aceita inscrever-se dentro de tal processo, reforçando a mobilização;
- A emergência de cidadãos, novos atores, reivindicando uma fixação local;
- A dinâmica local desencadeada difundindo-se geograficamente para outros espaços sociais; e
- A busca de um equilíbrio frágil entre uma promoção não seletiva de produtos locais, que encoraja a maioria dos atores locais (artesãos, comerciantes, agricultores, pecuaristas, profissionais liberais) e uma preocupação de marketing, marcada pelo pensamento de distinção de produtos de qualidade destinados a públicos aos quais deseja atingir.

O desenvolvimento local então consiste nas práticas que têm como palco, a localidade e são os atores sociais enquanto gestores de projetos potencializadores, que promoverão a economia local por meio da criação ou fortalecimento de pequenas e médias empresas, e por esse motivo têm efeito bastante positivo na economia e nas condições sociais da região abrangida, pois em curto prazo contribui para geração de renda, e a médio e a longo prazo potencializa a inserção da parcela informal na economia.

4.2 Economia informal contexto e definições

Ainda não se tem uma definição consensual do que é formal, daí a dificuldade de se compreender a nomeada temática. A discussão em torno deste segmento surge em meados de 1970, com a publicação pela Organização Internacional do Trabalho (OIT), do documento *Employment, Incomes and Equality in Kenya* (ILO, 1972). O trabalho ganhou notoriedade, pois chamou atenção para a contribuição do setor informal como significante distribuidor de ocupações e de oportunidades de rendimentos. Desde então diversos estudos se debruçaram em torno do tema.

Nesta perspectiva a partir da XV Conferência Internacional de Estatísticos do Trabalho (Ciet) a OIT passou a reconhecer que a informalidade está caracterizada com base nas seguintes proporções: a ausência de registro oficial do empreendimento e/ou o seu porte (menores que cinco empregados, entendendo que isso tende a significar situação de “trabalho precário”) (ILO, 1993). Com vistas a este cenário a partir da XVII Ciet (ILO, 2003) a organização amplificou e aperfeiçoou o conceito para este segmento, ficando definido por Ramos (2007), conforme apresentado no Quadro 1:

Quadro 1 – Características da informalidade, 2007.

1	Composto por pequenas firmas de propriedade familiar;
2	Baseado na utilização de recursos locais;
3	Fundado em tecnologias trabalho-intensivas;
4	Com baixa produtividade;
5	Atuando em mercados concorrenciais e não regulamentados;
6	Adquirente de qualificações e padrões tecnológicos à margem dos circuitos oficiais.

Fonte: Adaptado de Ramos (2007, p. 119).

Segundo Ramos (2007), a expressão “economia informal” foi criada, na verdade, em um estudo sobre Gana, realizado sob a coordenação de Keith Hart para a OIT em 1971. Todavia, como esse estudo somente foi publicado em 1973, logo, a expressão acaba sendo atribuída ao trabalho sobre o Quênia, publicado em 1972.

Nota-se, que a caracterização proposta por Ramos (2007) descreve a realidade do setor informal como “atuando em mercados concorrenciais e não regulamentados” o que reflete uma concentração nos segmentos mais precários das atividades econômicas no “livre mercado”, se apresentando em toda a sua totalidade. Estes segmentos são mais dinâmicos, e onde há os discursos e a conseqüente construção simbólica de combate aos ideais liberais, registrando-se a presente atuação do Estado seja como regulador, comprador, fornecedor, ou ofertante de crédito por ação ou por omissão e não apenas fato indiscutível, mas uma das principais contestações de seus agentes, que não são incluídos como o setor formal quando o crédito esta em pauta nas instituições.

Assim, paradoxalmente, o “livre mercado” é, para os setores dominantes da economia, apenas um dos componentes simbólicos (discursivos), enquanto como realidade concreta, se impõe aos agentes mais desassistidos do jogo econômico (NOGUEIRA, 2016).

Ainda de acordo com Nogueira (2016), os parâmetros estabelecidos pela OIT são os que têm sido mais frequentemente adotados pela literatura. Provavelmente isso se deve ao fato de que o principal foco de estudos sobre este universo seja direcionado para a economia do trabalho. Ainda são esparsos os estudos que se debruçam sobre a informalidade, tendo como objeto as atividades econômicas *per se* e suas estruturas produtivas.

Especificamente no Brasil, por exemplo, o (IBGE) Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística considera como informais as unidades econômicas de propriedade de trabalhadores por conta própria e de empregadores com até cinco empregados, moradores de áreas urbanas, independentemente se figura a atividade principal de seus proprietários ou a atividade secundária.

Ainda na citada pesquisa, chamada *Economia Informal Urbana 2003*, acrescenta-se que “as unidades do setor informal caracterizam-se pela produção em pequena escala, baixo nível de organização e pela quase inexistência de separação entre capital e trabalho, enquanto fatores de produção”.

Este critério de classificação, que é também adotado pela OIT, tem como referência a ideia de trabalho precário, e o associa ao trabalho informal (NOGUEIRA, 2016). Grande parte dos indicadores iniciais de uma trajetória empreendedora surge da informalidade, onde pequenas iniciativas de comercialização de produtos e serviços são em algum momento a válvula de escape das mais diversas pessoas em busca de sobrevivência econômica no ambiente local onde vivem. Atualmente, é possível identificar na literatura econômica empreendedores por oportunidade e por necessidade (involuntários).

Para Schumpeter (1964) o empreendedor é o “agente do processo de destruição criativa”. É o impulso fundamental que aciona e mantém em marcha o motor capitalista, constantemente criando novos produtos, novos mercados e, implacavelmente, sobrepondo-se aos antigos métodos menos eficientes e mais caros. Porém o foco da análise neste estudo é compreender a diferença entre empreendedores por oportunidade e por necessidade.

Neste sentido, de acordo com Global Entrepreneurship Monitor (GEM) (2006), empreendedores por oportunidade são motivados pela percepção de uma opção rentável de negócio enquanto que os empreendedores por necessidade são motivados pela falta de alternativa satisfatória de trabalho e renda, onde muitos jovens e adultos se lançam no mercado informal em caráter de negócio comercial de forma improvisada sem estruturação de modelo de negócio, de empreendimento e de conquista de parceiros. De acordo com o GEM (2009), os grandes entraves para o empreendedor iniciante é conseguir e manter capital de giro, enfrentar altos tributos e falta de capacitação.

Atualmente, o Brasil ocupa a 10ª posição no ranking mundial de acordo a principal pesquisa sobre empreendedorismo realizada no mundo pelo GEM, coordenado, no nível internacional, pelo Global Entrepreneurship Research Association (GERA). A pesquisa é realizada desde 1999, tendo já participado mais de 100 países. O relatório de 2015 apresenta resultados para 64 países que, juntos, representam 69,2% da população global e 84,9% do Produto Interno Bruto Mundial. A pesquisa é feita com indivíduos, entre 18 e 64 anos, e procura identificar as características dos que possuem algum tipo de negócio (ou estão fazendo algo para ter), seja um negócio formal ou informal (GEM, 2017).

Um estudo publicado na Fast Company buscou descobrir quais são os países com empreendedores "mais determinados". Aqueles nos quais, apesar de todos os desafios enfrentados para empreender, apresentaram um alto número de negócios criados em 2016. O ranking coloca o Brasil em 5º lugar, em um ranking liderado por Botsuana. Três fatores foram investigados: o tempo até registrar oficialmente um novo negócio; o tempo até tomar todos os procedimentos necessários para o negócio, de fato, estar funcionando; e os custos básicos envolvidos (EXPERT MARKET, 2017).

Em uma escala de 1 (mais fácil abrir um negócio) até 130 (mais difícil), o Brasil ganha pontuação 125. Ao mesmo tempo, na escala que mede a abertura de negócios e que varia de 1 (maior número de negócios criados) até 130 (mínimo negócios criados), o Brasil ganha pontuação 48 (EXPERT MARKET, 2017). Justificando assim o lugar alcançado por este, no entanto, apesar da alta abertura de empreendimentos, no que se refere a motivação em abrir um novo negócio por oportunidade o resultado é baixo, o país fica em 57º lugar em um

ranking de 64 países. Somado a isto, tem-se uma taxa de saída de 66% devido a falta de rentabilidade, mesmo com a maioria sendo proprietária do estabelecimento de seu negócio, pois neste quesito o Brasil está em 4º lugar, segundo GEM (2017), demonstrando assim o quanto o mesmo é imaturo, e necessita de desenvolvimento para a geração de empresas mais eficientes e produtivas.

No Brasil, milhões de trabalhadores vivem da informalidade, uma legião de pequenos empreendedores que não conseguiram vencer as altas taxas da burocracia e impostos para legalizar seus negócios. Uma espécie de economia paralela que movimenta bilhões de reais em todo o Brasil que acaba comprometendo as capacidades financeiras do jovem empreendedor.

De acordo com dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) (2016) em todo o Brasil, são hoje cerca de 10 milhões de trabalhadores informais. Ados que refletem na quantidade de trabalhadores sem carteira de trabalho assinada, que têm crescido nos últimos meses considerando que no início do referido ano eram 9,7 milhões.

A economia informal, também denominada por alguns autores de economia subterrânea (ETCO, 2009; SOTO, 1987), representava no cenário brasileiro, em 2015, 16,2% do PIB brasileiro e cresceu em relação a 2014 (16,1%). Este é o primeiro crescimento registrado na comparação anual começada em 2003, que era de 21,1%, ano inicial da série do **Índice de Economia Subterrânea**³, construído em parceria entre o Instituto Brasileiro de Ética Concorrencial (ETCO) e o Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas (IBRE/FGV).

De acordo com a ETCO e IBRE/FGV (2009), a economia subterrânea é a produção de bens e serviços deliberadamente não reportados ao governo, com o objetivo de sonegar impostos e evadir contribuições da Previdência Social, leis, regulamentações trabalhistas e demais normas que ocasionem custos, em que o descumprimento de leis e regulamentações, além de prejudicar os consumidores, permite que as empresas que usam este expediente continuem operando. Já as empresas que respeitam a legislação sofrem concorrência desleal, pois têm competidoras que não arcam com todos os custos.

³ No critério usado pela FGV (2016), a economia subterrânea inclui a produção de bens e serviços não declarada ao governo para sonegar impostos e contribuições, a fim de reduzir custos. O índice é calculado a partir de dois grupos de indicadores. Um deles é a demanda da população por dinheiro vivo, que geralmente cresce quando a informalidade aumenta, porque essa é uma forma de burlar o fisco. O outro é o trabalho informal.

Neste sentido Silva (2002) afirma que o crescimento da informalidade na economia, caracterizado, inclusive, pelo número cada vez maior de atividades econômicas que atuam à margem da economia oficial, coloca em cheque, além das questões sociais daí decorrentes, o sistema estatal de fiscalização e de arrecadação tributária, gerando uma produção de riquezas que não é documentada nas estatísticas.

Da mesma forma o aumento da informalidade, embora reduzido, quebra a sequência de quedas dessa parcela da atividade que opera à margem da lei, devendo ser um evento conjuntural. O conjunto de políticas adotadas que contribuíram para a redução recente da economia subterrânea continuam em funcionamento e devem fazer retornar à tendência de queda, assim que a crise se amenize.

A redução da economia subterrânea, ao longo dos últimos anos (equivalia a 20% do PIB brasileiro em 2003), foi resultado de um conjunto de medidas que tornaram a atividade devidamente formalizada mais atrativa. Observamos forte expansão do mercado de crédito e o aumento gradual da escolaridade média da população. A expansão do crédito estimulou a formalização tanto de empresas como de trabalhadores.

A formalização da empresa e do emprego é, na maioria dos casos, condição essencial para o acesso ao mercado de crédito. Já a expansão da escolaridade formal eleva os salários, o poder de barganha do trabalhador e amplia as suas chances de conseguir emprego formal.

Houve ainda a adoção de medidas que buscaram simplificar o cumprimento das normas legais e reduzir os seus custos, como a criação do Simples, Simples Nacional e Microempreendedor Individual (MEI) (GUIMARÃES; FILHO, 2016).

A redução da economia subterrânea é importante para o país. Uma vez que a informalidade traz prejuízos diretos para a sociedade, cria ambiente de transgressão, estimula o comportamento econômico oportunista, com queda na qualidade do investimento e redução do potencial de crescimento da economia brasileira. Porém é preciso destacar, que no Brasil o processo de formalização é visto pelos empreendedores de maneira burocrática e cara.

Por outro lado, não se pode deixar de considerar a influência do processo de globalização no fortalecimento da economia informal. É duvidoso que esse setor se utiliza dos mesmos mecanismos de transferências de mercadorias advindos da globalização, para fazer circular, em nível mundial, a maior parte dos produtos comercializados pela economia paralela. Com efeito, não se pode negar que o comércio informal é o meio pelo qual a indústria da pirataria dá vazão a sua produção. (SILVA, 2002, p.1).

Importante salientar é que a estagnação nos índices de informalidade decorre do quadro de recessão econômica e instabilidade política. “Muito além do que um indicador, o

número apresenta uma tendência do mercado. A previsão para os próximos anos é de uma mudança no cenário com crescimento do mercado informal. Indicadores como o aumento da inflação e do desemprego e a dificuldade de acesso ao crédito prejudicam a redução deste mercado.”, analisa Samuel Pessoa, pesquisador do FGV/IBRE (PNAD, 2016).

Em valores absolutos e preços atualizados, a economia subterrânea movimentou R\$ 932 bilhões, em 2015. No ano de 2016, esse valor somou R\$ 889 bilhões. Esse montante corresponde a toda a produção de bens e serviços não reportados deliberadamente ao governo, a qual, portanto, não consta no PIB nacional.

De acordo com o estudo do PNAD (2017) nos últimos 12 anos, o índice caiu 4,9 pontos percentuais, e com exceção de 2009, ano em que o país também se encontrava em recessão, houve quedas de 0,7 p.p. de 2006 até 2011, período de tempo no qual o passou de 20,2% para 17%. Entre 2012 e 2014 se iniciou a desaceleração, consequência direta do recuo acentuado no número das contratações formais pela indústria e do crescimento no setor de serviços, que tem níveis de informalidade maiores do que a indústria. Este é o primeiro ano em que não há alterações no percentual de informalidade – o índice mantém os 16,1% apresentados em 2014.

4.2.1 Contextualização da economia informal

Diante das diversas transformações do mundo globalizado e o surgimento de novas oportunidades de mercado, o empreendedorismo e o empreendedor ganham destaque por iniciativa, persistência e pela adaptação a mudanças. O empreendedorismo é realizado por todos os portes e segmentos de empresa, desde micro a grande, e pode ainda ser classificado como formal e informal.

O empreendedorismo é “o envolvimento de pessoas e processos que, em conjunto, levam a transformações de ideais em oportunidades. E a perfeita implementação destas oportunidades leva à criação de negócios de sucesso” (DORNELAS, 2018).

No Brasil, os pequenos negócios possuem destaque por sua participação e contribuição econômica. Conforme o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE, 2015), as MPEs representam 27% do Produto Interno Bruto brasileiro (PIB), e também os pequenos negócios são os grandes responsáveis pela geração de emprego do País. Na região Norte do Brasil, onde encontra-se 100% da Amazônia brasileira, os pequenos negócios representam 18,5% do valor adicionado das atividades por região e UF em % do Brasil, ou seja, um subtópico do PIB que exclui as atividades de agropecuária,

financeira, aluguel e administração pública, um PIB entre as micro e pequenas empresas. E no Estado do Amapá, esta participação é de 26,1%.

O Amapá atrai cada vez mais atenção da economia mundial por conta de sua rica biodiversidade. De acordo com Abrantes (2002), a Amazônia, no qual o Amapá se inclui, é uma região com alto potencial de dinamização denominado de negócios sustentáveis baseados em recursos naturais, como turismo, indústria agroflorestal, biotecnologia e produtos naturais, como áreas mais atraentes em termos econômicos.

Segundo Souza et al. (2010, p. 3), inexistem na região norte iniciativas empresariais baseadas na utilização de processos que levem a criação de produtos com alto valor agregado. Na Amazônia os estados de Manaus e Pará ganham destaque frente aos demais pelo incentivo ao empreendedorismo, possuindo grandes indústrias que inovam, empregam e isso agrega valor à produção local.

Diante disto, Potrich e Ruppenthal (2013) afirmam que a informalidade pode expressar uma forma de sobrevivência dos trabalhadores que não possuem qualificações e conhecimentos adequados, envolvendo condições precárias e de baixo rendimento econômico. Grande parte do empreendedorismo informal é constituído por micro e pequenas empresas que trabalham por conta própria.

Dados da pesquisa Economia Informal Urbana, realizada em 2005 pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2005), no Brasil, o setor informal naquele ano representava 27,1% do total da ocupação no País e movimentou em torno de 15,3% do rendimento nacional. Esses dados demonstram a importância do empreendedorismo informal que possui enorme potencial para contribuir com o desenvolvimento econômico e social.

O estado do Amapá, antigo Território Nacional, ainda depende da Federação, devido aos aspectos de “atratividade reduzida para a vinda de novas empresas e sua manutenção no Amapá, e a extensa área das Unidades de Conservação e reservas indígenas” (PORTO, 2003 apud CHELALA, 2008, p. 131).

Segundo Abrantes (2014), o estado do Amapá possui isolamento dos demais Estados da Federação por não possuir ligação rodoviária com as principais cidades produtoras e consumidoras do Brasil, ocasionando em uma baixa dinâmica interna. O transporte fluvial é bastante utilizado devido ao eixo que liga a cidade de Macapá à vizinha Belém do Pará, a qual oferece acesso aos principais municípios industrializados do País por meio da BR-316. Diante desses aspectos, é possível observar as dificuldades encontradas no Estado para se desenvolver economicamente.

Conforme Abrantes (2014), a economia do Amapá caracteriza-se por importar produtos para comercializá-los, devido à economia incipiente dos setores produtivos, principalmente nos segmentos agropecuário e industrial. A estrutura produtiva do estado está concentrada principalmente no setor terciário, responsável pela maior ocupação da PEA (população economicamente ativa) e pela maior participação do PIB (Produto interno bruto) estadual. Neste estudo, o setor que terá destaque maior é o terciário, devido o foco do trabalho no empreendedorismo, e principalmente nos pequenos negócios e empreendedorismo informal.

Dados do IBGE e SEPLAN (2017) revelam que, no que se refere à participação do PIB dos municípios no Estado do Amapá, os municípios que tiveram maior destaque foram: a capital Macapá com 65,5%, em seguida Santana com 14,4%, Laranjal do Jari com 4,0%, Oiapoque com 2,2% e Porto Grande com 2,01%.

Ainda de acordo com dados do SEBRAE (2014, p.42) é possível observar a atuação do setor terciário no Estado, na medida em que é afirmado que “na categoria de emprego referente a funcionários públicos observa-se que enquanto no Brasil esse item cresceu apenas 25%, no Amapá a variação foi de 105% em 10 anos, isso é reflexo do atual quadro de dependência existente na economia local”.

Ao analisar a participação de pessoal ocupado por porte e setor econômico no estado do Amapá, no ano de 2011, observou-se que o setor da administração pública alcançou seu maior número de empregados com 50.888; o de comércio, nas microempresas com 9.693 empregados, pequena empresa 10.372, média empresa 2.983 e grande empresa 3.235; seguida pelo setor de serviços com 6.627 nas microempresas, 10.669 nas pequenas empresas, e 8.920 nas médias empresas; já no setor industrial, as microempresas com 1.879, pequena empresa 4.851, média empresa 5922; e por fim o setor agropecuário, com 68 nas microempresas, 82 nas pequenas empresas, e 65 nas médias (SEBRAE, 2014, p. 79).

Diante dos dados expostos é possível afirmar que os pequenos empreendimentos, dentre eles os informais, desempenham importante papel para o desenvolvimento econômico do Estado do Amapá, devido a sua contribuição para o crescimento econômico, geração de emprego e renda para a população, e plausível mudança do quadro de dependência atual que o Amapá possui com a Federação. Com o incentivo a abertura e permanência desses pequenos empreendimentos, as oportunidades locais provavelmente serão ampliadas, gerará novos negócios e tornará o Amapá um território mais competitivo.

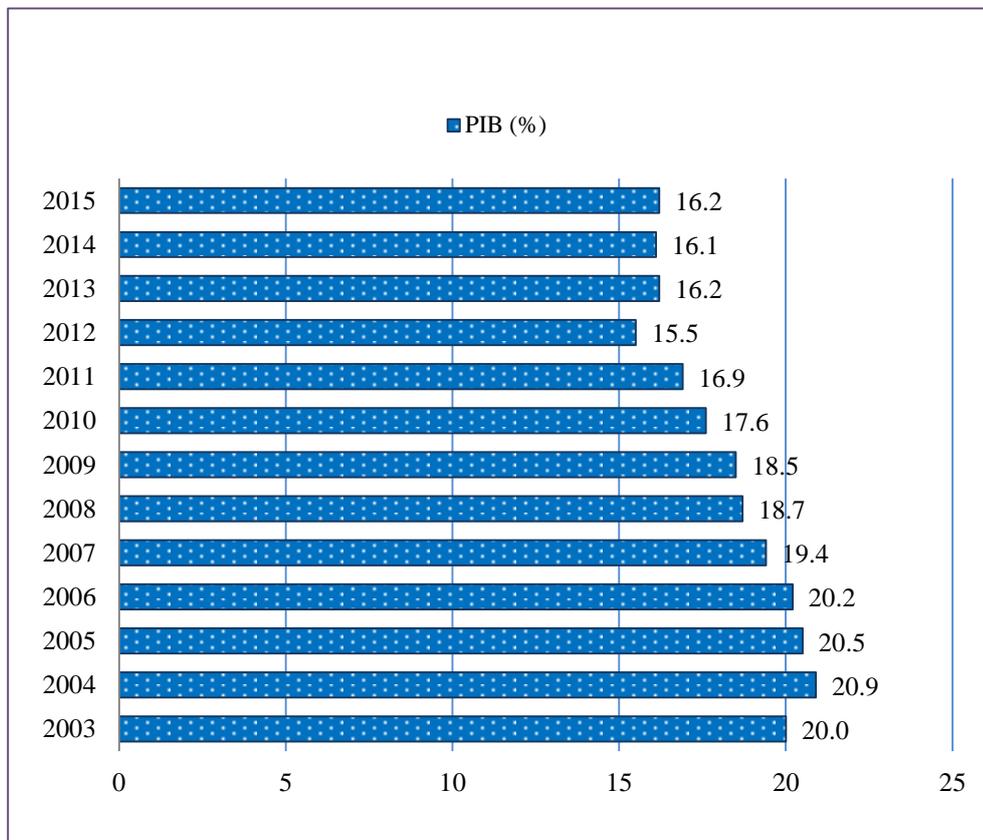
Em consonância com este cenário nota-se um expressivo crescimento das empresas de pequeno porte, das micros, pequenas e médias empresas (MPMEs) nas discussões em torno

do desenvolvimento econômico. Entretanto, falar deste tema requer, especialmente nos países periféricos, dedicar-se também ao universo da economia informal, haja vista que estes dois segmentos econômicos estão entrelaçados.

Atualmente, são inúmeras as tentativas de estudos em busca de um efetivo dimensionamento da informalidade, segmento às vezes visto de maneira detratora por alguns teóricos, visto por alguns como “economia da sombra” (BUEHN; MONTENEGRO; SCHNEIDER, 2010) ou “economia subterrânea”² (ETCO, 2009; SOTO, 1987). O Gráfico 5, evidencia que desde 2003, o cenário da informalidade vinha apresentando uma desaceleração, do valor do PIB até 2012 voltando a crescer em 2013 e mantendo esse percentual até 2015.

No entanto, é de suma importância, não permitir que a visão dos autores acima seja uma espécie de obstáculo para que se busque uma melhor compreensão deste segmento sem os quais será inviável os desafios e entraves do desenvolvimento econômico local ligados a este fenômeno existentes nos mais diversos países, e no Brasil não é diferente.

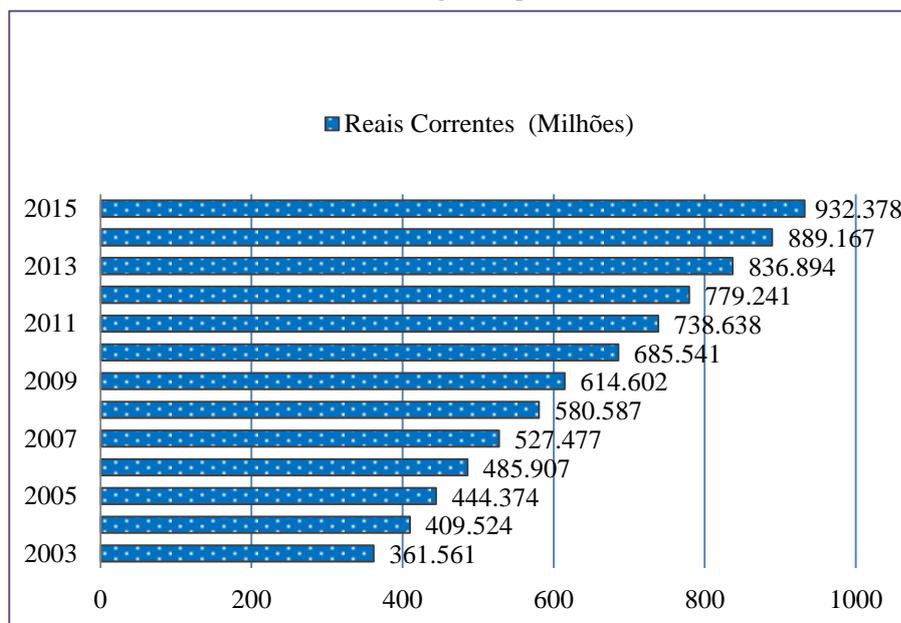
Gráfico 5 - Valor (%) do PIB gerado pelo setor informal de 2003 a 2015.



Fonte: Adaptado do Relatório do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (2016).

Analisando o Gráfico 6 percebe-se que houve aumento do valor corrente gerado pela economia informal de 2003 a 2015 de 570.817 (milhões de reais).

Gráfico 6 – Valor (em milhões de reais) gerado pela economia informal de 2003 a 2015.



Fonte: Adaptado do Relatório do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (2016).

Para Nogueira (2016), abordar a questão da informalidade no Brasil, assim como em outros países, é também uma tarefa sempre complexa e delicada. Ademais, como será discutido adiante, não repousa consenso sobre a própria definição do que é atividade econômica informal. A essas dificuldades de definição clara do objeto, acrescenta-se a realidade da semiformalidade – isto é, de situações nas quais operam, de forma articulada e complementar, atividades formais e informais, que contribuem para toldar ainda mais as possibilidades de análise.

No Brasil, o mercado informal fica mais evidenciado a partir da década 90, período marcado por uma série de recessões e criações de políticas anti-inflacionárias que mantiveram o crescimento econômico lento. De acordo com Cleide (2014), o mercado informal possui uma variedade de conceitos, visto que diferente do mercado formal, o mesmo não possui intervenção do governo, entre outros fatores. Nesta perspectiva, pode-se dizer que o Brasil está desenvolvendo um grande número de empreendedores, porém alguns deles ainda criam seus negócios por meio informal, o que traz como consequência prejuízo aos cofres públicos.

Consequências, normalmente atreladas à falta de pagamento de impostos e tributos, que podem impactar negativamente na economia de uma determinada região, além de problemas relacionados às questões trabalhistas, onde os operadores da informalidade ficam desamparados de uma futura assistência do estado, como por exemplo INSS (...) caso precisem de licença médica, e até mesmo dificuldades de futura aposentadoria.

5 DIFERENÇA ENTRE MICROFINANÇA E MICROCRÉDITO

Atualmente, é possível perceber o domínio dos fenômenos monetários e financeiros no mundo todo. O conceito de Capital financeiro tem uma forte tradição no pensamento marxista, e se destaca a partir do trabalho pioneiro do austríaco Rodolf Hilferding, publicado em 1910. Para este autor o capital financeiro surge quando há uma integração entre Capital bancário e o Capital industrial com a dominância dos banqueiros sobre as indústrias. Embora Marx não tenha teorizado o conceito de capital financeiro, sua análise é indispensável para a construção e compreensão de uma teoria marxista das finanças capitalistas.

Ainda com base nas ideias de Hilferding, cuja obra traduzida e publicada no Brasil em 1985, não se busca compreender apenas a fusão do capital bancário com o capital industrial, porque tão importante quanto à fusão em si, são os resultados desta operação, de acordo com ele, "o capital financeiro significa a unificação do capital" e os setores do capital industrial, comercial e bancário se fundem na alta finança.

De acordo com a lógica do capital, o ideal era que o crédito deveria ser fornecido a capitalistas que pudessem acrescentar capacidade produtiva e ou aumentar a produção daqueles bens que propiciassem a sua venda com margem de lucro, ou seja, que pudessem cobrir todas as despesas e custos e ainda dar bons lucros para sustentar a acumulação de capital. Neste sentido os estudos de Martinelle (2004, p. 9) apontam que:

Não há no sistema capitalista, uma estrutura que possa garantir a priori um resultado efetivo para esse controle de concessão de crédito apenas com essa finalidade. Os refinanciamentos, em condições normais, são assegurados e concedidos apenas àqueles que reembolsam periodicamente. Assim, o pagamento de crédito obriga a uma orientação da produção estritamente para aceitação do mercado. O banqueiro acaba assumindo um papel de juiz na avaliação das condições de risco e análise de quem tem condições de obter crédito. Entretanto, não há garantias de que o racionamento do crédito gere o volume necessário de recursos, além de colocá-lo nas mãos certas.

Seguindo o raciocínio do sistema político-econômico social este cenário é extremamente excludente, uma vez que os verdadeiros necessitados do crédito muitas vezes não recebem o crédito, e os capitalistas, em muitos casos, permanecem com recursos ociosos. Enquanto quem mais necessita de crédito não tem alternativa a não ser sujeitar-se aos agiotas, pagando altos juros e sendo fortemente explorados.

Em contrário a esse modelo surge a economia solidária, teoria econômica que sustenta o microcrédito, e, de acordo com as ideias de Singer e Souza (2000), surge como modelo de produção e distribuição alternativa ao capitalismo, criado e recriado periodicamente pelos que

se encontram (ou temem ficar) marginalizados do mercado de trabalho. A economia solidária casa com o princípio da unidade entre posse e uso dos meios de produção e distribuição (da produção simples de mercadorias como princípio da socialização destes meios do capitalismo).

De acordo com os autores supracitados, sob o capitalismo, os meios de produção são socializados na medida em que o progresso técnico cria sistemas que só podem ser operados por um grande número de pessoas, agindo coordenadamente, ou seja, cooperando entre si. Isso se dá não somente nas fábricas, mas também nas redes de transporte, comunicação, de suprimento de energia, de água, de vendas no varejo etc.

Laville (2004) caracterizava a economia solidária como um conjunto de atividades econômicas cuja lógica é distinta tanto da corrente do mercado capitalista quanto da vertente de Estado. Ao contrário da economia capitalista, centrada sobre o capital a ser acumulado e que funciona a partir de relações competitivas cujo objetivo é o alcance de interesses individuais, a economia solidária organiza-se a partir de fatores humanos, favorecendo as relações onde o laço social é valorizado por meio da reciprocidade e adota formas comunitárias de propriedade.

Neste sentido a economia Solidária não pode ser vista apenas como um movimento econômico. É necessário que esteja ligada a outros movimentos sociais que buscam a melhoria de qualidade de vida da população em geral. Paul Singer entende a Economia Solidária como mais uma estratégia de luta do movimento popular e operário contra o desemprego e a exclusão social:

A construção da economia solidária é uma destas outras estratégias. Ela aproveita a mudança nas relações de produção provocada pelo grande capital para lançar os alicerces de novas formas de organização da produção, à base de uma lógica oposta àquela que rege o mercado capitalista. Tudo leva a acreditar que a economia solidária permitirá, ao cabo de alguns anos, dar a muitos, que esperam em vão um novo emprego, a oportunidade de se reintegrar à produção por conta própria individual ou coletivamente. (SINGER, 2000, p. 138).

O trabalho autônomo ganhou destaque nos estudos de Paul Singer, em que o ganho capital por este segmento é a único que se rege pela oferta da força de trabalho. Além disso, essa opção é viabilizada “pelo valorrelativamente pequeno do capital necessário para gerar um posto de trabalho porconta própria” (SINGER, 2008, p. 129). Para o autor um dos caminhos possíveis como solução à problemática da exclusão social e da pobreza é criar oportunidades para que os socialmente excluídos, trabalhadores por conta própria e pequenas empresas (empregadores), possam se reinserir na economia por meio de sua própria iniciativa.

Assim, os trabalhadores por conta própria e empregadores de micro e pequenos (isto é, trabalhadores autônomos) negócios não precisam recorrer apenas às grandes empresas para obter seu sustento; pelo contrário, eles podem gerir seus próprios empreendimentos sem ter que se submeter a subempregos com baixas remunerações por meio do acesso ao microcrédito

Microfinanças é uma ideia do sistema financeiro que atua nos mais diversos segmentos, dando ênfase ao crédito, à poupança e ao seguro e podem ser percebidas por uma provisão de serviços financeiros de pequena escala para negócios e famílias tradicionalmente mantidas fora do sistema financeiro.

Barone e Zouain (2007) definem microfinanças como um campo da economia no qual se combinam mecanismos de mercado, apoio estratégico do Estado e iniciativas comunitárias com o objetivo de estruturar serviços financeiros sustentáveis para a clientela de baixa renda, sejam indivíduos, famílias ou empresas (formais e informais).

No Brasil, a parte mais visível e desenvolvida deste complexo conjunto de ferramentas de geração de renda e combate à pobreza é o microcrédito. Além dele, podemos destacar outros produtos, tais como poupança popular, crédito para moradia, microsseguros, crédito para emergências e o cartão de crédito popular.

Cabe ressaltar que o Brasil é um dos países pioneiros na oferta de crédito para o setor informal urbano. Em 1973, nos municípios de Recife e Salvador, por iniciativa e com assistência técnica de organizações não governamentais, e com o apoio de entidades empresariais e bancos locais, foi criada a União Nordestina de Assistência a Pequenas Organizações, conhecida como programa UNO. Assim como outras experiências brasileiras bem sucedidas de microcrédito, como mostra o Quadro 2.

Quadro 2 – Experiências brasileiras de microcrédito no Brasil 1989 a 1998.

1989	O banco da mulher	Com apoio do fundo das nações unidas para infância/UNICEF, inaugurou utilizando metodologia dos grupos solidários inicialmente para mulheres, tendo ampliado para o público masculino.
1995	ONG Portosol	Fornecer crédito tanto para capital de giro quanto para capital fixo ao microempreendedor, foi originada por meio de funding provido inicialmente do Governo do Rio Grande do Sul.
1996	Programa de Crédito Produtivo Popular	Desenvolvido pelo BNDES tem um trabalho educacional na divulgação do Microcrédito, além de angariar fundos para instituições que trabalham com as microfinanças. Tanto as Organizações Não Governamentais quanto as Sociedades de Crédito ao Microempreendedor (SCM), são atendidas por ele.
1996	O VivaCred	atua nas comunidades do Rio de Janeiro e fornece crédito, tanto para capital de giro quanto para capital fixo, a empreendimentos de micronegócios. Seus recursos iniciais vieram do BID, do BNDES e da Fininvest;
1998	O Crediamigo	possui a peculiaridade de ter sido implementado, em 1998, por um Banco Estatal, o Banco do Nordeste (BNB). Atualmente, ele é o maior programa de microcrédito existente no Brasil.

Fonte: Adaptado de Barone, Dantas e Rezende (2002).

De acordo com Quadro 2 é possível constatar que, de fato, no Brasil o Microcrédito é visto como a parte mais importante da nascente indústria microfinanceira, que se define por um conjunto de serviços financeiros postos à disposição da população de baixa renda e que possivelmente fomentam a economia local.

Parente (2002) reitera que, no âmbito das microfinanças, são combinados mecanismos de mercado, apoio estratégico do Estado e iniciativas comunitárias com o objetivo de estruturar serviços financeiros sustentáveis para a clientela de baixa renda, sejam indivíduos, famílias ou empresas formais e informais.

Portanto o microcrédito se destaca como principal elemento das microfinanças e pode cumprir um papel estratégico na geração de trabalho e renda. Isso, desde que não seja utilizado para uma política compensatória ou assistencialista, mas como elemento central de uma perspectiva mais ampla de integração de empreendimentos populares ou de pequeno porte no processo de desenvolvimento, dentro de uma ótica não excludente e, desde que tratado de forma diferenciada do sistema creditício tradicional.

O microcrédito se encaixa no campo das microfinanças e envolve o fornecimento de crédito a clientes não atendidos pelo setor bancário tradicional, abarcando apenas o setor de empréstimos. Já as microfinanças referem-se a uma gama de serviços financeiros diversos, que incluem microcrédito, micropoupanças, microsseguros, crédito imobiliário, remessas de imigrantes, para citar apenas os principais. Outros exemplos de programas de microfinanças a abertura de postos bancários no comércio tradicional (por exemplo, padarias e mercearias), o que foi recentemente liberado pelo banco central, e mesmos programas de regularização fundiária, caso se adote um sentido ainda mais amplo (NERI, 2008).

Normalmente os clientes destas instituições financeiras são os microempreendimentos⁴, aqueles que foram excluídos do sistema bancário formal, haja vista que para este sistema esse tipo de cliente não vale a pena ser atendido por conta da falta de garantias reais, e por conta do baixo valor de retorno que normalmente essas operações garantem.

Em resumo, essas operações de microfinanças têm como objetivo aumentar a capacidade do sistema financeiro por meio dos seus diversos segmentos, dando ênfase

⁴Segundo Neri (2008), microempreendimentos são atividades econômicas independentes que envolvam um volume reduzido de recursos, o que compreendem desde um vendedor ambulante até uma lojinha com poucos empregados, incluindo qualquer negócio entre esses extremos. Apesar de pequenas essas atividades podem ser consideradas empresas na medida em que envolvem agentes que assumam riscos com seus próprios ativos.

especial ao crédito, e podem ser evidenciados como uma provisão de serviços financeiros de pequena escala para negócios e famílias tradicionalmente mantidas à margem do sistema financeiro tradicional.

5.1 Microcrédito

O microcrédito é a concessão de empréstimos de baixo valor a pequenos empreendedores formais ou informais e microempresas que encontram dificuldades de acesso ao sistema financeiro tradicional, uma vez que não possuem na maioria das vezes garantias reais para ofertar aos bancos. É um crédito destinado à produção de capital de giro e investimento, concedido com o uso de metodologia específica de acesso. É graças a essas falhas de mercados que as organizações de microcrédito começaram a existir como um instrumento capaz de reduzir os problemas ocasionados devido às restrições do crédito bancário tradicional.

Para Varian (1994) a conceituação do microcrédito tem, efetivamente, diversas particularidades pelas quais pode ser definido como um instrumento financeiro que se caracteriza por empréstimos de valores para os micro e pequenos empreendedores de baixa renda, que vivem, em geral, na economia informal e que tem sido desenvolvido para atender às necessidades dos pequenos empreendimentos, levando em conta suas condições econômicas.

Dessa forma, o microcrédito age como uma modalidade de financiamento que permite o acesso dos micro e pequenos empreendedores ao crédito, por meio da utilização de metodologia própria voltada ao perfil e às necessidades dos empreendedores, estimulando as atividades produtivas e as relações sociais da população que participa direta ou indiretamente dele com condições de gerar ocupação, emprego e renda e desenvolvimento local (POCHMANN, 2001).

Segundo Toscano (2002), são raríssimas as instituições no Brasil que realmente ofertam créditos assim como entendia Yunus⁵, que começou a oferta de pequenos

⁵ No livro *o banqueiro dos pobres*, essencialmente uma autobiografia de Muhammad Yunus e do Banco Grameen, é uma mistura fascinante de argumentos econômicos, casos pessoais e histórias inspiradoras. O que se transformou no Banco Grameen e no movimento mundial de microcrédito começou com um empréstimo de apenas 27 dólares, em 1974, feito por Yunus, então professor de economia, para aliviar o sofrimento quando Bangladesh foi atingida por grave escassez de alimentos. Yunus emprestou dinheiro para 42 mulheres para que

empréstimos aos miseráveis, ou seja, os mais pobres dentre os pobres, muito diferente do que se verifica no Brasil.

Parente (2002) considera a diferença entre crédito e microcrédito, bem como entre microfinanças e microcrédito. A grande diferença entre microcrédito e crédito, é que este obtém lucro por meio de grandes montantes, com garantias reais, juros altos que compensam os custos com verificação e monitoramento do projeto e geralmente excluem (de seus clientes) os micros e pequenos empreendedores.

Já o microcrédito possui características voltadas exclusivamente para a população de baixa renda, a exemplo de:

- Trabalhar diretamente na comunidade, através de visitas e encontros que esclarecem à comunidade os pré-requisitos necessários para um provável cliente potencial;
- Fornecimento rápido do empréstimo, visto que ninguém quer esperar meses para ter em mãos o empréstimo, até porque a maioria desses clientes estão acostumados com os agiotas que liberam o dinheiro de imediato.
- Não há necessidade de grandes garantias. O microcrédito utiliza um instrumento conhecido como aval solidário, onde a responsabilidade da devolução do empréstimo é de todos os sócios do negócio, fazendo com que eles próprios monitorem cada indivíduo e pressionem pelo pagamento, caso haja inadimplência. A reputação individual na comunidade é mais importante que o colateral.
- Trabalhar com atividades econômicas já existentes ou que estejam começando e no mercado local.
- Começar com pequenos investimentos, de modo que prove a capacidade do pequeno empresário de reembolsar e verificar o nível de crescimento devido ao empréstimo.
- Fornecer empréstimos crescentes, na medida em que os investimentos são bem sucedidos, e etc.

Assim a diferença entre microfinanças e microcrédito é que o microcrédito é parte das microfinanças, ou seja, as microfinanças abrangem instituições que oferecem serviços financeiros aos carentes como, por exemplo, micro-poupança, micro-seguro, microdoações e, dentre outros, o microcrédito.

elas pudessem comprar bambu para fabricar e vender banquinhos. Em pouco tempo, as mulheres pagaram os empréstimos e continuaram a sustentar a si mesmas e a suas famílias.

De acordo com os estudos de Silva e Góis (2007) aproximadamente 500 milhões de pessoas pobres no mundo, os “sem banco”, demandam por algum tipo de sistema financeiro e as microfinanças atendem apenas a uma pequena parte dessa demanda, cerca de 16 milhões de pessoas. As principais instituições de microfinanças são os bancos comerciais, os intermediários nãofinanceiros, as ONGs e as uniões de crédito.

O grande problema é a auto sustentabilidade, pois se estima que apenas 1% das instituições são auto-sustentáveis e as demais são dependentes de doações. Contudo, o microcrédito não deve ser entendido apenas como uma medida de política econômica, mas também como de política social, pois deve oferecer acessibilidade para agentes econômicos que antes estavam excluídos do mercado financeiro, levando em consideração as demandas locais (NERI, 2008).

Para Barone e Zouain (2007), o impacto social do microcrédito, embora de difícil mensuração, é reconhecidamente positivo, resultando em melhores condições habitacionais, de saúde e alimentar para as famílias usuárias. Além disso, contribui para o resgate da cidadania dos tomadores, com o respectivo fortalecimento da dignidade, a elevação da auto-estima e a inclusão em patamares de educação e consumo superiores.

Atualmente, o microcrédito é concedido no Brasil de várias formas, por meio de ações do Poder Público, da sociedade civil e da iniciativa privada, apresentando diferentes desenhos institucionais, tais como:

O poder Público vem atuando com programas voltados diretamente para o tomador de microcrédito, por meio de bancos oficiais com carteiras especializadas, a exemplo do programa CrediAmigo do Banco do Nordeste, ou através de programas conhecidos como Bancos do Povo, que trabalham majoritariamente com recursos orçamentários. Há ainda os programas públicos de fomento a instituições de microcrédito da sociedade civil e da iniciativa privada. São as chamadas instituições de segunda linha, a exemplo do programa de Crédito Produtivo Popular do BNDS e do Programa SEBRAE de Apoio ao Segmento de Microcrédito. (BARONE et al., 2002, p. 11)

No âmbito da sociedade, as disposições da Lei.9.790, de 23 de março de 1999, da lei 10.194, de 14 de fevereiro de 2001, da Medida Provisória 2.172-32, de 23 de agosto de 2001, da Resolução CMN 2874, de 26 julho de 2001 e de outras normativas específicas convergem para as seguintes possibilidades de organização:

a) Sem fins lucrativos:

- Pessoas jurídicas de direito privado (organizações não governamentais), qualificadas como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público/OCISP, de que trata a Lei

9.790/99, não sujeitos à Lei da Usura, que impede a cobrança de taxas de juros superiores a doze por cento ao ano;

- Pessoas jurídicas de direito privado (organização não governamentais), sujeitas a restrições quanto à estipulações usuárias;

b) Com objetivo de lucro:

- Sociedade de Crédito ao Microempreendedor/SCM, criadas pela Lei 10.194/01, autorizadas a funcionar e supervisionadas pelo Banco Central;
- Instituições pertencentes ao Sistema Financeiro Nacional, que trabalham com oferta de crédito de pequeno valor junto ao público de baixa renda, embora nem sempre tais operações se caracterizem como microcrédito, visto que em várias situações são realizadas com base em procedimentos tradicionais de concessão de crédito.

De acordo com Barone, Dantas e Rezende (2002), o microcrédito adota uma metodologia específica, que consiste, primeiramente, na concessão assistida de crédito. Ao contrário do que acontece no sistema financeiro tradicional, onde existe uma postura reativa (o cliente é que vai até o banco), nas instituições de microcrédito os Agentes de Crédito vão até o local onde o candidato ao crédito exerce sua atividade produtiva, para avaliar as necessidades e as condições de seu empreendimento, bem como as possibilidades de pagamento. Após a liberação do crédito, esse profissional passa a acompanhar a evolução do negócio.

Outro ponto que diferencia o microcrédito tradicional são os sistemas de garantias, importantes para a cobertura de possíveis inadimplências. A prática de concessão do crédito tradicional é as exigências de garantias reais, enquanto que o microcrédito adota garantias mais próximas das condições socioeconômicas dos pequenos empreendedores, cuja ausência de bens para oferecer como garantia real é compensada pelo capital social da comunidade tais como: relações de confiança, reciprocidade e participação (BARONE; DANTAS; REZENDE, 2002).

Desta forma, as garantias podem ser oferecidas: individualmente, com o tomador indicando um avalista/fiador; coletivamente, por meio do aval solidário, que consiste na formação de grupos, geralmente de três a cinco pessoas, em que cada um é ao mesmo tempo tomador de crédito e avalista dos demais.

5.2.1 Contexto histórico do microcrédito

Atualmente, é possível evidenciar por meio das referências analisadas como se originou o microcrédito, onde os primeiros registros de operações de crédito remontam à Inglaterra nos séculos XV, XVI e XVII, realizadas por instituições de caridade que emprestavam dinheiro para jovens com o objetivo de viabilizar o início de suas atividades no comércio. Os fundos eram geralmente constituídos por instituições de caridade com recursos recebidos de doações (SILVA; GÓIS, 2007).

Por volta de 1946 na Alemanha, foi criada a Associação do Pão, uma cooperativa que surgiu pela necessidade de ajudar os agricultores que haviam perdido suas plantações em virtude do rigoroso inverno. Sensibilizado pelos impactos sociais e econômicos, um pastor chamado Raiffeisen passou a ceder aos fazendeiros farinha de trigo para fabricação e comercialização de pão, de maneira a gerar capital de giro para seus negócios (MONZONI, 2006).

Sabe-se que a experiência de microcrédito mais reconhecida mundialmente foi desenvolvida em Bangladesh, na Índia, um Estado soberano e independente desde 1971, quando se tornou independente do Paquistão, e por sua vez se tornou independente do Reino Unido na primeira metade do Século XX com a instituição Grameen Bank fundada por Muhammad Yunus. A ideia nasceu no ano de 1976, quando ele percebeu que os moradores, ao redor da universidade que lecionava, estavam em situação de miséria mesmo desenvolvendo alguma atividade produtiva, pois eram dependentes de agiotas que levavam praticamente todo o lucro obtido (MORAES et al., 2008).

O público-alvo do Grameen Bank era composto pelos mais carentes das aldeias rurais de Bangladesh, devido aos empréstimos os aldeões começaram a expandir ou iniciar uma atividade produtiva, “estudos independentes destacaram que no espaço de dez anos o Grameen conseguiu tirar da pobreza um terço dos indivíduos a quem emprestou dinheiro, e elevou outro terço acima do limite da pobreza” (YUNUS, 2008, p.192). Tal informação deixa claro o quanto esta iniciativa impactou na economia local.

De acordo com Ribeiro (2009), o Brasil por sua vez pode ser considerado um dos pioneiros mundiais na experimentação do microcrédito, pois já em meados de 1973, surge em Pernambuco o programa União Nordestina de Assistência a Pequenas Entidades Empresariais (UNO), em 1987, em Porto Alegre, criou-se o Centro de Apoio ao Pequeno Empreendedor Ana Terra (CEAPE/RS), 1989 o Banco da Mulher/Seção-Bahia passou a trabalhar com microcrédito, utilizando a metodologia de grupos solidários.

Em 1996, o Banco Nacional de Desenvolvimento (BNDES) instituiu o Programa de Crédito Produtivo Popular. Em 1988, o Banco do Nordeste estatal, programou o Programa Crédito Amigo, atendendo diretamente aos pequenos empreendedores de baixa renda do Nordeste e Norte de Minas Gerais, Espírito Santo e o programa Credigente tendo por finalidade a concessão de empréstimos rápidos, limitados e sem burocracia a microempreendedores formais e informais (BNDES, 2017).

A lista de projetos e programas criados pela economia brasileira busca colocar à disposição daqueles que estariam à margem do sistema financeiro nacional, acesso a serviços de microcréditos por meio de programas voltados diretamente para o tomador de microcrédito, neste caso os microempreendedores.

Diante deste cenário e sem perspectivas de um emprego formal, muitos trabalhadores buscam iniciar um negócio próprio, contribuindo para o desenvolvimento da economia local, buscando romper com o paradigma da “economia de contracheque”. Entretanto, além do despreparo diante de uma realidade empresarial e empreendedora, ocasionado pela falta de conhecimento empresarial, estes indivíduos enfrentam dificuldades para iniciar e ou conduzir suas atividades devido à falta de crédito.

No Brasil, o acesso ao crédito para o micro e pequeno empresário, sobretudo aquele que está iniciando nos negócios, continua sendo um problema. Mesmo que tenha uma ideia promissora, o empreendedor não consegue crédito bancário com facilidade. Ideia não é garantia. E é nela que está o problema (LESSA, 2001). Daí justificar a relevância da possibilidade de acesso ao microcrédito no desenvolvimento regional como elemento de força no fomento da economia.

Constata-se que é exatamente essa a força das finanças informais. A grande virtude do crédito informal é a facilidade de seu acesso e a redução na assimetria de informação que lhe é subjacente. Essa redução se dá pela existência de laços sociais entre os indivíduos que podem ser de igualdade, de subordinação e até de exploração, revelando o amplo domínio da reciprocidade nas sociedades contemporâneas; e de laços financeiros que constituem uma rede de relações de proximidade entre as pessoas, diferente da frieza impessoal da noção de serviços bancários formais (ABRAMOVAY, 2004).

Para Alves e Soares (2004), o microcrédito é um instrumento que facilita a vida das pessoas e o seu acesso deve ser reconhecido como um direito fundamental do ser humano. Conclui-se o papel social que o microcrédito possui nesta mesma linha de responsabilidade social. Sandroni (2015), em sua obra, associa microcrédito a um crédito fornecido em pequena escala para pessoas menos favorecidas destinadas ao crescimento de seu negócio,

devendo ser usado de alguma forma como “investimento”, e ainda alinhada nesta concepção. Constanzi (2002) afirma que o microcrédito é um mecanismo sustentável de combate à pobreza e à exclusão social.

Dentro destas várias definições, uma a ser considerada é a visão de Alves e Soares (2004), que compreendem o microcrédito como sendo uma alternativa para aqueles microempreendedores que têm acesso restrito a outras fontes de crédito, geralmente, por não possuírem atividade econômica formalmente registrada, nem garantias reais a serem oferecidas em empréstimos e manterem negócios com características aquém daquelas exigidas pelos programas oficiais de financiamento. Em consonância para Passos et al. (2002), o microcrédito se define pela ausência de garantias reais e pela destinação do empréstimo à geração de auto emprego.

Neste sentido, considera-se a ligação da teoria schumpeteriana com a teoria evolucionária do desenvolvimento econômico. Segundo essa teoria, a adaptação evolucionária implica em transformações econômicas, políticas, sociais e culturais, mudando o ambiente. Essa era a posição de Schumpeter: ele afirmava que o processo de mudança explicava-se pelo conjunto das mudanças precedentes, incluindo as mudanças econômicas. Desse modo, instituições estáveis e modernas, como as bancárias, são instituições que favorecem o desenvolvimento econômico.

Em seus estudos, que são referência na área de oferta de crédito para os pobres, Yunus (2008) explica que em sua maioria os indivíduos encontram-se à margem do sistema capitalismo neoliberal mesmo dentro de economia com diversidade empreendedora e com potencial para sua expansão. Com isso torna-se evidente o mérito da criação de uma tipologia de crédito pensado não apenas em benefício para as instituições financeiras, mas como uma versão de empréstimo para investimento em atividades produtivas para pessoas de baixa renda e que tem como condicionante a abertura de concessão de crédito em volumes relativamente pequenos.

6 A AGÊNCIA DE FOMENTO DO AMAPÁ E A OFERTA DE MICROCRÉDITO NA LINHA AFAP, 2015 AMAPÁ SOLIÁRIO – AMASOL

Foi no ano de 1997 que agência deu início às suas atividades, alinhada com o término das atividades do extinto Banco do Estado do Amapá (BANAP). O modelo de agência de fomento tem suas atividades normatizadas pelas diretrizes do banco central. Centrada no apoio de financiamentos ao pequeno empreendedor, urbano ou rural, formal ou informal, fomentando a geração de emprego e melhoramento da renda da sociedade local.

As bases legais e normativas da AFAP encontram-se na Medida Provisória nº 1773-32, a Resolução 2574, de 17 de dezembro de 1998, do Conselho Monetário Nacional, que substituiu a Resolução 2347, de 20.12.66, do mesmo Conselho; o Decreto Estadual nº 3213, de 23.12.98, e a Lei Estadual nº 0369, de 03.10.97, alterada pela Lei nº 0414, de 31.03.98. Em síntese, as atribuições da AFAP são orientadas e normatizadas pelo Banco Central do Brasil (BACEN) a partir da Resolução nº 2574, que dispõe sobre a constituição e o funcionamento das Agências de Fomento (AFAP, 2016).

De acordo com o Planejamento Estratégico AFAP (2016-2020) a finalidade da Agência é de financiar as atividades produtivas do estado do Amapá, prestar garantias, prestar serviços de consultoria de agente financeiro e administrar os fundos de desenvolvimento do artesanato e do setor primário do estado do Amapá. No Art. 3º de seu Estatuto Social estabelece como objetivo captar recursos no país e no exterior, a fim de financiar projetos de desenvolvimento econômico no estado do Amapá.

O aporte de recurso da Agência tem como fonte de financiamento os recursos concedidos dos fundos, o Fundo de Apoio ao Microempreendedor e ao Desenvolvimento do Artesanato do Amapá (FUNDMICRO) e o Fundo de Desenvolvimento Rural do Amapá (FRAP). Também dispõe de recursos da administração dos fundos e de aportes de recursos do governo do Estado.

Atualmente, a Agência de Fomento do Amapá atua em quatro territórios amapaenses e tem sua sede central na capital, onde encontra-se 60% da população. Os demais escritórios estão nos municípios de Santana, Laranjal do Jari e Oiapoque. Considerando o tamanho da população atendida onde estão instalados os seus escritórios, a AFAP abrange 83,3% da população do Estado. É importante frisar o critério de regionalidade nos atendimentos de seus escritórios, uma vez que eles devem atuar de forma descentralizada atendendo polos de municípios por regiões.

O público atendido pela AFAP enquadra-se no grupo de micro finanças que são pessoas de baixa renda ou pequenos e micro empreendedores formais ou informais que precisam de recursos para movimentar seus negócios, sem muita exigência para a concessão do crédito. O crédito da AFAP é diferenciado do mercado tradicional e os valores de empréstimos são baixos dentro da capacidade de pagamento de seus clientes.

Na concessão de crédito a AFAP trabalha com dois tipos as operações: a de “hot money” que são empréstimos de curtíssimo prazo, com objetivo de simplificar os procedimentos operacionais, é criado um contrato com regras estabelecidas do empréstimo, e são valores muito pequenos que não chegam a R\$ 1.000 (mil reais).

Este tipo de operação sempre acontece em eventos promovidos pelo governo como carnaval, feiras, etc. e os clientes são os ambulantes que usam o dinheiro para movimentar seu capital de giro. A outra operação é o microcrédito com regras estabelecidas no contrato, onde os recursos são para atender capital de giro e capital fixo. Esses empréstimos são em tempo e valores maior, havendo critérios de controle bem maior, considerando o volume de recursos do empréstimo (AFAP, 2016).

A AFAP oferece crédito com taxas de juros diferenciadas e mais baixas que a taxa aplicada no mercado. A aplicação dessas taxas está na facilidade da concessão de crédito para redução dos custos de produção, com diminuição da burocracia e formas de garantias diferenciadas.

A estrutura organizacional atual é composta por 26 cargos, distribuídos pelos órgãos de colegiados, órgãos singulares da administração, órgãos singulares gerenciais, unidades operacionais e órgãos de staff. Conta também com 89 colaboradores, com um quadro de efetivo que representa 32,6% do total de colaboradores. Os demais colaboradores pertencem ao quadro de cargo comissionado e de contrato administrativo, também estão os estagiários e menor aprendiz.

A importância da AFAP na economia amapaense está em desenvolver o mercado local que apresenta uma elevada taxa de informalidade e um grande número de empresas de pequeno porte chegando a 98,5% de toda a economia. Então a AFAP encontra-se hoje como uma oportunidade de alavancar o mercado dos pequenos empreendedores formais e informais, concedendo crédito produtivo mais barato e contribuindo para o fortalecimento da formalidade desses empreendimentos.

As Agências de Fomento têm como finalidade conceder “financiamento de capital fixo e de giro associado a projetos na Unidade da Federação onde tenham sede” e “devem ser constituídas sob a forma de sociedade anônima de capital fechado e estar sob o controle de

Unidade da Federação, sendo que cada Unidade só pode constituir uma agência”(BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2004).

Apesar de terem um status de instituição financeira, seu raio de atuação é restrito uma vez que não estão aptas a: recorrer ao redesconto; captar recursos junto ao público; ter conta de reserva no Banco Central; ter participação societária em outras instituições financeiras; contratar depósitos interfinanceiros na qualidade de depositante ou de depositária.

Finalmente, as agências de fomento são obrigadas a manter um fundo de liquidez equivalente a, pelo menos, 10% do valor de suas obrigações que será inteiramente aplicado em títulos públicos federais (BRASIL, 2004). Este tipo de entidade microfinanceira é regulamentado pela Resolução CMN 2.828, de 2001.

A AFAP é uma empresa pública criada em 23 de dezembro de 1998, pelo Decreto nº. 3213 na forma de Sociedade Anônima, Unipessoal de Capital Fechado, com a finalidade de apoiar financeiramente o micro e o pequeno empreendedor, do campo e da cidade, formal ou informal, que visa estimular a política de geração de emprego e renda para todos os amapaenses.

Segundo documentos e arquivos da instituição (não publicados) a AFAP faz parte da política de incentivo do setor produtivo do Amapá e encontra-se vinculada à Secretaria de Estado do Trabalho e Empreendedorismo (SETE), com a finalidade de assegurar a difusão de políticas de crédito, voltadas para expansão, diversificação e modernização da economia estadual. Sua atuação caracteriza-se como um vigoroso instrumento indutor do desenvolvimento local.

De acordo com informações da própria instituição⁶ a missão da AFAP fundamenta-se no desenvolvimento da economia do estado do Amapá, facilitando o acesso ao crédito para garantir a sustentabilidade dos empreendimentos locais, tem como visão de futuro ser referência na oferta de crédito produtivo no estado, como parceira de empreendimentos sustentáveis. Seus valores são norteados pela ética, honestidade, comprometimento, eficiência e respeito.

Uma das políticas da Instituição está no incentivo ao empreendedorismo local, principalmente o microempreendedor visando à criação, crescimento e consolidação dos tomadores enquanto público alvo. Os tomadores da AFAP são empreendedores formais e informais, que atuam promovendo a geração de emprego e renda no estado do Amapá. A

⁶Disponíveis no site oficial da AFAP no endereço eletrônico: www.afap.ap.gov.br.

instituição atende por meio de diversas linhas de crédito, a pequenos, micros e médios empreendimentos do Amapá, dos setores produtivos: comércio, serviços e indústria.

O microcrédito no Amapá é utilizado de forma a fomentar os pequenos negócios e essa medida tem duas metas que são: a diminuição da taxa de desemprego e a inclusão social dessa parcela da população. Através da AFAP o governo do Amapá disponibiliza aos empreendedores diversas linhas de créditos direcionados ao empreendedor informal e ao formal que estão no porte de pequenos negócios (AFAP, 2010).

Assim como em outros estados do Brasil, o microcrédito no Amapá é operacionalizado de maneira a fomentar os pequenos negócios e essa medida tem duas premissas que são: a diminuição da taxa de desemprego e a inclusão social de uma parcela da população.

Por meio da AFAP o governo do Amapá disponibiliza aos possíveis tomadores diversas linhas de créditos direcionados ao empreendedor informal e ao formal que estão no porte de pequenos negócios. Dentre as linhas de crédito disponíveis na AFAP, no quadro abaixo estão descritas algumas com suas condições e encargos oriundas de recurso próprio da Agência de Fomento.

De acordo com o Quadro 3, atualmente existem doze linhas de crédito oriundas do recurso próprio da Agência de Fomento do Amapá. As linhas são das mais variadas, levando em consideração a necessidade de desenvolvimento econômico e social dos tomadores de crédito.

Quadro 3- Linhas de crédito concedido pela AFAP- Recurso Próprio 2017.

LINHAS DE CRÉDITO	A QUEM SE DESTINA	LIMITES DO FINANCIAMENTO	ENCARGOS FINANCEIROS
1. Amapá Solidário – AMASOL	Empreendedores informais.	Até R\$ 10.000,00	2,5% a.m.
2. AFAP Mototáxi Legal	Serviço autônomo de mototáxi, para renovação e modernização da frota de mototáxi do Estado do Amapá.	Até \$ 12.000,00	2,0% a.m.
3. AFAP Empreendedor Microempreendedor Individual – MEI	Empreendedores Individuais.	Até R\$ 15.000,00	2,0% a.m.
4. AFAP Microempresa e Empresa de Pequeno Porte - MIPEM	Microempresas e Empresas de Pequeno Porte.	Até R\$ 100.000,00	Taxa 2,0% a.m.
5. AFAP Táxi Legal	Serviço autônomo de táxi, para renovação e modernização da frota de táxi do Estado do Amapá.	Até R\$ 50.000,00	Taxa 2,0% a.m.

Conclusão

LINHAS DE CRÉDITO	A QUEM SE DESTINA	LIMITES DO FINANCIAMENTO	ENCARGOS FINANCEIROS
6. AFAP Profissional Liberal	Profissionais liberais com nível superior.	Até 20.000,00	Taxa 2,5% a.m
7. AFAP Empreendedores Culturais	Empreendedores da área cultural, através da promoção e preservação da diversidade cultural.	Até 15.000,00	Taxa 2,0% a.m.
8. AFAP Crédito para a Juventude	Concessão de crédito aos jovens empreendedores ,pessoa física ou jurídica.	Até 10.000,00	Taxa 2,5% a.m
9. AFAP Veículo de Médio e grande porte.	Financiar a aquisição de veículos de médio e grande porte, novos de fabricação nacional, para empreendedores de transporte alternativo, intermunicipal complementar, transporte escolar, empresas de turismo, hotéis, autoescolas e empresas de locação de veículos.	Até 60.000,00	Taxa 2,0% a.m.
10. AFAP Credmais	Concessão de crédito de forma ágil pra a carteira de cliente com bom histórico de pagamento junto a instituição.	Até 2.400,00	Taxa 2,5% a.m
11. AFAP Beleza empreendedora	Financiamento de atividades comerciais e de serviços, fortalecendo os empreendedores da área da beleza e estética	Até 20.000,00	Taxa 2,0% a.m.
12. AFAP Navegar	Financiamento de pessoas físicas e jurídicas, assim como cooperativas, destinadas a promover implantação, ampliação e modernização de embarcações pequenas e de médio porte.	Até 30.000,00	Taxa 2,0% a.m

Fonte: Adaptado do Relatório Internos da AFAP (2017).

O Banco da Amazônia (BASA), o Banco do Brasil e a Caixa Econômica Federal são instituições bancárias do sistema tradicional e também operacionalizam microcrédito no Amapá. Porém, os mesmos praticam taxas e prazos diferentes da Agencia de Fomento, haja vista que são geridos por legislações específicas e distintas conforme ilustra o Quadro 4.

Quadro 4 – Instituições Bancárias que ofertam microcrédito no Amapá 2017.

INSTITUIÇÃO	TIPOS DE FINANCIAMENTO	TAXA
BANCO DA AMAZÔNIA (BASA)	Amazônia Microcrédito: destina financiamento de R\$200,00 a R\$ 600,00, para microempreendedores e pessoas físicas em geral, inclusive aposentados e pensionistas do INSS.	Taxa de juros de 2% a.m e prazo de pagamento de 4 a 12 parcelas mensais.

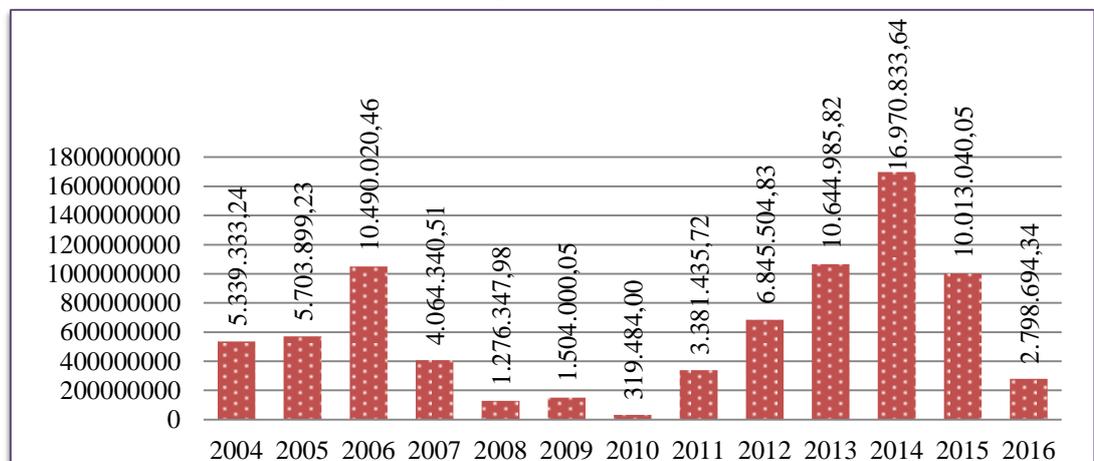
BANCO DO BRASIL	Destina financiamento de até R\$ 2.000,00, para correntistas com renda mensal de até R\$ 1 mil, além de aposentados e pensionistas do INSS com benefício mensal no valor de até dois salários mínimos.	As taxas e prazos são diferenciados dependendo do tipo da negociação, podendo ser de 0,99% a.m. a 1,80% am e prazo para pagamento de 4 a 48 meses.
CAIXA ECONÔMICA FEDERAL	Destina linha de crédito operacionalizada por meio de Instituição de Microfinanças (IMF) devidamente credenciadas pela CAIXA, no montante de no mínimo de R\$ 250,00 e máximo. de R\$ 15.000,00	Taxa de até 3,9% ao mês e prazo de pagamento de até 24 meses.

Fonte: Adaptado do Material coletado junto às instituições financeiras (2017).

A empresa pública AFAP desponta como principal instrumento de fomento ao desenvolvimento local, atua para implementação de programas e projetos de curto, médio e ou longo prazos, sobretudo àqueles de reconhecido impacto na economia amapaense. Os objetivos da instituição visam contribuir para o desenvolvimento do Amapá, entendidos em seus aspectos econômico, social e cultural passando pelo estabelecimento das bases para uma economia dinâmica, diversificada e sustentável (AFAP, 2009).

Para atender sua finalidade de fomento, a economia amapaense tem necessidade de aporte de recursos, com isso procura atender a captação desses recursos no país e no exterior que possibilitem financiar projetos de desenvolvimento socioeconômico no Estado do Amapá e proporcionar a concessão de crédito de forma ágil, acessível e adequada. Diante deste cenário, é possível acompanhar no Gráfico 7, o montante de valores financiados pela agência desde o momento em que iniciou a concessão de créditos.

Gráfico 7 – Volume (R\$) créditos concedidos pela AFAP no período de 2004 a 2016.



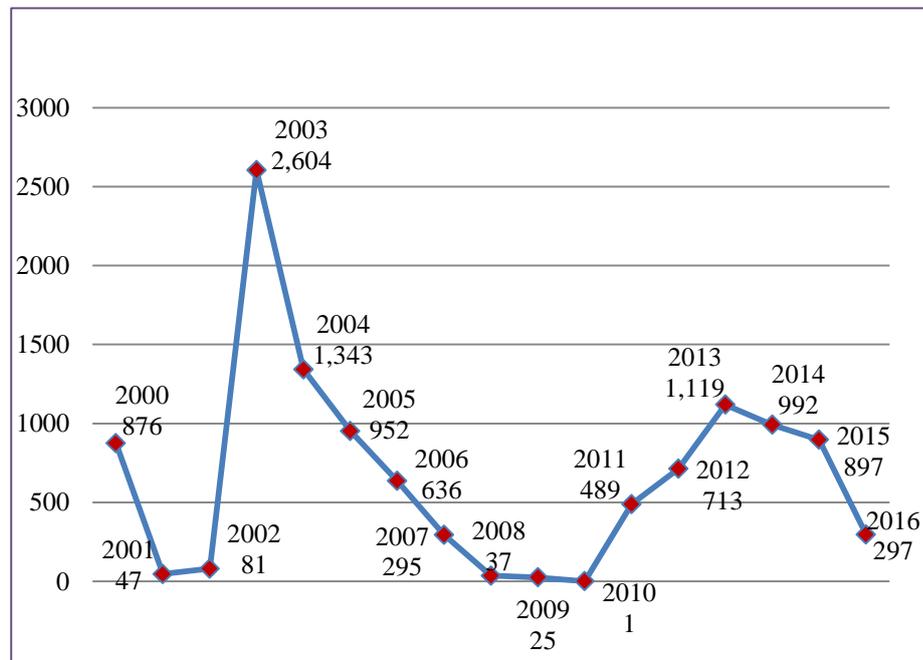
Fonte: Adaptado dos Relatórios Internos da AFAP (2017).

É possível observar que nos últimos treze anos a Agência de Fomento do Amapá – AFAP concedeu uma quantia expressiva de recursos, assim como é possível verificar diversas oscilações de valores, pois assim como em 2010 foram financiados aproximadamente

320.000,00 (trezentos e vinte mil reais), em 2014 houve um pico com maior valor concedido, da ordem de aproximadamente 17.000.000,00 (dezesete milhões).

Com base nos dados se faz necessário buscar compreender, de forma mais aprofundada o comportamento relacionado a variação diferente conforme apresentada pelo Gráfico 8, identificando as motivações das diversas oscilações, assim como em que cenário estas oscilações ocorreram.

Gráfico 8 – Número de Operações realizadas pela AFAP no período entre 2000 a 2016.



Fonte: Adaptado do Relatórios Internos da AFAP (2017).

6.1 A oferta de microcrédito na linha amapá solidário - amasol

A AFAP tem como finalidade estimular a economia do Estado do Amapá por meio do fomento, facilitando o acesso ao crédito para garantir a sustentabilidade dos empreendimentos locais através do Crédito Produtivo Orientado. Sendo uma alternativa que foge ao modelo padrão de concessão de crédito para pessoas que estão fora do mercado formal e não teriam acesso ao crédito tradicional ofertado no mercado.

A AFAP, como um dos principais agentes impulsionadores do desenvolvimento econômico do Estado do Amapá, busca analisar e identificar o cenário econômico amapaense para que possa adequar suas ações de maneira mais concreta oferecendo linhas de crédito, antecipando-se às necessidades do mercado.

As linhas de crédito da AFAP tem como objetivo estruturar os diversos negócios em vários setores da economia local, financiar os empreendedores, estimular a geração de emprego, renda e receita pública ao estado do Amapá.

A AMASOL tem como objetivo propiciar a concessão do crédito de forma ágil, acessível e adequada para a criação, crescimento e consolidação de empreendimentos informais, tendo em vista seu fortalecimento e formalização, bem como estimular o desenvolvimento econômico e social, a geração de emprego e renda nas receitas públicas no Estado do Amapá. A forma de acesso e características essenciais estão delineadas no Quadro 5.

Quadro 5- Características da linha de crédito AMASOL 2017.

ORIGENS DOS RECURSOS	BENEFICIÁRIOS	LIMITE DE FINANCIAMENTO	MODALIDADE DE CRÉDITO	ENCARGOS FINANCEIROS
Recursos Próprios da AFAP	Pessoas físicas informais	Até 10.000,00, poderá ser financiado até 100% do valor.	Capital de Giro Aquisição de matérias primas e insumos.	- Taxa de juros de 2,5 a.m
Recursos provenientes do FUNDIMICRO	Pessoas físicas informais	Até 10.000,00, poderá ser financiado até 100% do valor.	Investimento Fixo Máquinas, equipamentos, ampliação, reforma de instalação e construção, relacionada à atividade empreendedora.	- IOF de acordo com o fornecido pela Secretaria da Receita Federal
Recursos oriundos de outras instituições.	Pessoas físicas informais	Até 10.000,00, poderá ser financiado até 100% do valor.	Investimento Misto Acesso às duas modalidades anteriores	- Taxa de cadastro de R\$ 60,00 (sessenta reais) deduzido do valor liberado.

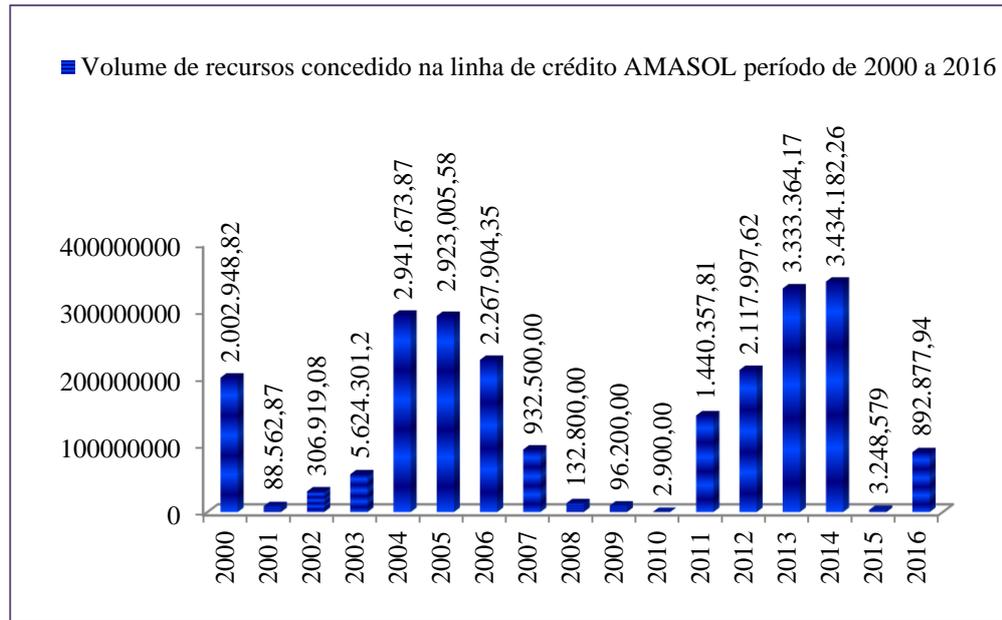
Fonte: Adaptado dos Relatórios Internos da AFAP (2017).

A AMASOL, é uma das linhas mais acessadas da AFAP, criada em 2001, mas seu histórico de movimentação financeira se deu a partir de 2003. É uma linha destinada a tomadores informais com atuação na economia solidária, de acordo com os relatórios internos de gestão. Esta é a linha que mais representa o banco do povo. Sua movimentação financeira em números de recursos concedidos, conforme fica nitidamente evidenciada no Gráfico 8.

De acordo com o Gráfico 8 desde de 2000, quando a linha começou operar no Amapá, registrou um intenso fluxo de recursos acessados pela sociedade amapaense, dado que justifica seu pragmatismo, isso porque vem sendo uma das linhas mais acessadas da AFAP.

Para acompanhar o desenvolvimento desta linha, é importante visualizar as informações contidas no Gráfico 9, que apresenta o número de operações concedidas durante os últimos 15 anos de atuação da AFAP.

Gráfico 9 – Crédito concedido pela AFAP no período de 2000 a 2016.



Fonte: Adaptado do Relatórios Internos da AFAP (2017).

De acordo, com o Gráfico 9, é possível visualizar que ocorrem picos de crédito concedido, o que nos leva a fazer uma análise mais detalhada de cada período, no sentido de melhor compreender as curvas e suas especificidades.

7 OS IMPACTO DO MICROCRÉDITO NO DESENVOLVIMENTO DO EMPREENDEDOR INFORMAL DA CIDADE DE MACAPÁ

A identificação do perfil dos tomadores de crédito da AFAP é relevante para análise das diferentes categorias nas quais podem ser enquadrados os indivíduos, e com isso gerar um panorama de informações sobre as características do cidadão que está sendo o beneficiário do financiamento. Os dados refletem a realidade de 84 tomadores de crédito que recorreram à AFAP, através da linha de crédito AMASOL para fomentar seus negócios.

Nesse sentido, o resultado da pesquisa apontou que os tomadores de crédito da Linha AMASOL que integraram o estudo são 50% do sexo masculino e 50% do feminino. Sendo 41,7% solteiros, 34,5% com união estável e 21,4% casados. Encontram-se entre as faixas de idade 33,3% de 30 a 39 anos, 29,8%, mais jovens, de 20 a 29 anos, seguido 22,6% entre 40 a 40 anos e a minoria 6% com 50 a 59 anos e 8,3% acima de 60 anos, conforme está descrito na Tabela 7.

Tabela 7 – Perfil geral dos entrevistados, 2017.

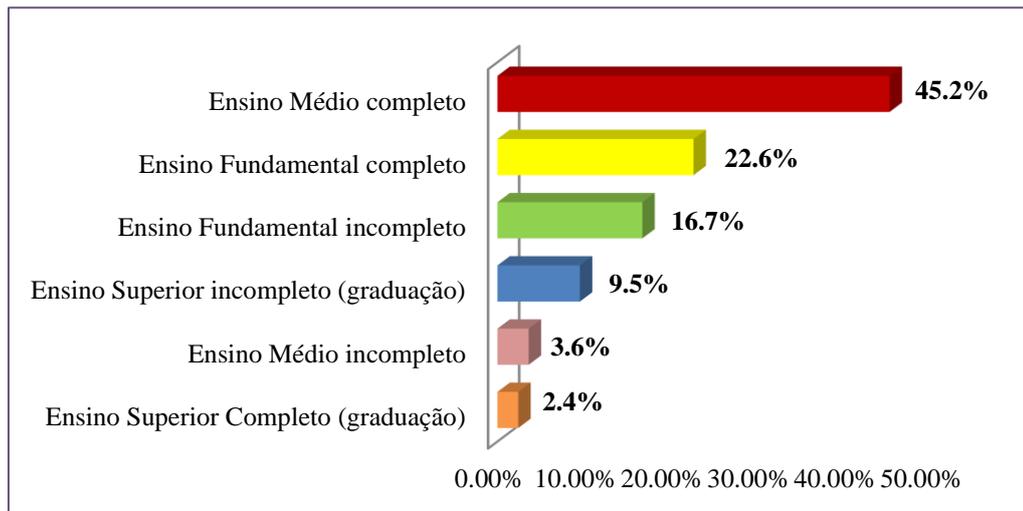
Sexo	Percentual	Estado Civil	Percentual	Faixa Etária	Percentual
Masculino	50%	Solteiro (a)	41.7%	30 - 39 anos	33.3%
		União Estável	34.5%	20 - 29 anos	29.8%
		Casado (a)	21.4%	40 - 49 anos	22.6%
Feminino	50%	Separado (a),	2.4%	50 - 59 anos	6.0%
		Divorciado (a)		Acima de 60 anos	8.3%
Total	100.00%	Total	100.00%	Total	100.00%

Fonte: Autora do trabalho (2017).

É importante ressaltar que este cenário de equilíbrio entre os percentuais feminino e masculino mudou em relação ao trabalho de Costa (2016), que identificou ser 47% dos indivíduos do gênero masculino e 52,7% feminino. Percebe-se que houve uma diferença ainda que pequena em relação ao gênero masculino e feminino, mas o número de mulheres que são empreendedoras e buscam o benefício do microcrédito foi superior no referido período. E, atualmente, percebe-se que o homem passou a buscar mais o crédito.

Sobre a escolaridade, os dados corroboram com um nível baixo de formação, pois ensino médio completo, fundamental completo e incompleto alcançaram os maiores percentuais de 45,2%, 22,6% e 16,7%, respectivamente. Para o ensino superior (graduação) incompleto apenas 9,5% e completo 2,4% conforme ilustra o Gráfico 10.

Gráfico 10 – Escolaridade dos entrevistados 2017.



Fonte: Autora do trabalho (2017).

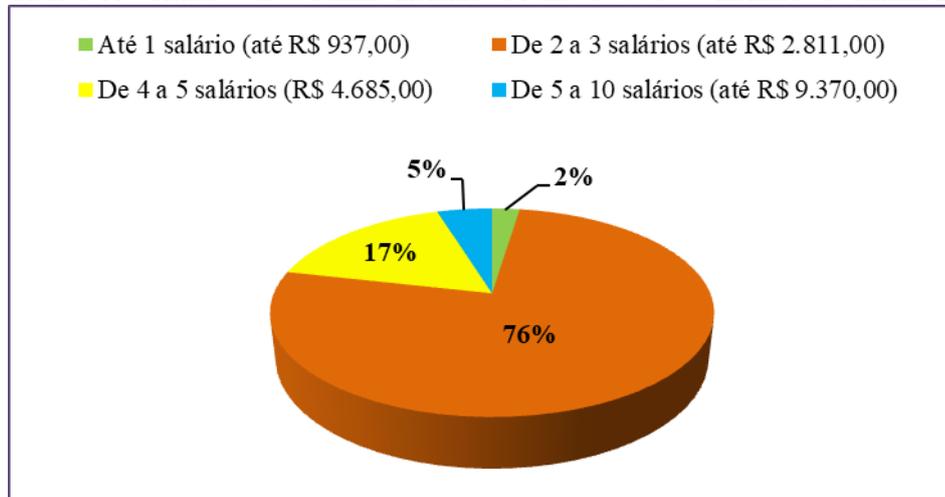
Estes dados são semelhantes aos encontrados por Fagundes (2015), pois sua amostra de tomadores de crédito apontou 28% para concluintes do ensino médio, 36% não concluintes do ensino médio, 24% com ensino fundamental e 4% estava cursando o nível superior. O referido autor categorizou que o resultado implicava em uma problemática para essa população de pouca escolaridade, fator que dificulta a entrada no mercado de trabalho formal, e, como estratégia para obtenção de renda, buscam na alternativa de empreender por conta própria, a formalização. O que de certo não constitui-se, segundo Moreira e Antonello (2011), como um empecilho para contribuir positivamente para amenizar a precarização do trabalho por meio do microcrédito.

O que confirma a finalidade da linha de crédito AMASOL a destinar a oferta de crédito a empreendedores informais admitindo que a falta de qualificação seja um dos fatores que potencializam seu crescimento. E pela falta de oportunidade é que surge a atividade informal que tem se alavancado com a situação de crise e crescimento do desemprego na cidade de Macapá, como sendo uma alternativa para as pessoas que buscam ter uma geração de renda trabalhando por conta própria.

A renda da família destacou-se com 76%, os que têm rendimento de 2 a 3 salários mínimos, 17% de 4 a 5 salários, 5% de 5 a 10 salários e somente 1% até 1 salário (Gráfico 11). Este indicador é apontado pela pesquisa GEM (2017) como um fator de renda intermediário e concentra-se respectivamente 21,1% e 29,2% dos empreendimentos estabelecidos.

Além disso, os resultados apontam que a maior parte dos empreendedores iniciais no Brasil (71%) possui renda familiar entre um e três salários mínimos e a faixa salarial com maior participação considerando os empreendedores iniciais é de renda familiar de dois salários mínimos (28,8% dos empreendedores iniciais) enquanto que a menor participação é a composta por famílias com renda de mais de 6 salários mínimos (3,5%).

Gráfico 11 – Renda total da família incluindo a renda de todos os membros da família 2017.



Fonte: Autora do trabalho (2017).

Na Tabela 8 tem-se a informação da média de 4 pessoas residentes no domicílio, em média pelo menos de 2 contribuem com a renda familiar e média de 1 filho dependente. Informação que confirma a pesquisa GEM (2009) sobre fatores que justificam a participação feminina no mercado de trabalho ser a mudança na estrutura familiar.

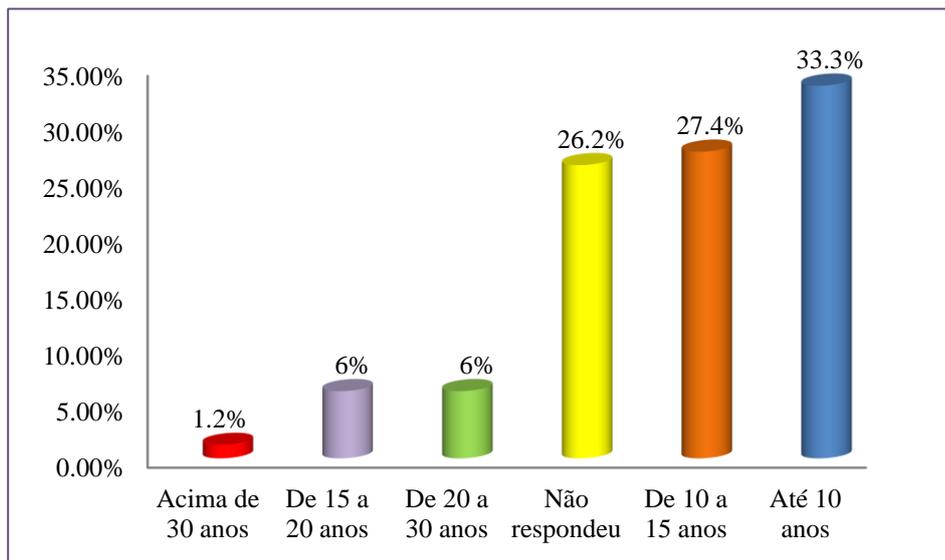
Tabela 8 – Informações gerais da família 2017.

	MÉDIA	MEDIANA	MÍNIMO	MÁXIMO	DESVIO PADRÃO
Número total de pessoas residentes no domicílio	4	4	2	8	1.39
Total de pessoas que contribuem com a renda familiar	2	2	1	7	1.12
Número de filhos dependentes financeiramente	1	1	0	4	1.09

Fonte: Autora do trabalho (2017).

Com referência aos filhos dependentes financeiramente, 33,3% tem até 10 anos, 27,4% de 10 a 15 anos (Gráfico 12).

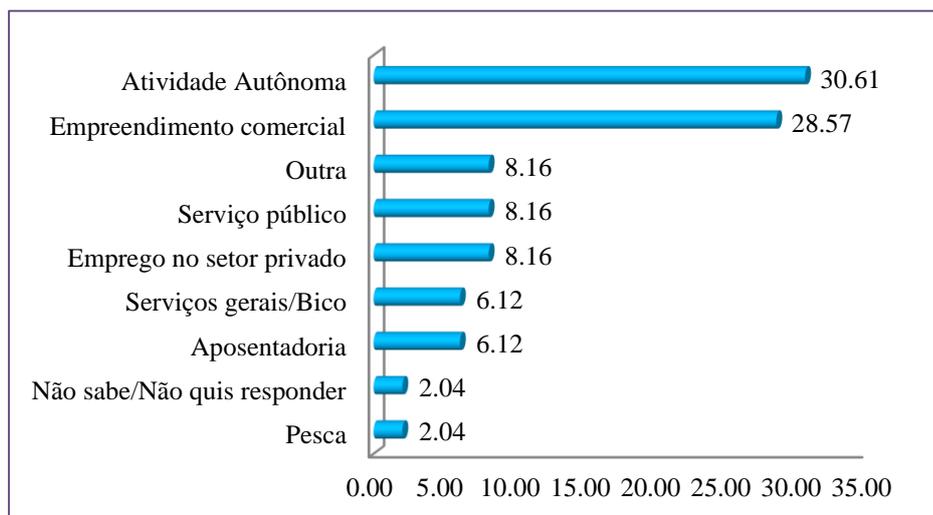
Gráfico 12 – Faixa etária dos filhos que são dependentes financeiramente 2017.



Fonte: Autora do trabalho (2017).

No Gráfico 13 se destaca como fonte de renda familiar, 30,61% exercem atividades autônomas e 28,57% possuem empreendimento comercial. Também foram citados com menores frequências serviço público, emprego no setor privado, serviço gerais/bico, aposentadoria e pesca.

Gráfico 13 – Atividade fonte de renda da família 2017.



Fonte: Autora do trabalho (2017).

Esta realidade é retratada por Colodeti e Leite (2012) como positivo ao microcrédito devido a ideia do setor informal ser associado ao empreendedorismo como uma alternativa para solucionar a pobreza através da emancipação individual na esfera de mercado.

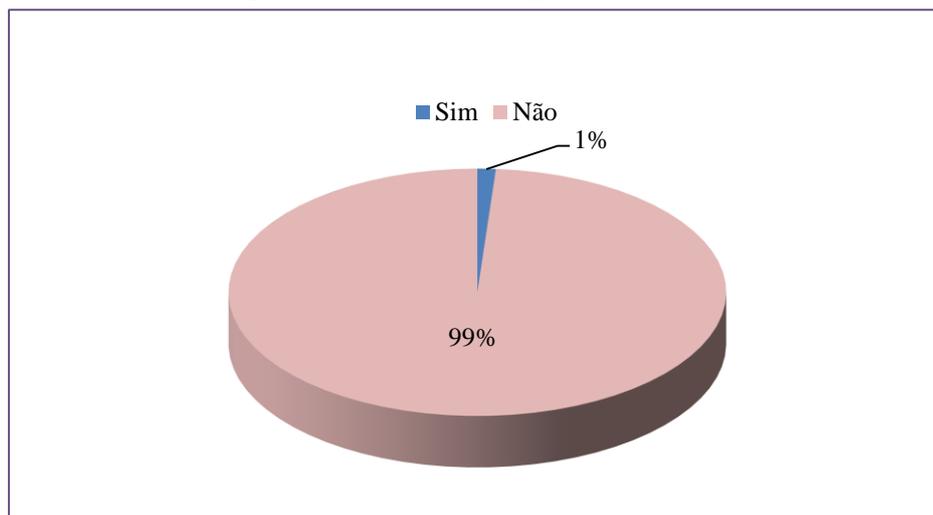
Além, disso os respectivos autores dizem que essa é uma modalidade de crédito destinada em primeira instância a atender ao mercado informal sendo entendida como oportunidade de crescimento econômico.

SINGER (2008) reitera que um valor pequeno de capital gera um posto de trabalho e cria oportunidades para inserir os socialmente excluídos, os trabalhadores por conta própria e pequenas empresas empreendedoras.

Costa (2010) afirma ainda, que os programas de apoio aos trabalhadores informais constituem-se em um viés empreendedor de uma política social e que representa uma conquista de produzir renda por conta própria.

A respeito do recebimento de auxílio governamentais (bolsas) 99% não recebe e apenas 1% recebe (Gráfico 14). Essa não dependência de auxílios governamentais sugere que o fator fonte de renda encontrado na presente dissertação não enquadra os tomadores de crédito em um estado de vulnerabilidade econômica que, de certo modo, é o requisito para ser contemplado com esse tipo de auxílio.

Gráfico 14 – Recebe algum auxílio (BOLSA) do governo?



Fonte: Autora do trabalho (2017).

Para as características da casa, 96,4% possuem casa própria, o material da casa 64,3% é de alvenaria e 31% mista (madeira e alvenaria), tendo maiores percentuais para os número de entre 4 a 6 cômodos na casa (Tabela 9). Indicativo que para Furtado (2015) sugere que os candidatos ao microcrédito já possuem certo grau de inclusão social e o fato de já possuírem casa própria provoca uma maior diversificação de consumo e maiores chances de qualidade de vida.

Tabela 9 – Característica da casa 2017.

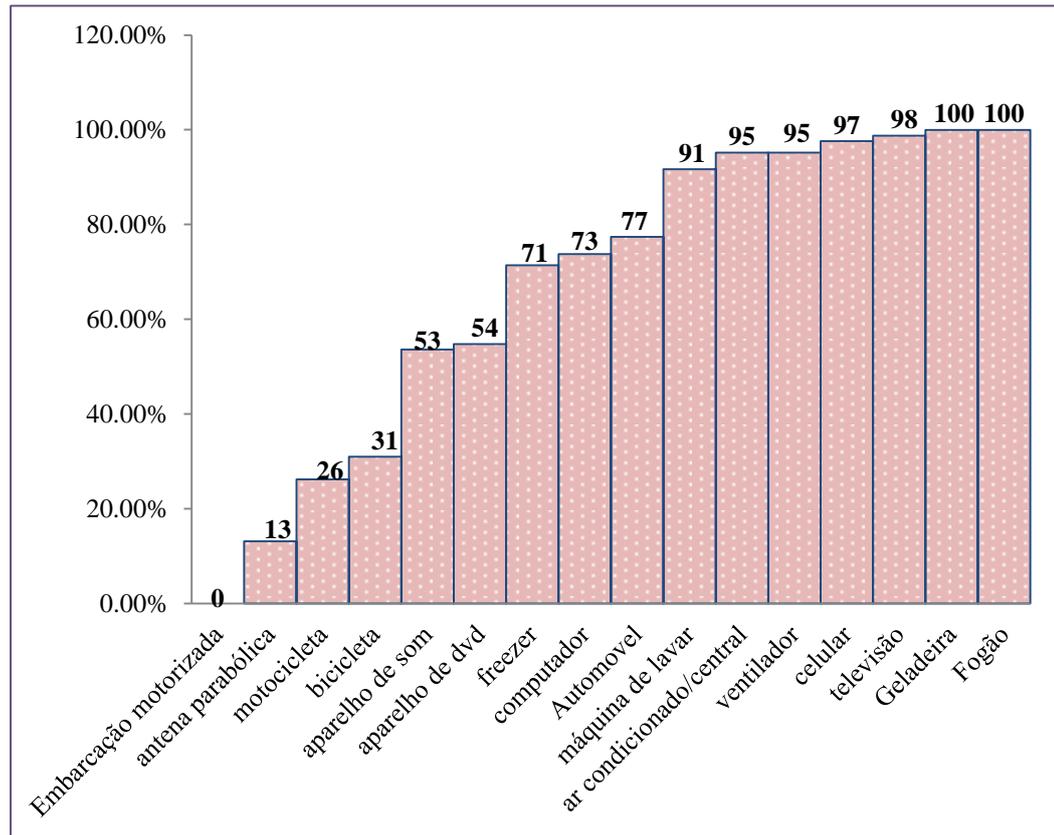
CONDIÇÃO DA CASA		
	Frequência	Percentual
Própria	81	96.40%
Cedida	2	2.40%
Alugada	1	1.20%
Total	84	100.00%
MATERIAL		
	Frequência	Percentual
Alvenaria	54	64.30%
Mista (Madeira e Alvenaria)	26	31.00%
Madeira	2	2.40%
Outro	2	2.40%
Total	84	100.00%
NÚMERO DE CÔMODOS DA CASA		
	Frequência	Percentual
3 Comôdos	6	7.14%
4 Comôdos	22	26.19%
5 Comôdos	25	29.76%
6 Comôdos	25	29.76%
7 Comôdos	3	3.57%
8 Comôdos	2	2.38%

Fonte: Autora do trabalho (2017).

No Gráfico 15 listam-se os equipamentos que a família possui em sua residência, na qual 100% tem eletrodoméstico de primeira necessidade o fogão e a geladeira, seguido da maioria que detém de televisão, celular, ventilador, ar condicionado/central de ar, máquina de lavar, automóvel, computador e freezer.

Tal análise permite inferir que os tomadores de crédito investem seus lucros em bens duráveis, ou seja, aqueles que possuem utilidade por um longo período de tempo. Além do mais, Maciel (2009) afirma que um dos motivos para essa situação é a facilidade das famílias mais carentes terem acesso ao crédito permitindo com isso, a aquisição de elementos essenciais para uma cozinha como fogão e geladeira e elementos de entretenimento, como televisão e aparelho de som.

Gráfico 15 – Equipamentos que possui no domicílio 2017.



Fonte: Autora do trabalho (2017).

O perfil dos tomadores de crédito da linha AMASOL, apesar de serem empreendedores que atuam na informalidade, não representa a parcela da população mais carente, ao contrário fazem parte de uma classe que corresponde a menor parcela da população em termos de renda. Ainda apresentam condições de moradias boas com casa própria e média de 5 cômodos. Estas famílias são autônomas quanto a sua geração de renda, marcada pela não dependência de auxílio governamental e trabalho por conta própria.

7.1 Dados da atividade

As atividades desempenhadas pelos tomadores de crédito da linha AMASOL são diversificadas e, em sua maior parcela, 20,2% fazem venda de confecções, 11,9% trabalham no comércio em geral, 10,7% em bares, 8,3% com venda de peixes, 7, 1% com venda de açaí e camarão e outras atividades podem ser observadas na Tabela 10. Mendes (2009) encontrou resultados semelhantes inferindo em sua pesquisa que o crédito favorece a iniciativa de uma diversidade de negócios contribuindo com o desenvolvimento local propiciando geração de renda e criação de novas frentes de trabalho.

Tabela 10 – Atividade desempenhada pelos tomadores de crédito da linha AMASOL 2017.

ATIVIDADE	PERCENTUAL	ATIVIDADE	PERCENTUAL
Venda de confecções	20.20%	Venda de comida	2.40%
Comércio em geral	11.90%	Venda de acessórios para celular	2.40%
Bar	10.70%	Venda de verduras	1.20%
Venda de peixes	8.30%	Instalação e limpeza e manutenção de central de ar	1.20%
Venda de açaí e camarão	7.10%	Loja	1.20%
Loja de Materiais de Construção	6.00%	Panificadora	1.20%
Salão de Beleza	4.80%	Repografia	1.20%
Não respondeu	2.40%	Ateliê de costura	1.20%
Venda de frango	2.40%	Venda	1.20%
Barbearia	2.40%	Dona de panificadora	1.20%
Empresário	2.40%	Dono de açougue	1.20%
Distribuidora de bebidas	2.40%	Venda de queijo	1.20%
Restaurante	2.40%	-	-
Total		84	100.00%

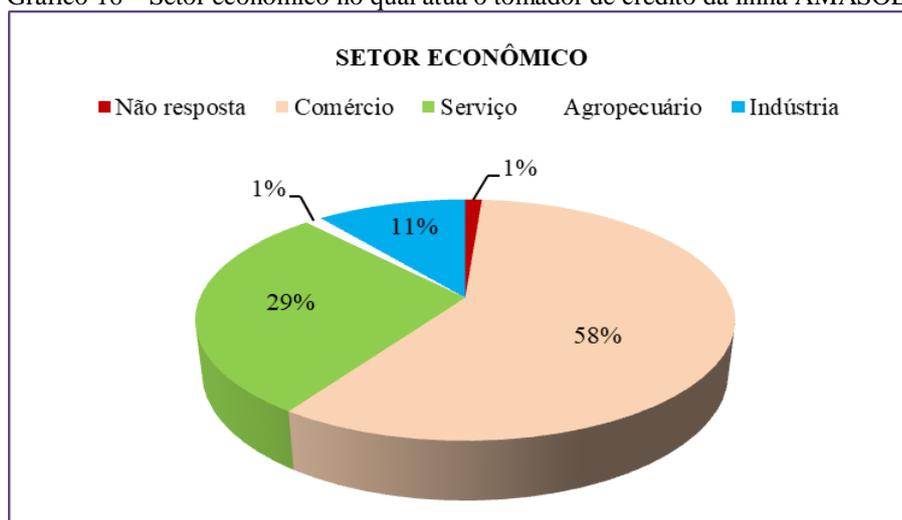
Fonte: Autora do trabalho (2017).

As atividades estão distribuídas: 58% pertencentes ao setor comércio, 29% no serviço, 11% na indústria e 1% agropecuário (Gráfico 16). Barbosa et al., (2012) encontraram resultados similares, pois a referida pesquisa apontou que a maioria, 79%, atua no setor comercial e apenas 10% atua no setor serviço e indústria.

A superioridade do setor comércio é explicado por SANTOS (2008) pelo tempo de giro do produto em cada atividade ser maior no comércio do que em atividades industriais e serviços. Com isso, o capital de giro, que tem prazo pequeno de amortização, se adequa melhor às atividades desse setor.

Ademais é apontado pelo SEBRAE (2014) que o setor de comércio no estado do Amapá vem apresentando crescimento nos últimos anos, uma vez, que tem se tornado um importante propulsor no desenvolvimento econômico, principalmente com a geração de empregos.

Gráfico 16 – Setor econômico no qual atua o tomador de crédito da linha AMASOL 2017.



Fonte: Autora do trabalho (2017).

Conforme descrito na Tabela 11, em média 2 pessoas trabalham no negócio, 1 membro é da família e 1 não. Santos (2006) encontrou resultados similares, inferindo em seu estudo que antes do uso do crédito, 68,37% das empresas tinham registrado em seu quadro de funcionários no máximo duas pessoas, em geral a esposa ou filhos. Mas que a partir do microcrédito contrataram outros funcionários, deixando a esposa e os filhos que participavam do dia-a-dia do negócio sem dedicação exclusiva.

Em geral já trabalham com essa atividade na cidade de Macapá há 9 anos (média), no mínimo 1 ano e no máximo 38 anos. Quanto ao valor bruto gerado na atividade por mês, a média foi de R\$ 5.197,1, mínimo R\$ 400,00 e máximo de 9.000,00. O lucro gerado mensalmente no negócio teve média de R\$ 4.439,57, mínimo R\$ 200,00 e máximo de R\$ 31.600,00. Para o quantitativo de fornecedor que possui, a média foi de 3 fornecedores, mínimo 1 e máximo 25 (Tabela 11).

Tabela 11 – Informações gerais a respeito do empreendimento 2017.

	MÉDIA	MEDIANA	MÍNIMO	MÁXIMO	DESVIOPADRÃO
Quantas pessoas trabalham no negócio	2	2	1	5	1.11
Quantos são da família	1	1	1	4	0.81
Quantos não são familiares	1	1	1	4	0.82
Há quanto tempo trabalha com essa atividade em Macapá?	9 Anos	8 Anos	1 Ano	38 Anos	6.98
Valor bruto gerado na atividade mensalmente	R\$ 5.197,01	R\$ 3.000,00	R\$ 400,00	R\$ 9.000,00	-
Lucro gerado na atividade mensalmente	R\$ 4.439,57	R\$ 2.500,00	R\$ 200,00	R\$ 31.600,00	-
Quanto fornecedor possui	3	2	1	25	3.21

Fonte: Autora do trabalho (2017).

Entre os fornecedores, 72,6% são locais, 15,5% de fora do estado do Amapá e 10,7% tem fornecedor nas duas condições locais e de fora do estado do Amapá (Tabela 12)

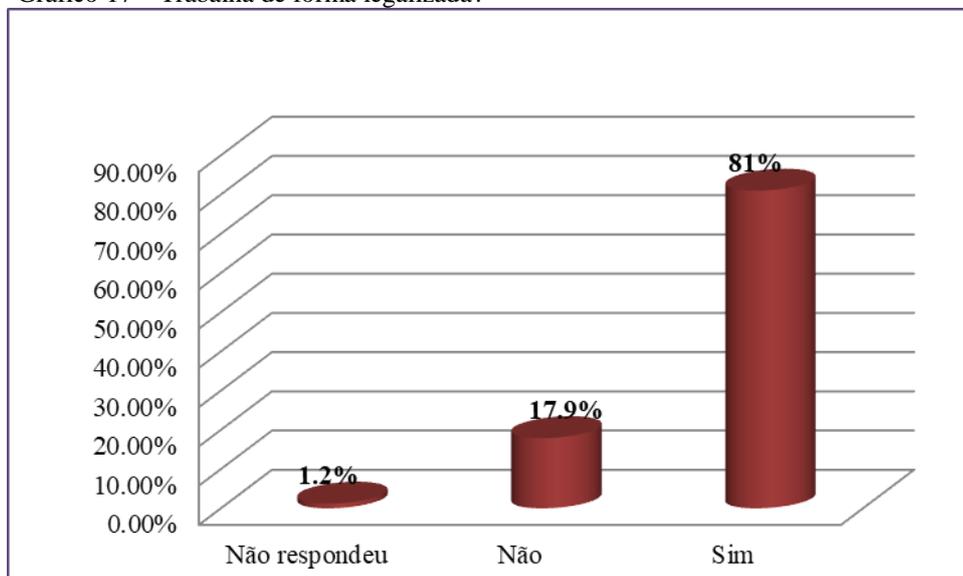
Tabela 12 – Localização dos fornecedores 2017.

FORNECEDOR		
	Frequência	Percentual
Fornecedor Local	61	72.60%
Fornecedor Fora do estado do Amapá	13	15.50%
Fornecedor local e Fora do estado do Amapá	9	10.70%
Não respondeu	1	1.20%
Total	84	100.00%

Fonte: Autora do trabalho (2017).

Ademais, 81% dos empreendedores informaram que trabalham de forma legalizada e 17,9% não, como retrata o Gráfico 17. Neste resultado, percebe-se que o entendimento que eles tiveram de atividade legalizada foi à prática de atividade lícita e honesta, e não da atividade formalmente registrada no (CNPJ) Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica, isto foi evidente pelo fato de se ter conhecimento que a linha AMASOL é uma das poucas linhas de crédito voltadas para o empreendedor informal, ou seja, aqueles que trabalham por conta própria sem vínculo e sem registro do negócio. Logo estes não trabalham de forma legalizada, conforme foi respondido na pesquisa.

Gráfico 17 – Trabalha de forma legalizada?



Fonte: Autora do trabalho (2017).

Em se tratando do grau de importância da renda gerada na atividade, 53,6% dos indivíduos informou que ela é importante, 41,7% muito importante e para 2,4% é pouco importante (Tabela 13).

Tabela 13 – Indique o grau de importância da renda gerada na sua atividade 2017.

GRAU DE IMPORTÂNCIA DA RENDA GERADA NA ATIVIDADE		
	Frequência	Percentual
Importante	45	53.60%
Muito importante	35	41.70%
Não respondeu	2	2.40%
Pouca importância	2	2.40%
Total	84	100.00%

Fonte: Autora do trabalho (2017).

Em que pese as vantagens de se criar ou fundar uma empresa, 64,3% considera vantajoso, 22,6% totalmente vantajoso, 4,8% não é vantajoso e 4,8% pouco vantajoso (Tabela 14).

Tabela 14 – Quais as vantagens de se criar ou fundar uma empresa?

INDICAÇÕES DOS ENTREVISTADOS		
	Frequência	Percentual
É vantajoso	54	64.30%
Totalmente vantajoso	19	22.60%
Não é vantajoso	4	4.80%
Pouco vantajoso	4	4.80%
Não respondeu	2	2.40%
Não sabe ou quis responder	1	1.20%
Total	84	100.00%

Fonte: Autora do trabalho (2017).

Entre as principais dificuldades enfrentadas na atividade citada pelos empreendedores, 29,35% foi crise na economia, 18,48% falta da capital, 15,22% burocracia para se legalizar, 15,22% dificuldade de acesso a crédito, 8,7% impostos elevados e outras citações que podem ser conferidas na (Tabela 15).

Tabela 15 – Principais dificuldades enfrentadas na atividade

DIFICULDADES ENFRENTADAS		
	Frequência	Percentual
Crise da economia	27	29.35%
Falta de capital financeiro	17	18.48%

Conclusão

Burocracia para se legalizar	14	15.22%
Dificuldades de acesso a crédito	14	15.22%
Impostos elevados	8	8.70%
Falta de espaço próprio para o negócio	3	3.26%
Falta de incentivo do governo	3	3.26%
Falta de fornecedor local	2	2.17%
Falta de transporte	2	2.17%
Dívidas acumuladas	1	1.09%
Falta de qualificação profissional	1	1.09%
Total	92	100.00%

Fonte: Autora do trabalho (2017).

Depreende-se dos dados descritos nas tabelas anteriores que os empreendedores estão satisfeitos com a tomada de decisão de ter seu próprio negócio mesmo em uma situação de informalidade e enfretamento de dificuldades econômicas, financeiras e de regulamentação da atividade. A renda gerada na atividade tem um grau de importância elevado para esses trabalhadores e é a principal fonte de renda de suas famílias.

7.2 O contributo do microcrédito

A análise do contributo do microcrédito acessado na AFAP na linha AMASOL pelos empreendedores informais representa o ponto mais relevante do estudo para atingir o objetivo da pesquisa, que se configura em analisar a contribuição do microcrédito concedido pela AFAP através da linha de crédito AMASOL no ano de 2015 para o fomento do desenvolvimento local da cidade de Macapá.

Assim, os resultados alcançados exploram informações relacionadas ao impacto do microcrédito concedido pela AFAP na condição social e econômica dos tomadores no ano de 2015. . No tocante à obtenção de bens após ter acessado o microcrédito 51,2% dos entrevistados adquiriu novos bens e 47,6% não (Tabela 16). Os tipos de bens conquistados foram: freezer, balança, construção e reforma da casa, automóvel, balcão frigorífico, bateadeira de açaí, cadeira, espelho, secador de cabelo, galeteria e outros que podem ser conferidos no Quadro 6.

Essas conquistas são apontadas por Santos (2006, p.144) como evidências de crescimento do padrão de bens duráveis dos indivíduos por meio de alterações significativas na estrutura financeira de pequenos empreendedores que refletem positivamente na melhoria de qualidade de vida demonstrando que a alteração quanto à renda *per capita inicial* do clientes em relação a atual ocasiona melhoria/e ou crescimento do pequeno empreendimento.

Tabela 16 – Adquiriu algum bem após ter acessado microcrédito?

ADQUIRIU BENS		
	Frequência	Percentual
Sim	43	51.20%
Não	40	47.60%
Não respondeu	1	1.20%
Total	84	100.00%

Fonte: Autora do trabalho (2017).

Quadro 6 – Se sim, quais?

TIPOS DE BENS ADQUIRIDOS	
Freezer, balança	Gaiteira
Construção e reforma da Casa	Máquina de reprografia
Automóvel	Mercadorias
Balcão frigorífico	Motocicleta
Batedeira de açaí	Motores rabetas e redes de pesca
Bens da família	Casa própria, bens domésticos, carro
Cadeira, espelho, secador de cabelo.	Terreno

Fonte: Autora do trabalho (2017).

Sobre os impactos socioeconômicos ocorridos na vida dos tomadores pela obtenção do Microcrédito na linha AMASOL, destaca-se para cada um dos oito aspectos averiguados o indicativo positivo, conforme lista-se na Tabela 17: 1) 95,2% dos entrevistados disseram que um dos impactos ocorridos foi o aumento da sua autoestima e/ou das pessoas de sua família; 2) 95,2% criaram seu próprio negócio; 3) 94% teve aumento da renda familiar; 4) 94% indicou melhorias na condição de vida da família; 5) 90,5% possibilitou atividades de lazer da família; 6) 94% passou a ter maior facilidade de relacionamento com amigos, vizinhos e a sociedade em geral; 7) 94% melhorou suas competências e qualificações profissionais; e 8) 97,6% considera que o acesso ao microcrédito contribuiu para o desenvolvimento social e econômico da sua família.

Tabela 17 – Os impactos socioeconômicos ocorridos na vida dos tomadores pela obtenção do Microcrédito na linha AMASOL 2017.

IMPACTOS DO MICROCRÉDITO		
	NÃO	SIM
1- Aumentou a sua autoestima e/ou das pessoas da sua família	4,8%	95,2%
2 - Criação do próprio emprego/negócio	4,8%	95,2%
3 - Aumentou a renda familiar	6,0%	94,0%
4 - Melhorou as condições de vida da família	6,0%	94,0%
5 - Possibilitou atividades de lazer da família	9,5%	90,5%
		Conclusão

6 - Maior facilidade de relacionamento com os amigos, vizinhos e a sociedade em geral	6,0%	94,0%
7 - Melhoria nas suas competências e qualificações profissionais	6,0%	94,0%
8 - Considera que o acesso ao microcrédito contribuiu para o desenvolvimento social e econômico da sua família	2,4%	97,6%

Fonte: Autora do trabalho (2017).

Nesse caminho, há ainda outra perspectiva pela quais muitos pesquisadores tentam compreender o microcrédito e seus impactos sociais. Até porque é visto como uma perspectiva de impacto social, repletos de efetivas possibilidades de combate à pobreza e de geração de emprego e renda. Yunus (2008) acredita que o microcrédito é um programa de mudança social, dando instrumentos que possibilitem aos mais pobres exercerem suas habilidades e sua capacidade de produzir.

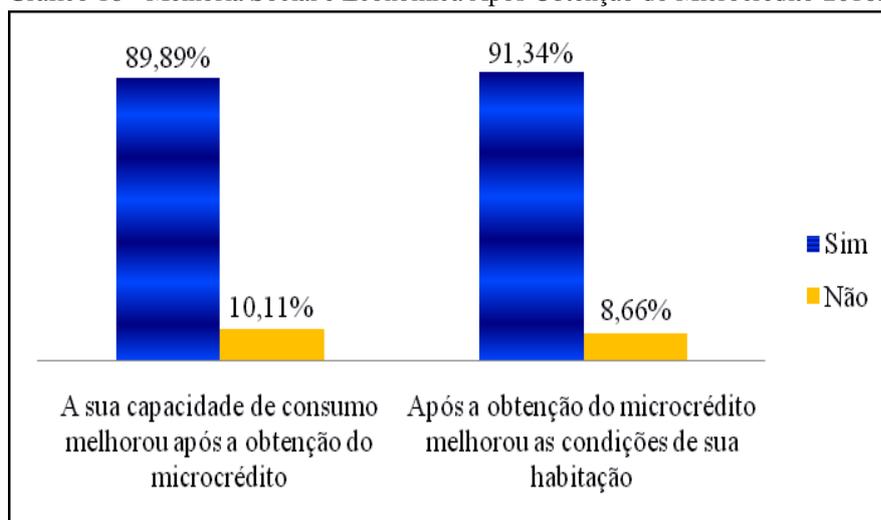
Constanzi (2002) defende que o microcrédito aumenta a disponibilidade de ativos produtivos à disposição dos pobres, porque constitui, juntamente com educação e investimento no capital humano, um conjunto de importantes ações de combate à pobreza. Já nos comentários de Valente (2002) esta afirma a sua experiência em Bangladesh, em que acompanhou o funcionamento do *GrameenBank*, e por isso defende que o microcrédito se constitui num elemento para o desenvolvimento da vida dos cidadãos.

E analisando essa ideologia juntamente com uma filosofia implantada por Yunus naquela instituição, Valente (2002) acaba defendendo, da mesma forma que o próprio Yunus, a concepção central em que o crédito é um direito do cidadão que não teve oportunidades no mercado de trabalho, onde o acesso ao crédito é entendido como um direito, algo a que todas as pessoas devem ter acesso.

Ainda com relação a este cenário os dados desta pesquisa compartilham das informações obtidas pela pesquisa de Costa (2016), que evidenciou uma significativa melhora da condição sócio econômica, após a obtenção do microcrédito, conforme (Gráfico 18) da referida pesquisa. Esses dados mostram que, 89,89% dos entrevistados responderam ter aumentado sua capacidade de consumo e 91,34% obtiveram melhorias nas condições de habitação, após acessarem os recursos da AFAP para financiamento de sua microatividade.

De acordo com Costa (2016), a partir do resultado compreende-se melhor a magnitude do microcrédito como instrumento transformador de uma sociedade empreendedora, pois na melhora das condições de vida e de trabalho de um microempreendedor tem-se o efeito positivo desta ação, que é o desenvolvimento encadeado dos aspectos socioeconômicos de um Estado.

Gráfico 18 - Melhoria Social e Econômica Após Obtenção do Microcrédito 2016.



Fonte: Adaptado de Costa (2016).

Referente às principais dificuldades enfrentadas para acessar o Microcrédito na linha AMASOL se fez a avaliação de 13 itens para os quais a decorrência está elencada na tabela 18: 1) não possuir restrição financeira (SPC/SERASA/Outros): 81% não se deparou com essa dificuldade e 19% sim; 2) falta de conhecimento com relação a linha de crédito: 60,7% encaram tal problema e 39,3% não; 3) falta de orientação e divulgação de informações sobre o acesso ao microcrédito: representa um obstáculo para 58,3% dos tomadores e 41,7% não; 4) burocracia: foi mensurada como sendo uma adversidade para 88,1% deles e para 11,9% não.

Ainda sobre as dificuldades enfrentadas: 5) exigências de garantias reais: 84,5% enfrentaram essa complexidade e 15,5% não; 6) muitos documentos exigidos foi um impasse para 92,9% e para 7,1% não; 7) necessidade de avalista: 88,0% disseram sim e 11,9% não; 8) falta de linhas de crédito para atender os empreendedores informais: foi citado por 78,6% como sim e 21,4% não; e 9) taxas de juros elevadas: 29,8% sim e 70,2% não.

Os últimos itens estimados demonstram que: 10) margem de crédito muito baixa: foi apontada como uma dificuldade por 77,4% dos indivíduos e por 22,6% não; 11) 31% consideram um problema ter ou criar vínculo com banco e 69% não; 12) endividamento em longo prazo: se configura em hesitação para 23,8% dos tomadores e 69% não; e 13) formas de prazos de pagamento inadequados a sua condição: foi um contratempo para 20,2% e para 79,8% não (Tabela 18).

Com base no levantamento, compreende-se que as dificuldades enfrentadas pelos tomadores de crédito da linha AMASOL ocorre desde o início do processo, durante a negociação e depois da execução do financiamento. Evidente que as dificuldades enfrentadas refletem as particularidades de cada indivíduo e sua situação no momento em que buscou o

benefício, porém o enfoque da pesquisa foi exatamente verificar quais eram essas dificuldades e medir sua dimensão baseada na experiência vivida pelos tomadores de crédito da AFAP.

Tabela 18 – Principais dificuldades enfrentadas para acessar o Microcrédito na linha AMASOL 2017.

DIFICULDADES ENFRENTADAS		
	NÃO	SIM
1 - Não possuir restrição financeira (SPC/SERASA/Outros)	81,0%	19,0%
2 - Falta de conhecimento	39,3%	60,7%
3 - Falta de orientação e divulgação de informações sobre o acesso ao microcrédito	41,7%	58,3%
4 – Burocracia	11,9%	88,1%
5 - Exigências de garantias reais	15,5%	84,5%
6 - Muitos documentos exigidos	7,1%	92,9%
7 - Necessidade de Avalista	11,9%	88,1%
8 - Falta de linhas de crédito para atender os empreendedores informais	21,4%	78,6%
9 - Taxas de juros elevadas	70,2%	29,8%
10 - Margem de crédito muito baixa	22,6%	77,4%
11 - Ter ou criar vínculo com banco	76,2%	23,8%
12- Endividamento em longo prazo	69,0%	31,0%
13 - Formas de prazos de pagamento inadequados a sua condição	79,8%	20,2%

Fonte: Autora do trabalho (2017).

Para a qualificação do grau de importância dos coeficientes que motivaram os empreendedores a buscar o microcrédito foram pontuados pelos tomadores a partir de seu enfoque o mérito de oito fatores: 1) obter independência pessoal; 2) possibilidade de colocar em prática as suas próprias ideias; 3) encorajamento familiar e de amigos; 4) conseguir um patrimônio pessoal; 5) prestígio ou status; 6) independência econômica; 7) flexibilidade de horário; e 8) conhecimento de outras experiências de sucesso.

A Tabela 19 releva que a média geral classificou com 51,6% os que categorizaram os oito fatores como sendo muito importantes, outros 29,9% consideraram importante, 9,4% insignificantes, 6,1% pouco importante e para 0,04% são indiferentes. Também pode ser observada na respectiva tabela a avaliação individual de cada fator. Evidenciando o elevado grau de importância dos motivos que induzem os trabalhadores informais a buscarem o microcrédito observa-se que estes estão diretamente relacionados com ganhos pessoais que têm desdobramento na melhoria das suas condições econômicas e sociais.

De acordo com a pesquisa de Costa (2016), quando perguntado sobre os motivos que lhe levaram a buscar o microcrédito, um percentual de 47,5% consideraram muito importante obter independência pessoal, enquanto 44,5% disseram que possibilitou colocar em prática as suas próprias ideias, 25,4% informou que o grau de importância estava no encorajamento

familiar e de amigos, 35,1% estavam em busca de um conseguir um patrimônio pessoal, 57,7% afirmaram buscar Independência econômica e 51,1% buscam flexibilidade de horário de trabalho e 41,5% buscaram conhecimento de outras experiências de sucesso.

Tabela 19 – Grau de importância dos motivos que lhe levaram a buscar o microcrédito 2017.

MOTIVOS	Insignificante 0	Pouco Importante 1	Indiferente 3	Importante 4	Muito Importante 5
1) Obter independência pessoal.	2.40%	4.80%	-	33.30%	59.50%
2) Possibilidade de colocar em prática as suas próprias ideias.	3.60%	3.60%	2.40%	32.10%	58.30%
3) Encorajamento familiar e de amigos.	27.40%	14.30%	10.70%	16.70%	31.00%
4) Conseguir um patrimônio pessoal.	4.80%	-	-	45.20%	50.00%
5) Prestígio ou status.	29.80%	10.70%	-	20.20%	27.40%
6) Independência econômica.	2.40%	-	1.20%	28.60%	67.90%
7) Flexibilidade de horário.	3.60%	1.20%	2.40%	32.10%	60.70%
8) Conhecimento de outras experiências de sucesso.	1.20%	2.40%	7.10%	31.00%	58.30%
Média Geral	9.40%	6.17%	0.04%	29.90%	51.64%

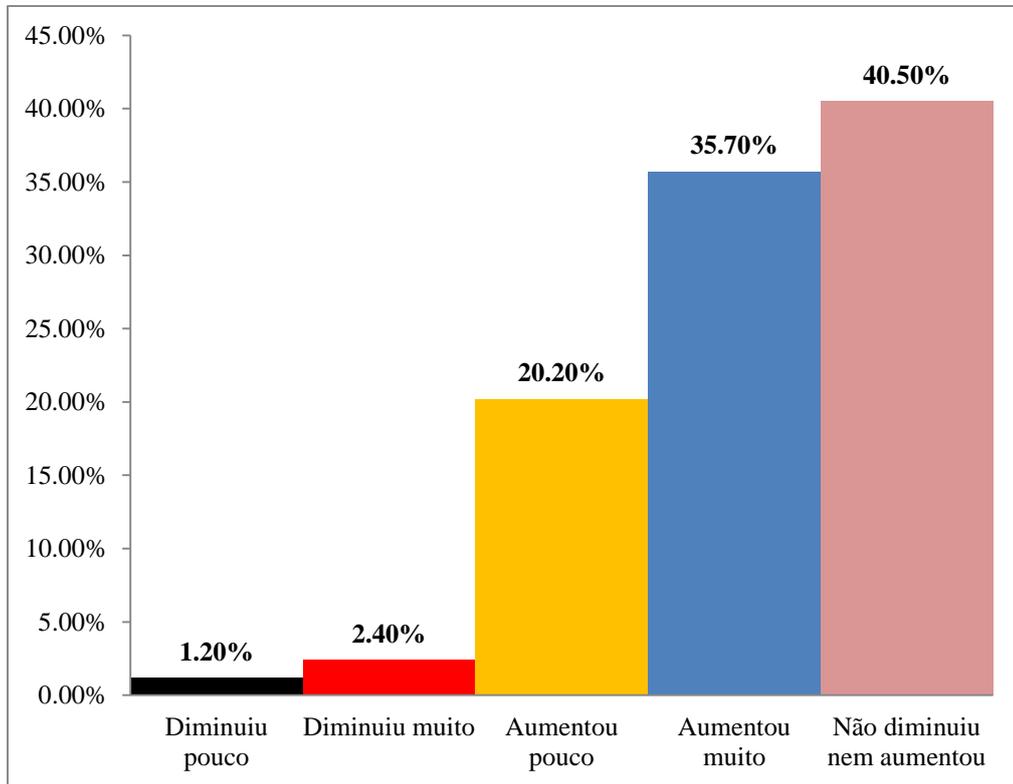
Fonte: Autora do trabalho (2017).

Neste sentido é possível afirmar que os resultados convergem em grau de importância, isto é, as necessidades dos tomadores, mesmo diante da mudança de cenário continuam similares. Cabe destacar que os dados de busca por independência pessoal e econômica, atrelada à flexibilidade de horário são os que possuem maior representatividade em números percentuais, tanto nesta pesquisa como na de Costa (2016).

A evolução da renda mensal própria no comparativo com a situação antes do acesso ao microcrédito para 20,2% aumentou pouco, 35,7% aumentou muito e 40,5% não aumentou nem diminuiu (Gráfico 19). Pode-se inferir que o microcrédito para a maioria da população foi benéfico no sentido financeiro para a renda mensal própria, pois apesar de haver 40,50% da população na imutabilidade de receita nesta área, 55,9% desta aumentou muito e pouco, 35,70% e 20,20% respectivamente, sua renda própria mensal. Direcionando assim o “acesso

ao microcrédito” como um dos fatores de desenvolvimento para o empreendedorismo de Macapá.

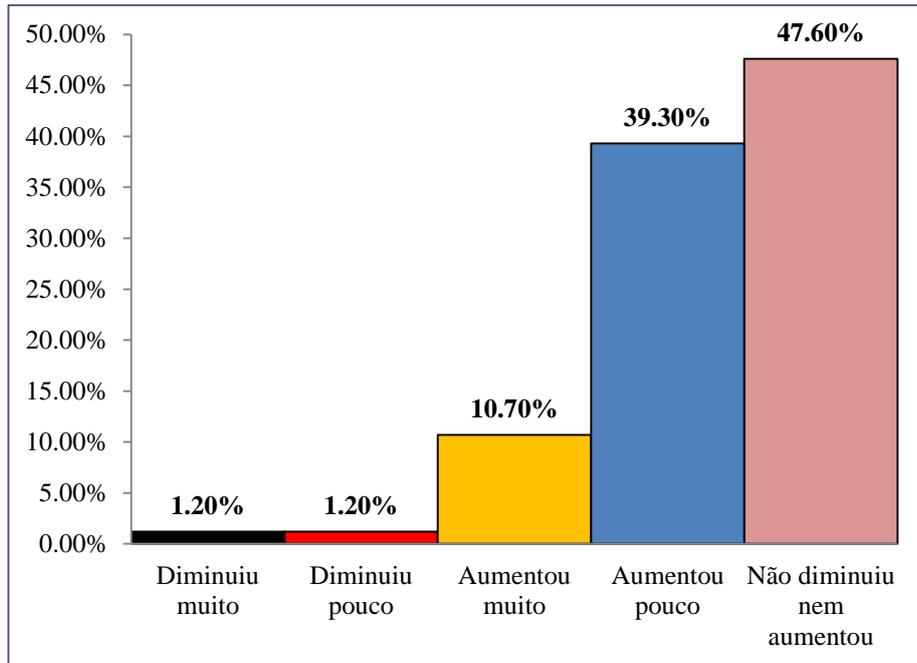
Gráfico 19 – Comparando com a situação antes do acesso ao microcrédito, qual foi à evolução da sua renda mensal própria?



Fonte: Autora do trabalho (2017).

Comparando a renda mensal familiar, 10,7% informou que aumentou muito, 39,3% aumentou pouco e 47,6% permaneceu a mesma (Gráfico 20). Com isso analisamos que a divisão do total da renda de uma família pelo número dos moradores de sua residência em Macapá, aumentou muito e pouco, cerca de 50% do total de empreendedores que foram incluídos ao programa Amasol, observando-se que este acesso melhora diversos níveis de cunho financeiro do qual uma família necessita, como acesso a uma boa saúde e educação que infelizmente no Brasil, estes apesar de serem abarcados constitucionalmente sendo direito de todos, a qualidade destas acaba sendo bastante acidentada, no sentido de que em algumas regiões tem uma alta qualidade e outras não, , compelindo assim as famílias a procurarem o sistema particular de saúde e educação.

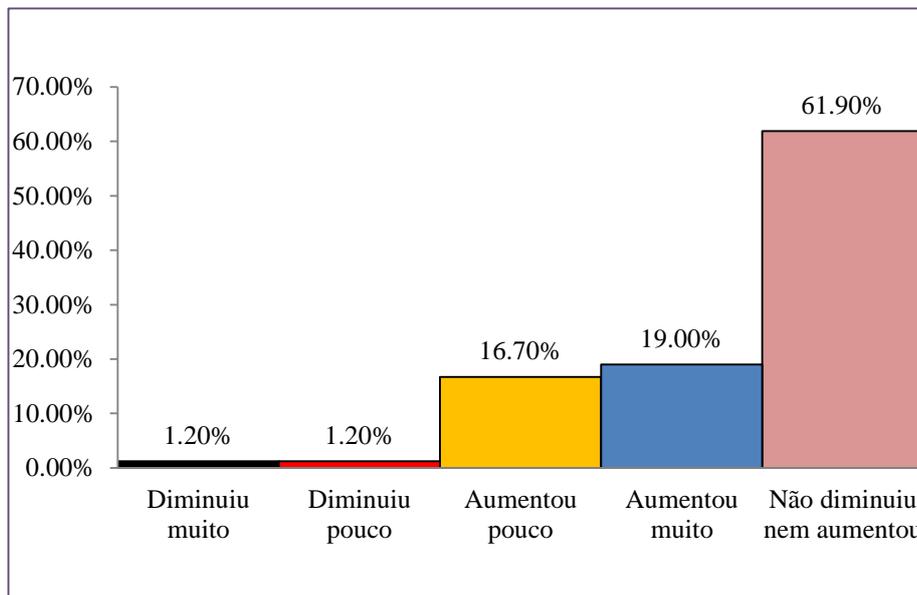
Gráfico 20 – Comparando com a situação antes do acesso ao microcrédito, qual foi à evolução da sua renda mensal familiar?



Fonte: Autora do trabalho (2017).

Em termos totais a evolução da renda mensal aumentou pouco para 16,7% dos financiados, 19% aumentou muito e 61,9% não teve alteração na renda pois nem diminuiu e nem aumentou (Gráfico 21).

Gráfico 21 – Comparando com a situação antes do acesso ao microcrédito, qual foi à evolução da sua renda mensal em termos totais?



Fonte: Autora do trabalho (2017).

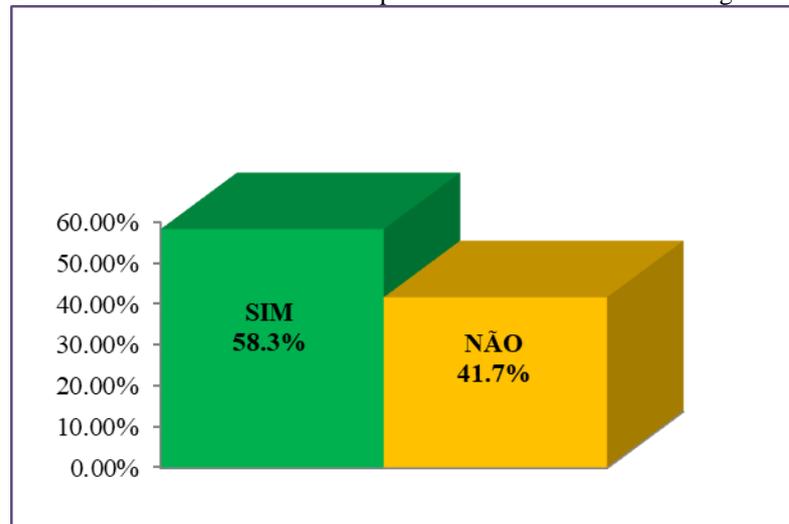
A média de crédito concedido pela AFAP foi de R\$ 4.736,25, com valor mínimo de R\$ 3.000,00 e máximo de R\$ 10.000,00 como mostra Tabela 20. A respeito dos valores de crédito concedido 58,3% alegaram este foi suficiente para atender as demandas do seu negócio e 41,7% não (Gráfico 22).

Tabela 20 - Qual foi o valor do crédito concedido pela AFAP em 2015?

ESTIMATIVA DE VALORES	
MÉDIA	R\$ 4.736,25
MEDIANA	R\$ 5.000,00
MÍNIMO	R\$ 3.000,00
MÁXIMO	R\$ 10.000,00
DESVIOPADRÃO	1440.08

Fonte: Autora do trabalho (2017).

Gráfico 22 - O valor foi suficiente para atender as demandas do negócio?



Fonte: Autora do trabalho (2017).

Para os que alegaram que não foi suficiente os valores adequados, estes foram em média R\$ 11.638,89, valor mínimo R\$ 3.500,00 e máximo R\$ 50.000,00 de acordo com a (Tabela 21).

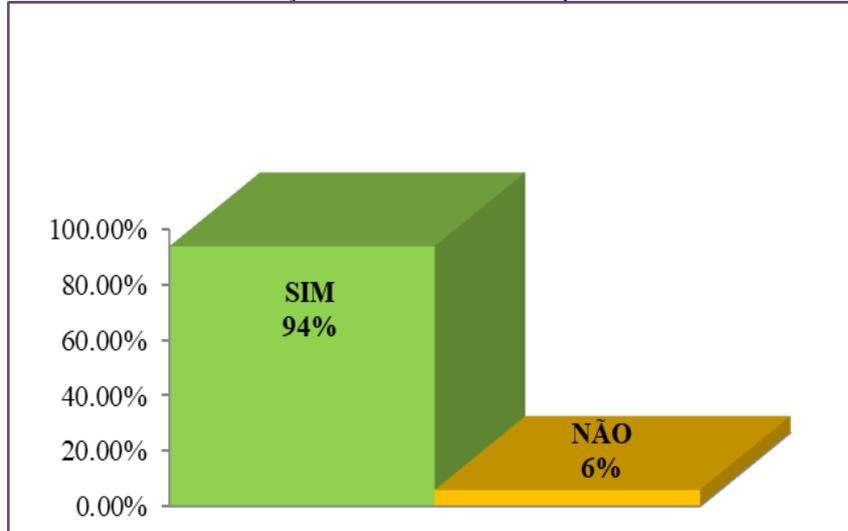
Tabela 21 - Se não foi suficiente, qual valor seria?

ESTIMATIVA DE VALORES	
MÉDIA	R\$ 11.638,89
MEDIANA	R\$ 9.500,00
MÍNIMO	R\$ 3.500,00
MÁXIMO	R\$ 50.000,00
DESVIO PADRÃO	8019.38

Fonte: Autora do trabalho (2017).

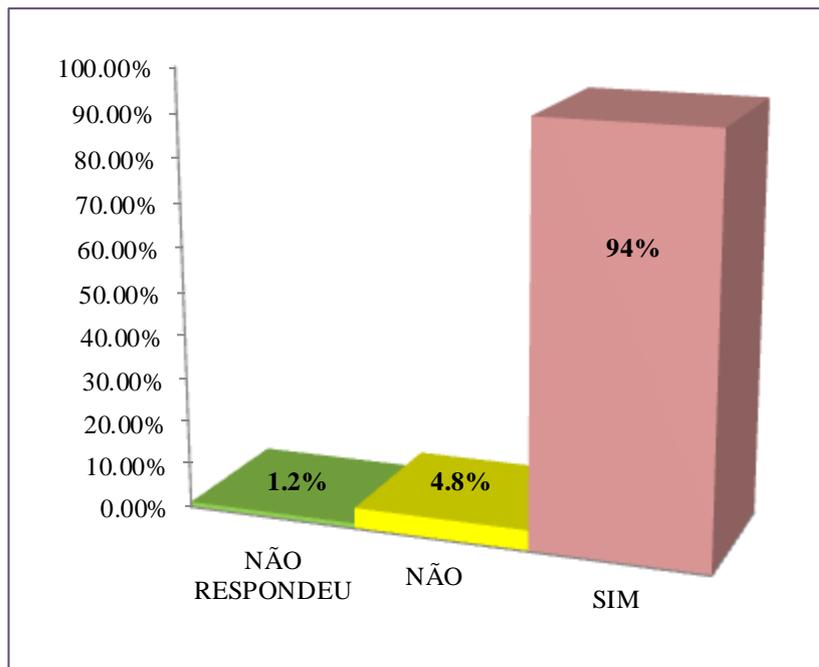
Mesmo com todas as dificuldades enfrentadas pelos tomadores 94% confirmaram que fariam renovação do crédito concedido pela AFAP e somente 6% não o fariam (Gráfico 23). Quanto às condições de pagamento, para 94% dos financiados foi boa como ilustra o Gráfico 24.

Gráfico 23 - Faria renovação do crédito concedido pela AFAP 2017?



Fonte: Autora do trabalho (2017).

Gráfico 24 - As condições do crédito ofertado pela AFAP foram boas 2017?

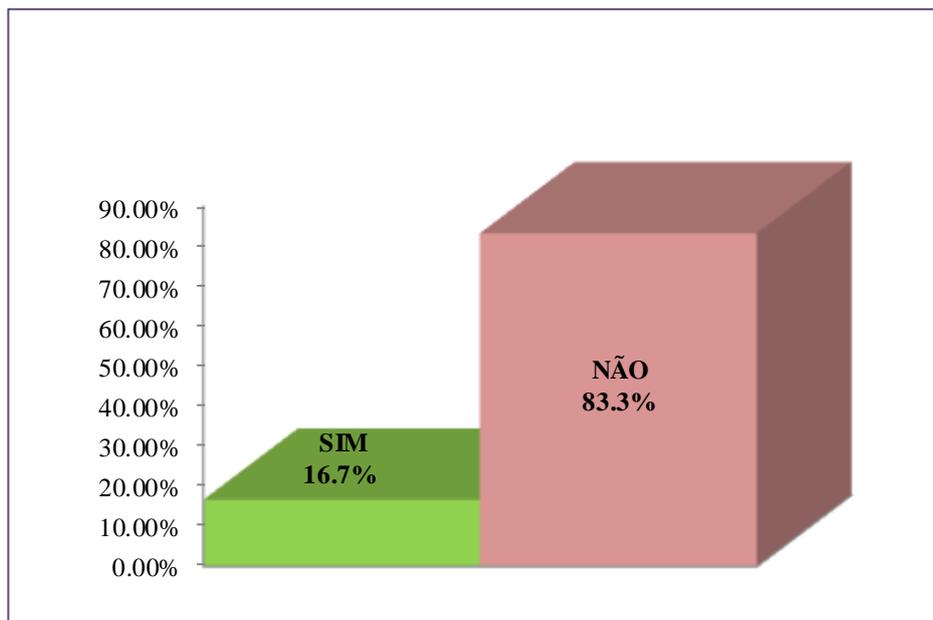


Fonte: Autora do trabalho (2017).

Os tomadores de crédito em sua maior parcela, 83,3%, não procuraram outras instituições para tentar ter acesso ao microcrédito, mas 16,7% tomou essa iniciativa (Gráfico

25). Isso é perfeitamente compreensível uma vez que a AFAP obtém uma mão de obra que outras instituições não possuem. A figura do agente de crédito, uma vez em campo, é responsável em coletar futuros clientes, assim fazendo com que a maioria dos empreendedores fiquem mais acomodados, e ainda tendo vista o fato desses terem em sua maioria baixo nível de formação educacional, e pela ignorância não têm acesso a informação necessária quanto às outras instituições, gerando assim a ausência de iniciativa para procurá-las.

Gráfico 25 - Além da AFAP procurou outras instituições para ter acesso ao microcrédito 2017?

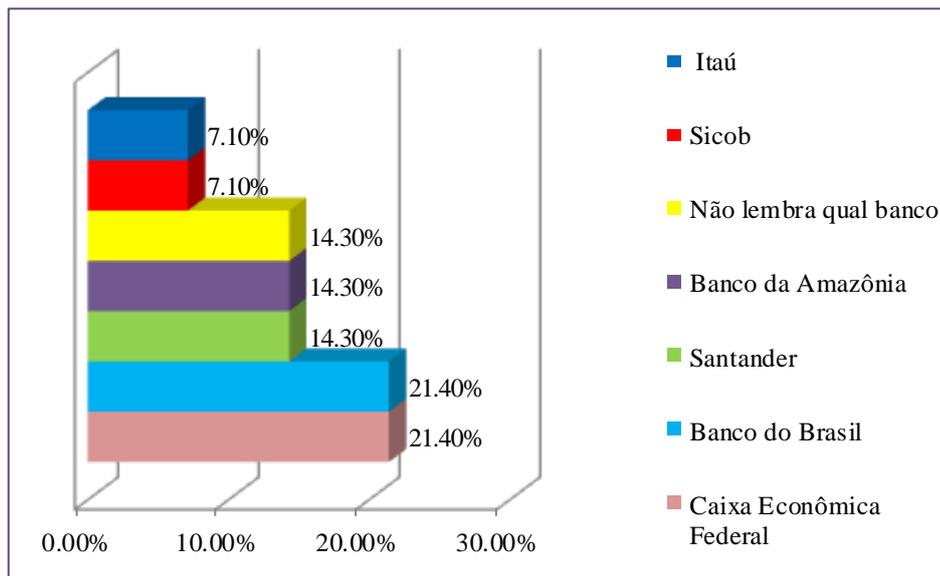


Fonte: Autora do trabalho (2017).

Os que procuraram outras instituições informaram que as procuradas foram Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal, com frequência de 21,4% cada um, Santander e Banco da Amazônia, com 14,3% cada, 7,1% o Sicob e 7,1% procurou simultaneamente as três instituições: a Caixa Econômica, o Banco do Brasil e o Banco Itaú conforme (Gráfico 26).

Os primeiros foram superiores no elenco, devido a inúmeras linhas de crédito, assim como a massiva divulgação por meio de diversos meios de comunicação e também de inúmeras agências na região, gerando facilidade de conhecimento e acesso, totalizando assim para o Banco do Brasil e a Caixa Econômica Federal serem alvos indispensáveis da população estudada quando a temática requer cunho financeiro.

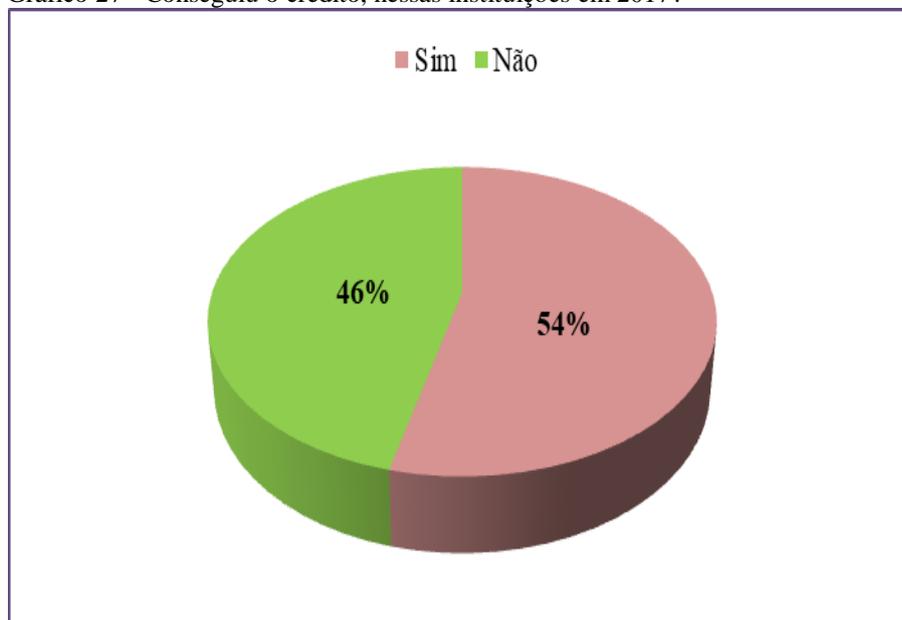
Gráfico 26 - Se sim, qual instituição 2017?



Fonte: Autora do trabalho (2017).

O Gráfico 27 releva que 54% dos que buscaram crédito em outras instituições tiveram êxito em sua concessão e 46% não. A discrepância de concessão e não concessão de crédito em outras instituições é bastante rasa, uma vez que nestas instituições de crédito tradicionais para que haja liberação de crédito há uma forte exigência de avalista e bens, ou seja, garantias reais no nome do possível tomador, na AFAP, isto também é exigido, porém existe o aval solidário no qual essas garantias podem ser repartidas com outros entes de cunho físico, além do que os próprios bens do negócio podem ser usados.

Gráfico 27 - Conseguiu o crédito, nessas instituições em 2017?

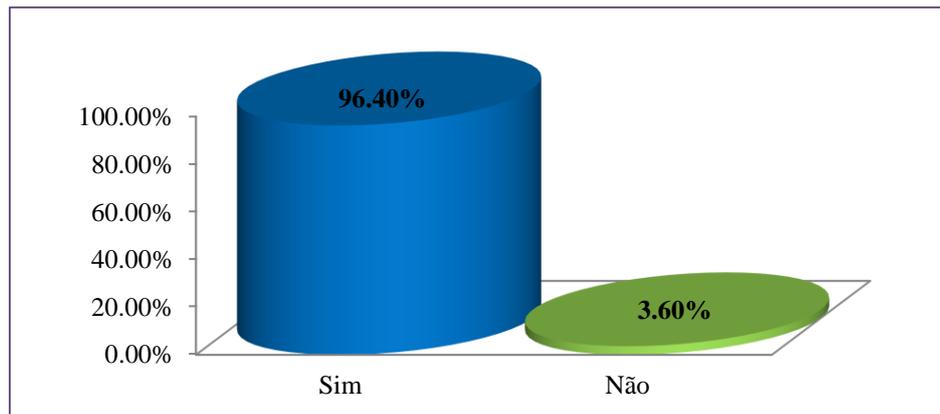


Fonte: Autora do trabalho (2017).

Os resultados acima descritos propõem que o papel da AFAP na oferta de crédito para empreendedores informais na cidade de Macapá é significativo, por ser a instituição que oferta em maior número o crédito, mesmo com todas as adversidades apontadas no estudo.

Do ponto de vista de 96,4% dos empreendedores, o acesso ao microcrédito contribuiu para o desenvolvimento social e econômico de sua família e 3,6% não (Gráfico 28), as razões que justificam o sim e o não podem ser observados no Quadro 7.

Gráfico 28 - Em sua opinião, o acesso ao microcrédito contribuiu para o desenvolvimento social e econômico da sua família?



Fonte: Autora do trabalho (2017).

Quadro 7 - Se sim ou não, explique o por quê?

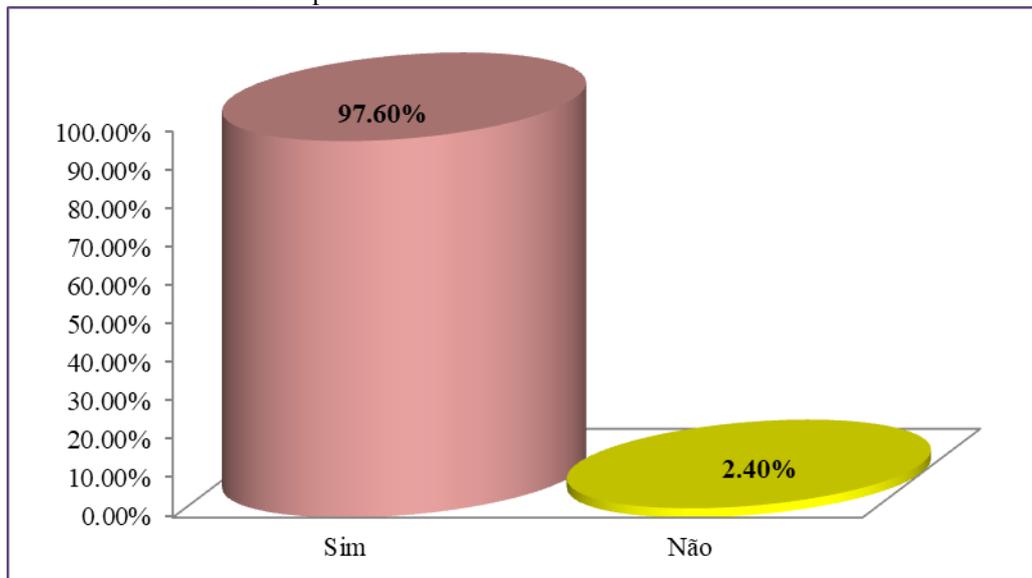
CITAÇÕES DOS ENTREVISTADOS	
SIM	NÃO
Geração de renda	Não implicou em melhorias ou aumento na renda da família.
Gerou renda para família	
Ajudou a melhorar a condição financeira	
Ajudou na formação (educação) dos filhos	
Aumentou a qualidade de vida	
Aumentou a renda da família	
Colocar mercadoria boa no comércio	Não mudou em nada
Crescimento profissional através das vendas	
Dá para sobreviver	
Gerou emprego, renda e bem estar através de atividade de lazer para família.	
Houve melhoria do giro do negócio	
Oportunidade e condições de crescimento	
Pela autonomia que o microcrédito proporcionou ao negócio e conseqüentemente a renda adquirida, viabilizou uma vida melhor para minha família.	Não trouxe benefícios para família, só trouxe dívida.
Proporcionou desenvolvimento pessoal e profissional	
Pude adquirir bens a partir do lucro do negócio	
Satisfaz as necessidades da família e renda	
Teve mais oportunidade para os membros da família	
Tive condições de ajudar meus filhos nos estudos, além de proporcionar atividades de lazer.	
Um dinheiro a mais que entrou em boa hora fazendo com que eu pudesse investir no meu negócio	

Fonte: Autora do trabalho (2017).

As contribuições do crédito na estrutura familiar dos entrevistados tiveram mais reflexos positivos do que negativos. Assim, conforme observado, os impactos trazidos pelo microcrédito e que geraram lucro possibilitaram investir na educação de seus filhos promovendo qualidade de vida.

Quanto à concepção dos empreendedores sobre o sucesso do seu negócio ser importante para o desenvolvimento da cidade de Macapá, 97,6% acreditam que é importante e 2,4% não (Gráfico 29). A justificativa na qual eles pautam sua afirmativa está descrita no Quadro 8.

Gráfico 29 - Em sua opinião, o sucesso do seu negócio é importante para o desenvolvimento da cidade de Macapá?



Fonte: Autora do trabalho (2017).

Quadro 8 - Explique com suas palavras o por quê?

CITAÇÕES DOS ENTREVISTADOS	
Aumenta a economia através das compras locais	Pagamentos de impostos ao governo do Estado
Geração de emprego e renda	Proporciona conhecimento
Ajuda o Estado a crescer, contribuindo com a economia e impostos.	Pela geração de emprego, comodidade dos clientes em não sair do bairro ao fazer suas compras
Porque pode proporcionar novos empregos para outras pessoas, assim gerando renda para outras famílias.	Sente satisfação em contribuir com a sociedade
Contribuir com a melhoria da cidade	Desenvolve o setor econômico
É importante para atender a necessidade local	Gera para benefícios de todos
Fornecer alimento e ajuda a população	Gerar novas oportunidades
Leva alimento de qualidade para mesa dos amapaenses gerando renda para o comércio.	Movimenta a economia e pode empregar mais gente

Fonte: Autora do trabalho (2017).

Baseado nos itens anteriores, percebe-se que o microcrédito causou impacto positivo na realidade dos tomadores de crédito da linha AMASOL, uma vez que estes enxergaram na arte de empreender alicerces para a realização profissional. As citações elencadas pelos entrevistados demonstram a maneira simples com que eles vislumbram o desenvolvimento econômico causado pelo crédito da linha AMASOL, concedido pela AFAP. Os bons motivos de melhoria de vida, de geração de emprego e renda, de oportunidades, dentre outros, se sobressaíram aos comentários de que o crédito não trouxe benefício algum. É possível afirmar, que sim, o microcrédito contribuiu para o desenvolvimento local principalmente pela geração de novas frentes de trabalho. E, apesar do alto índice de informalidade nesta pesquisa, os tomadores de crédito entendem que o seu pequeno negócio movimentava a economia, levando ônus para o governo por meio do pagamento de impostos.

8 CONCLUSÃO

Este trabalho analisou de que forma o microcrédito ofertado pela AFAP por meio da linha AMASOL, na cidade de Macapá no ano de 2015, contribuiu para o desenvolvimento local. E ainda, como o microcrédito pode se tornar um instrumento de desenvolvimento mesmo dentro de uma economia que é informal. Para tanto, estudou-se AFAP, considerada uma das instituições com experiências mais prósperas nesta área no estado do Amapá. Com base na literatura especializada observou-se que o microcrédito é uma ferramenta importante para ajudar no desenvolvimento local.

No entanto, este instrumento deve ser utilizado em conjunto com outros mecanismos de políticas públicas para que possa realmente desenvolver todas as potencialidades de um determinado local e/ou região. O microcrédito é um instrumento decisivo no resgate de parcelas da população que vivem na informalidade, excluídos do mercado tradicional. E a utilização conjunta do microcrédito com laços comunitários fortes, capital social, moedas locais e outros laços de sociabilidade pode significar uma verdadeira revolução econômica e social, desenvolvendo as vocações locais e gerando um círculo vicioso entre consumo e produção.

Como resultado, verificou-se que os dados coletados, corroboram com as hipóteses estabelecidas. Inicialmente este estudo confirmou que a oferta de microcrédito pela AFAP contribui efetivamente para o desenvolvimento local quando gera benefícios que causam significativa melhoria dos indicadores econômicos e sociais aos tomadores de crédito da linha AMASOL, tornando-os verdadeiros protagonistas na transformação de sua própria realidade. Assim como confirmou que o desemprego contribui para o desenvolvimento de um ambiente marcado pela informalidade por meio do empreendedorismo por necessidade.

Desta análise depreende-se que o microcrédito no Amapá, em especial Macapá, desponta como fonte alternativa de recursos aos pequenos empreendedores informais. Além de ser uma ferramenta auxiliar no combate à pobreza e à exclusão social, é um instrumento de transformação social e econômica por incentivar o acesso ao crédito a pessoas menos favorecidas, haja vista que não têm acesso ao crédito tradicional, por estarem fora do mercado formal, além do que não completam a totalidade de exigências cobradas pelos bancos.

Neste sentido o microcrédito ofertado pela AFAP contribui para o desenvolvimento local na geração de benefícios econômicos e sociais dos tomadores de crédito que se tornam líderes das ações de sucesso do seu negócio e com isso, fomentam a atividade

socioeconômica local, quando não mais precisam recorrer apenas às grandes empresas para obter seu sustento ou se submeter a subempregos com baixas remunerações.

O acesso ao microcrédito viabiliza aos tomadores a escolha mais adequada no que se refere a ações que têm influência direta na sua qualidade de vida, o que vem a ser a principal característica do desenvolvimento local, e são modelos como este com políticas de fomento do desenvolvimento dos pequenos empreendedores locais que a Amazônia tanto demanda.

Ao longo desta pesquisa tratou-se de que forma o microcrédito ofertado pela AFAP através da linha AMASOL na cidade de Macapá no ano de 2015 contribuiu para o desenvolvimento local. E ainda, como o microcrédito pôde se tornar um instrumento de desenvolvimento mesmo dentro de uma economia que é informal, com a contextualização de cinco sessões abaixo descritos:

Na Seção I, foi feita a caracterização da área de estudo classificando os pontos cobertos por esta pesquisa e também os aspectos de seu desenvolvimento.

Na Seção II, discutiu -se o Desenvolvimento local e Economia Informal, levando em consideração as especificidades e locais e a relação deste cenário com o microcrédito no Amapá. Em continuidade a esse pensar observa-se que diante da base conceitual os autores mencionados debatem sobre os pontos microcrédito e microfinanças.

Na Seção III, discutiu-se as microfinanças e o microcrédito, sendo feito uma contextualização deste como objetivo do sistema financeiro de crédito. Conceito esse que teve a necessidade de ser esclarecido frente a confusões de entendimento próprio do que vinha a ser microcrédito e microfinanças. Foi imprescindível o conhecimento absorvido deles para que se pudesse abraçar e dispor notas de contribuição e injeção de novas percepções conceituais. Acredita-se ainda que o microcrédito emerge como um grande motivador de oportunidadesas pessoas que necessitam de apoio para se inserir no mercado de trabalho (formal ou informal).

Na Seção IV, se faz uma explanação sobre a AFAP e seu protagonismo, como operadora de microcrédito no Amapá com ênfase para o setor informal através da linha AMASOL. Questiona-se nessa seção a contribuição do microcrédito para o desenvolvimento local através da injeção de crédito no setor informal, tendo em vista que estes tomadores o se adequam nos parâmetros das instituições de crédito tradicionais, porém o que se analisou junto aos relatórios de gestão da AFAP, foi que estes possuem baixo índice de inadimplência e que em sua maioria conseguiram mudar para melhor o rendimento financeiro de suas famílias e empresa, fazendo assim fluir melhor o fluxo econômico amapaense.

Por fim, encerram-se com a Seção V, tendo em vista que o município de Macapá precisa avançar, para ter um processo de desenvolvimento local bem delineado e estruturado, com o trabalho de uma política de microcrédito com caráter mais enfático, a fim de atingir o que muitos sonham para uma vida mais tranquila do ponto de vista econômico, no decorrer dos anos, que é a estabilidade financeira por meio do pleno emprego, pois quando a política de microcrédito atingir esse patamar ter-se-á alcançado o princípio da igualdade no mercado de trabalho independente das especificidades e necessidades da sociedade.

Sugere-se ainda que novas pesquisas com esta temática possam surgir para fortalecer os laços de conhecimento devido a escassez de referência e estudos voltados para a temática no Amapá. Nesta perspectiva, recomenda-se a necessidade de estudar o impacto do microcrédito no setor formal através das microempresas, recomenda-se ainda a ampliação desta forma de acesso aos créditos aos outros municípios do Amapá, assim como ampliação das linhas de crédito destinadas ao setor informal.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, R. “A densa vida financeira das famílias pobres”. In: ABRAMOVAY, R. (org.) **Laços financeiros na luta contra a pobreza**. São Paulo: FAPESP/Annablume, 2004.

ABRANTES, J. S. **Bio (sócio) diversidade e empreendedorismo ambiental na amazônia**. Rio de Janeiro: Garamont Universitaria, 2002.

_____. **(Des)envolvimento local em regiões periféricas do capitalismo: limites e perspectivas no caso do estado do Amapá (1966 a 2006)**. Rio de Janeiro: Garamond, 2014.

AFAP, Agência de Fomento do Amapá. **Plano estratégico AFAP 2016-2020**. Macapá: AFAP, 2016.

_____. **Informações institucionais: Missão da AFAP**. Disponível em: <<http://www.afap.ap.gov.br/institucional.php?session=5>>. Acesso em: 10 set. 2017.

_____. **Arquivos, documentos e relatórios internos da AFAP de 2009 a 2017**. Macapá, AFAP, 2017.

ALVES, S. D. S.; SOARES, M. M. **Democratização do crédito no Brasil e atuação do Banco Central**. Brasília: Banco Central do Brasil, 2004.

AURÉLIO, B. de H. F. **Dicionário Aurélio da Língua portuguesa**. 5 ed. Editora Positivo, 2017.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Glossário Completo**. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br/>>. Acesso em: 05 fev. 2017.

BARBOSA, M. N. F. et al. Informalidade e Microcrédito: Um estudo do Programa de Microcrédito crediamigo no município de Juazeiro do Norte CE. **Revista de Economia Regional, Urbana e do Trabalho**. vol. 01. nº 01. jan-jun. 2012.

BARONE, F. M.; ZOUAIN, D. M. Excertos sobre política pública de acesso ao crédito como ferramenta de combate à pobreza e inclusão social: o microcrédito na era FHC. **RAP**. v.41, n. 2. p. 369-380. Rio de Janeiro Mar./Apr. 2007.

BARONE, P. M.; PAULO, F. L.; DANTAS, V.; REZENDE, V. **Introdução ao Microcrédito**. Brasília: Conselho da Comunidade Solidária. Brasília: Conselho da Comunidade Solidária, 2002.

BARBETTA, P. A. Cap. 3: Técnicas de Amostragem. In: **Estatística Aplicada às Ciências Sociais**. 5. Ed. São Carlos: UFSC, 2002.

BRESSER-PEREIRA, L. C. **Desenvolvimento, progresso e crescimento econômico**. São Paulo: Lua nova, 2014.

BRITO, L. M. P. Desenvolvimento Local - alternativa de desenvolvimento sustentável no capitalismo? In: XXVI ENEGEP - Ética Responsabilidade Social, 2006, Fortaleza. **Anais**. Rio de Janeiro: Oficina das Letras, 2006. p. 341-341.

BUARQUE, S. C. **Metodologia de planejamento do desenvolvimento local e municipal sustentável**. Brasília: IICA, 1998.

CARE BRASIL. **O que é desenvolvimento local?**. Disponível em: <<https://carebrasilemcampo.wordpress.com/sobre-desenvolvimento-local/>>. Acesso em 08 Fev., 2017.

CHELALA, C. A. **A Magitude do Estado na Socioeconomia Amapaense**. São Paulo: Publit, 2008.

COLODETI, V. P.; LEITE, I. C. Microcrédito, empreendedorismo e trabalho informal: "porta da saída" da pobreza?. In: I Seminário de Crítica da Economia Política. **Anais...** Teófilo Otoni: Minas Gerais, 2012. p. 1-25.

COSTA, F. N. da. **Microcrédito no Brasil**. Texto para Discussão. IE/UNICAMP, Campinas, n. 175, abr. 2010.

COSTA, F. de A. S. **Microcrédito como fomento para o desenvolvimento do empreendedorismo no estado do Amapá**: Estudo de caso da agência de fomento do Amapá – AFAP. 2016. 89 f. Dissertação (Mestrado em Gestão Empresarial) - Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, Vila Real, 2016.

CONSTANZI, R. Microcrédito no âmbito das políticas de trabalho e renda. In: **Mercado de Trabalho - Conjuntura e Análise**. n. 19. IPEA/MTE, pp. 21-25, 2002.

CLEIDE, A. B. da C. O Desenvolvimento Do Mercado Informal Como Elemento De Geração De Novos Empreendedores. **Revista Científica do ITPAC**, Araguaína, v.7, n.4, p.1, out., 2014.

DISHMAN L. EXPERT MARKET. **These Are The Countries With The Most Determined Entrepreneurs**. Fastcompany: 2017.

DOWBOR, L.; POCHMANN, M. **Políticas para o desenvolvimento local**. São Paulo, 2008.

DOLABELA, F. **O segredo de Luísa: uma ideia, uma paixão e um plano de negócio**: como nasce o empreendedor e se cria uma empresa. 2. Ed. São Paulo: Cultura, 2006.

DORNELAS, J. **Empreendedorismo, transformando idéias em negócios**. 7. ed. São Paulo: Empreende, 2018.

ETCO – INSTITUTO BRASILEIRO DE ÉTICA CONCORRENCIAL. **Economia subterrânea**: uma visão contemporânea da economia informal no Brasil. p.38. Rio de Janeiro: Elsevier, 2009.

FAGUNDES, R. M. **O impacto do microcrédito produtivo orientado no desempenho dos microempreendedores individuais: um estudo de caso Banco do Povo de Vitória da Conquista – BA**. Dissertação (mestrado em Desenvolvimento e Gestão Social) – Universidade Federal da Bahia, Escola de Administração, Salvador, 2015.

FURTADO, R. M. **O impacto do microcrédito produtivo orientado no desempenho dos microempreendedores individuais: um estudo de caso Banco do Povo de Vitória da Conquista.** 2015. 68 f. Dissertação o de mestrado - Universidade Federal da Bahia: Salvador, 2015.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** 6 ed. São Paulo: Atlas, 2008

_____. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 4 ed. São Paulo: Atlas, 2006.

PASSOS, C. A. K.; RISSETE, C. R.; CAMARGO, D. de; MACHADO, J. P.; FÉLIX, J. C.; RÉA, M. X.; MEZA, M. L. F. G. de; JÚNIOR, P. A. B.; SILVESTRE, R. G. M.; CUNHA, S.K.da; GRECO, S.M.S.S.; BULGACOV, Y.L.M. **Global Entrepreneurship Monitor (GEM): empreendedorismo no Brasil 2008.** Curitiba: IBQP, 2009.

Global Entrepreneurship Monitor, GEM. **Global Report.** 2016. GERA: 2017. p. 8- 43.

GRECO, S. M. de S. S.; HOROCHOVSKI, R.R.; JÚNIOR, P.A.B.; MACHADO, J.P. **Global Entrepreneurship Monitor (GEM): Empreendedorismo no Brasil 2005.** Curitiba : IBQP, 2006.

GUIA DO INVESTIDOR AMAPÁ. **A nova fronteira do desenvolvimento.** 4 ed. Macapá: GEA, 2015.

GUIMARÃES, E.; FILHO, F de H. B. Disponível em: <<http://www.etco.org.br/noticias/economia-subterranea-volta-a-crescer/>>, 2016. Acesso em 10 out. 2017.

HILFERDING, R. **O capital financeiro.** São Paulo: Nova Cultural, 1985

HOLLIS, A.; SWEETMAN, A. Microcredit: what can we learn from the past? **World Development**, v. 26, n. 10, p. 1875-1891, 1996.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Economia Informal Urbana 2003.** Rio de Janeiro: IBGE, 2005.

_____. Estatísticas do Cadastro Central de Empresas. Disponível em <<http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/monografias/GEBIS%20%20RJ/estatcadcentralempr/cempre2015.pdf>>. 2015. Acesso em: 04 abr. 2017.

_____. **Banco de dados e meta de dados estatísticos do IBGE** - Notas técnicas. Disponível em:<<https://www.ibge.gov.br/estatisticas-novoportal/economicas/setor-informal/9025-economia-informal-urbana.html?&t=resultados>>. 2003. Acesso em: 08 ago. 2017.

_____. **Censo Demográfico 2010.** Rio de Janeiro: IBGE, 2012.

_____. Sistema de Coordenação de Contas Nacionais. Rio de Janeiro: IBGE, 2017.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia Estatística; SEPLAN, Secretaria de Estado do Planejamento. **Contas regionais e municipais, Amapá 2015.** Macapá: IBGE/SEPLAN. 2017.

INTERNATIONAL LABOUR ORGANIZATION (ILO). **Employment, incomes and equality: A strategy for increasing productive employment in Kenia**. Genebra: ILO, 1972.

_____. **Resolution concerning statistics of employment in the informal sector, adopted by the 15th International Conference of Labour Statisticians**. In: International Conference of Labour Statisticians. Geneva: ILO, Jan. 1993.

_____. **Guidelines on a statistical definition of informal employment, adopted by the seventeenth International Conference of Statisticians of the Work (November - December 2003)**. In: Current International Recommendations on Labour Statistics, 2003 Edition. Geneva: ILO, 2003.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. de A. **Fundamentos de metodologia científica**. 7 ed. São Paulo: Atlas, 2010.

LAVILLE, J. L. (Org.). **Economía social y solidaria. Una visión europea**. Buenos Aires: Altamira, 2004.

LESSA, Daniela. Um alento para os sem-crédito. **Revista Rumos**, abr.; p.40. 2001.

LIMA, M. L. da S. **Microfinanças e inclusão social: um estudo de caso sobre microcrédito em municípios acreanos**. 2008. 87 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional) – Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação, Universidade Federal do Acre, Rio Branco – Acre, 2008.

MACIEL, H. M. **Dignóstico das Famílias Beneficiadas pelo Programa Microcrédito Rural (Agroamigo) no Estado do Ceará: Um Estudo de Caso**. 2009. 120f . Dissertação (Mestrado em Economia Rural) - Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2009.

MALUF, R. S. Atribuindo sentido(s) à noção de desenvolvimento. **Revista Estudos Sociedade e Agricultura**, n. 15, p. 53-86, 2000.

MANUAL DE REGULAMENTAÇÃO DAS MICROFINANÇAS. **BNDDES**. Ago/2000. Disponível em <<http://www.bndes.com.br>> Acesso em 22 set. 2017.

MARTINELLE, D. P. **Desenvolvimento local e o papel das pequenas e médias empresas**. Baueri- SP: Manole, 2004.

MARIANI, M. A. P.; ARRUDA, D. de O. **Território, territorialidade e desenvolvimento local: Um estudo de caso dos empreendimentos econômicos solidários de Corumbá/MS**. Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural, Ufms, Campo Grande - MS – Brasil: 2010.

MARTINS, R. D. A.; CALDAS, E. L. Uma análise comparada de experiências de desenvolvimento econômico local no Brasil. **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**, v. 5, n. 3, p. 70-93, 2009.

MENDES, M. S. V. **Microcrédito e qualidade de vida urbana: o caso dos tomadores do empréstimo no banparás/a – região metropolitana de Belém**. 2009. 75 f. Dissertação

(Mestrado em Desenvolvimento e Meio ambiente urbano) – Universidade da Amazônia, Belém, 2009.

MONZONI NETO, M. P. **Impacto em renda do microcrédito: uma investigação empírica sobre a geração de renda do crédito popular solidário (São Paulo Confia)**. 2006. 194 f. Tese (Doutorado em Administração Pública e Governo) Escola de Administração de Empresas de São Paulo. São Paulo, 2006.

MORAES, Z. S. et al. O microcrédito como instrumento de desenvolvimento social e econômico. In: 4º Congresso Brasileiro de Sistemas, 2008. **Anais...** Franca-SP, 2008.

MOREIRA, R. M.; ANTONELLO, I. T. **Precarização do trabalho – o microcrédito como possibilidade de desenvolvimento socioespacial**. RADEGA nº 23 – O Espaço Geográfico em Análise – UFPR – Departamento de Geografia – Curitiba, 2011.

MILANI, C. Teorias do Capital Social e Desenvolvimento Local: lições a partir da experiência de Pintadas (Bahia, Brasil). In: **Capital social, participação política e desenvolvimento local: atores da sociedade civil e políticas de desenvolvimento local na Bahia**. Escola de Administração da UFBA (NPGA/NEPOL/PDGS), 2005.

NERI, M. **Microcrédito, o Mistério Nordestino e o Grameen Brasileiro**. Rio de Janeiro: FGV/IBRE, CPS, 2008.

NIERDELE, P. A.; RADOMSKY, F. W. **Introdução às teorias do desenvolvimento**. 1 ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2016. 118 p.

NOGUEIRA, M. O. A problemática do dimensionamento da informalidade na economia brasileira. In: **Texto para discussão 2221** - Instituto de Pesquisa econômica aplicada. - Brasília: Rio de Janeiro: Ipea, p. 09. 2016.

OIT, Organização Internacional do Trabalho. **A economia informal e o trabalho digno: guia de recursos sobre as políticas**. Apoiar a transição para a formalidade. Publicações da OIT, 2002.

PAULA, J. **Políticas De Apoio Ao Desenvolvimento Local**. Disponível em: <<http://dowbor.org/mural/ldmural2.asp?cmdEnter=Consultar>> Acesso: em 10 fev. 2017. _____ . **Desenvolvimento local: como fazer?** Brasília: SEBRAE, 2008.

PARENTE, S. **Microfinanças: Saiba o que é Banco do Povo**. Brasília: Agência de Educação para o desenvolvimento, 2002.

PASSOS, A. F. dos. Et al. Focalização, sustentabilidade e marco legal: uma revisão da literatura de microfinanças. In: **Mercado de Trabalho: conjuntura & análise**, 18, Ipea/MTE, pp. 41-61, 2002.

PERDIGÃO, D. M; HERLINGER, M.; WHINTE, O. M. (coord.). **Teoria e Prática da Pesquisa Aplicada**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011.

Pesquisa nacional por amostra de domicílios, PNAD . **Síntese de indicadores 2015 / IBGE, Coordenação de Trabalho e Rendimento**. - Rio de Janeiro : IBGE, 2016.

_____. **Indicadores IBGE 2017/ IBGE, Coordenação de Trabalho e Rendimento**. Mercado de trabalho conjuntural, divulgação mensal- Rio de Janeiro : IBGE, 2017.

POCHMANN, M. **O emprego na globalização: a nova ordem internacional do trabalho e os caminhos que o Brasil escolheu**. São Paulo: Boitempo, 2001.

POTRICH, A. C. G.; RUPPENTHAL, J. E. **Empreendedorismo na informalidade: um estudo de caso no Shopping Independência de Santa Maria-RS**. GEPROS. Gestão da Produção, Operações e Sistemas, Bauru, Ano 8, nº 3, p. 2, jul-set/2013, p. 145-158.

PRODANOV, C. C.; FREITAS, C. C. **Metodologia do trabalho: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho**. 2. ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

RIBEIRO, D. A. **Microcrédito como Meio de Desenvolvimento Social**. 2009. 98 f. Dissertação (Mestrado Direito Empresarial) - Faculdade de Direito Milton Campos, Nova Lima, 2009.

RAMOS, C. A. Setor informal: do excedente estrutural à escolha individual. Marcos interpretativos e alternativas de política. **Rev. Econômica**, Rio de Janeiro, v.9, n.1, p.115-137, jun. 2007.

SANDRONI, P. **Dicionário de Economia do Século XXI**. Rio de Janeiro: Editora Record, 2015.

SANTOS, T. S. **Desenvolvimento local e artesanato: uma análise de dois municípios de Minas Gerais**. 2012. 128 f. Dissertação (Mestrado em Administração).– Universidade Federal de Lavras, Lavras, 2012.

SANTOS, E. L.; BRAGA, V.; SANTOS, R. S.; BRAGA, A. M. da S. Desenvolvimento: um conceito multidimensional. **Revista Eletrônica do Programa de Mestrado em Desenvolvimento Regional da Univeridade do Contestado**. p.47. DRd – Desenvolvimento Regional em debate. Ano 2, n. 1, jul. 2012.

SANTOS, V. D. S. **O Microcrédito como mecanismo de fomento para o desenvolvimento Socioeconômico**. 2006. 165 f. Dissertação (Mestrado em Gestão e Desenvolvimento Regional). p.124, 138, 144 – Universidade de Taubaté. Taubaté, 2006.

SOUSA, Kleber A.; OLAVE, Maria E. L.; SILVA, Maria da C.; Geração de negócios: um modelo sugerido para a incubadora de negócios em um centro de biotecnologia na Amazônia. In: **Anais do Simpósio de administração da produção, logística e operações internacionais**. São Paulo: Editora FGV/EAESP, 2010.

SCHNEIDER, F. ; BUEHN, A. ; MONTENEGRO, C. E. **New Estimates for the Shadow Economies all over the World**. International Economic Journal, v. 24, n. 4. Seoul: Korea International Economic Association, 2010.

SCHUMPETER, J. A. **História da Análise Econômica**. 3 ed. Rio de Janeiro: Missão Norte-Americana de Cooperação Econômica e Técnica no Brasil – USAID, 1964.

SEBRAE, Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas no Sebrae Amapá: **Relatório de Gestão**. Macapá: SEBRAE, 2014.

SEBRAE. **Participação das micro e pequenas empresas na economia brasileira, relatório executivo**. Sebrae, 2015.

SINGER, P. **Globalização e desemprego: diagnóstico e alternativas**. Petropolis: Vozes, 2008.

_____. **Uma Utopia Militante**. Petrópolis: Vozes, 2000.

SINGER, P.; SOUZA, A. R. (orgs.). **A Economia Solidária no Brasil – A Autogestão como Resposta ao Desemprego**. São Paulo: Contexto, 2000.

SILVA, C. M. B. C. O dilema do Estado ante a globalização e a economia informal: sonegação fiscal ou desemprego?. **Prim@ Facie International Journal**, ano 1, n. 1, jul./dez. 2002.

SILVA, R. V de M.; GÓIS, L. S. **As diferentes metodologias de microcrédito no mundo e no Brasil**. 2007. Disponível em: <http://www.mte.go.br/pnmpo/metodologias_mivrocredito.pdf> Acesso em: 04 out. 2016.

SOTO, H. **O outro caminho “a revolução informal”**. Costa Rica: Editorial the Black Sheep, 1987.

SOUZA, N. de J. de. **Desenvolvimento Econômico**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2012

TOSCANO, I. O jardim de caminhos que se bifurcam: o microcrédito no Brasil. In: **Seminário banco central sobre microcrédito**; Recife, PE – 27 set. 2002. Disponível em: <<http://www.polis.org.br/download/26.pdf>>. Acesso em: 22 dez. 2016.

VARIAN, H. **Microeconomia: princípios básicos**. 3 ed. Rio de Janeiro: Campus, 1994.

VALENTE, M. Do microcrédito às microfinanças. In: **Mercado de Trabalho – Conjuntura e Análise**, n.º 19. IPEA/MTE, pp. 9-10, 2002.

VAZ, J. C. Participación ciudadana, articulación de actores y desarrollo local: un análisis comparado de experiencias brasileras. **Revista Mercatec**, v. 43, p. 29-41, 2007.

VITTE, C. C. S. Gestão do desenvolvimento econômico local: algumas considerações. Interações. **Revista Internacional de Desenvolvimento Local**, Campo Grande, v.8.n 13. p. 77-78, 2006.

YUNUS, M. **O Banqueiro dos Pobres**. São Paulo: Editora Ática, 2008.

APÊNDICE A – INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS DA PESQUISA



O presente inquérito se destina analisar a contribuição do microcrédito concedido pela Agência de Fomento do Amapá – AFAP através da linha de crédito AMASOL no ano de 2015 para o fomento do desenvolvimento local na cidade de Macapá. Todas as informações recolhidas serão tratadas respeitando o anonimato e a confidencialidade das informações pessoais dos participantes.

FORMULÁRIO ENTREVISTA TOMADORES DE CRÉDITO AFAP LINHA AMASOL 2015

Região: _____ Número do Formulário: _____ Nome do beneficiário: _____ Endereço: _____ Nº _____ Bairro _____ Cidade: _____ Telefone: _____ E-mail _____	
PERFIL SÓCIO ECONÔMICO	
1- Estado Civil: 1.() Solteiro(a) 2.() Casado(a) 3.() União Estável (a) 4.() Separado(a)/Divorciado(a) 5.() Outros	
2- Sexo: 1.() Masculino 2() Feminino	
3 Faixa - Etária do entrevistado: (1) 16 - 19 anos (2) 20 - 29 anos (3) 30 - 39 anos (4) 40 - 49 anos (5) 50 - 59 anos (6) acima de 60 anos.	
4- Indique o nível de instrução mais elevado que concluiu. Escolha apenas uma das opções seguintes: 1.() Não sabe ler, nem escrever 6.() Ensino Superior Completo (Graduação) 2.() Ensino Fundamental completo 7.() Ensino Superior incompleto (Graduação) 3.() Ensino Fundamental incompleto 8.() Mestrado 4.(...) Ensino Médio incompleto 9.() Doutorado 5.() Ensino Médio Completo	
5. Número total de pessoas que moram com você? _____ 5.1 Quantas pessoas contribuem com a renda familiar? _____ 5.2. Renda domiciliar - incluindo a renda de todos os membros da família (Salário Mínimo Vigente R\$ 937,00): (1) Até 1 salários (até R\$ 937,00) (2) De 2 a 3 salários (até R\$ 2.811,00) (3) De 4 a 5 salários (R\$ 4.685,00) (4) De 5 a 10 salários (até R\$ 9.370,00) (6) Mais de 10salários (6) Não sabe ou não quis responder	
6. Número de filhos dependentes financeiramente: _____	6.1 Faixa de idades dos filhos: 1 () até 10 anos 2. () de 10 a 15 anos 3. (...) de 15 a 20 anos 4. (...) de 20 a 30 anos 5. (...) acima de 30 anos.
7.Outros dependentes (se houver listar) _____ _____	
8 Principal atividade geradora de renda da família? 1() Agricultura 5 () Emprego no setor privado 9() Serviços Gerais/Bico 2() Pecuária 6 () Serviços domésticos 10 () Empreendimento comercial 3() Pesca 7 () Serviço público 11() Extrativismo 4() Aposentadoria 8 () Atividade Autônoma 12 () sócio/proprietário de empresa 13() Outra. Qual? _____ 14.() Não sabe ou não quis responder	
8.1 Recebe alguma auxilio (BOLSA) do governo? 1.() sim 2.() Não Se sim, qual? _____	
9. Condição da casa: _____	

1.() Própria	2.() Alugada	3.() Cedida	4.() Outro
9.1 Número de cômodos: _____			
9.2 . Material: 1.() Madeira			
2.() Alvenaria			
3.() Mista (M/A)			
4.() Outro			
10. Equipamentos que possui:			
() 1. Automóvel	() 7. Fogão	()12. Ventilador	
() 2. Motocicleta	() 8. Televisão	()13. Celular	
() 3. Bicicleta	() 9. Aparelho de DVD	() 14.Computador	
() 4. Embarcação motorizada	() 10. Aparelho de som	()15. Máquina de Lavar	
() 5. Geladeira	()11.Ar condicionado/central	()16.Antena parabólica	
() 6.Freezer			
DIAGNOSTICO DA ATIVIDADE			
11. Qual atividade desempenha? _____			
11.1 Setor econômico que atua: 1 () Comércio			
2. (...). Serviço			
3.(...) Agropecuário			
4.() Industria			
11.2. Há quanto tempo trabalha com essa atividade em Macapá? _____			
11.3 Quantas pessoas trabalham com Senhor (a)? _____ Quantos são da família: _____ Quantos não são familiares _____			
11.4. Valor bruto gerado na atividade R\$ _____			
11.5 Lucro gerado na atividade R\$ _____			
12. Principais dificuldades enfrentadas na atividade? (marcar até 3)			
() Crise da economia	() Falta de capital financeiro		
() Burocracia para se legalizar	() Falta de espaço próprio para o negócio		
() Impostos elevados	() Dívidas acumuladas		
() Dificuldade de acesso a crédito	() Falta de qualificação profissional		
(...) Falta de incentivo do governo	() Outros: _____		
() Falta de fornecedor local	() Não sabe ou não quis responder		
12.1 Trabalha de forma legalizada? 1.() Sim 2.()Não (OBS: se a resposta for sim pular para 12.3)			
12.2. Motivos para não legalização do seu negócio? (marcar até 3)			
() Burocracia	() outros: _____		
() Não sabe como proceder			
() Taxas elevadas			
(...) Porque demora			
() Não tem recurso para se legalizar			
() Não sabe ou não quis responder			
12.3. Localização dos fornecedores?			
1.() Fornecedor Local			
2.() Fornecedor Fora do Estado			
3.() Fornecedor local e Fora do Estado			
12.4 Quantos fornecedores possui? _____			
13. Indique o grau de importância da renda gerada na sua atividade.			
1.() insignificante			
2.() pouca importância			
3() indiferente			
4.() importante			
5.() muito importante			
6() Não sabe ou não quis responder			
14. Quais as vantagens de se criar ou fundar uma empresa?.			
1 () Não é vantajoso			
2. () Pouco Vantajoso			
3. () É vantajoso			
4. () Totalmente vantajoso			
5.() Não sabe ou não quis responder			
O CONTRIBUTO DO MICROCRÉDITO			

15 . Adquiriu algum bem após ter acessado microcrédito:1.() Sim 2.() Não					
15.1. Se sim, Quais? _____					
16. Em relação ao acesso ao microcrédito indique o grau de importância dos motivos que lhe levaram a buscar esse financiamento.					
	1	2	3	4	5
Sendo 1 insignificante, 2 pouco importante, 3 indiferente, 4 importante, 5 muito importante					
Obter independência pessoal					
Possibilidade de colocar em prática as suas próprias ideias					
Encorajamento familiar e de amigos					
Conseguir um patrimônio pessoal					
Prestígio ou status					
Independência econômica					
Flexibilidade de horário					
Conhecimento de outras experiências de sucesso					
17. Comparando com a SITUAÇÃO ANTES DO ACESSO AO MICROCRÉDITO, qual foi a evolução da sua RENDA MENSAL?					
Renda Mensal	Diminuiu muito	Diminuiu pouco	Não diminuiu nem aumentou	Aumentou ou pouco	Aumentou muito
Renda própria bruta					
Renda familiar bruta					
Em termos totais					
18. Para cada item indique se houve impactos socioeconômicos em sua vida causadas pela obtenção do Microcrédito na linha AMASOL.				Sim	Não
Criação do próprio emprego/negócio					
Aumentou a renda familiar					
Melhorou as condições de vida da família					
Possibilitou atividades de lazer da família					
Aumento a sua autoestima e/ou das pessoas da sua família					
Maior facilidade de relacionamento com os seus amigos, vizinhos e a sociedade em geral					
Melhoria nas suas competências e qualificações profissionais					
Considera que o acesso ao microcrédito contribuiu para o desenvolvimento social e econômico da sua família					
DIFICULDADES ENFRENTADAS PARA ACESSO AO MICROCRÉDITO					
19. Indique as principais dificuldades enfrentadas para acessar o Microcrédito na linha AMASOL.				Sim	Não
Falta de conhecimento					
Falta de orientação e divulgação de informações sobre o acesso ao microcrédito					
Burocracia					
Exigências de garantias reais					
Muitos documentos exigidos					
Necessidade de Avalista					
Falta de linhas de crédito para atender os empreendedores informais					
Taxas de juros elevadas					
Margem de crédito muito baixa					
Não possuir restrição financeira (SPC/SERASA/Outros)					
Ter ou criar vínculo com o banco					

Endividamento a longo prazo		
Formas de prazos de pagamento inadequados a sua condição		
20. Qual o valor do crédito concedido pela AFAP? _____		
21. O valor foi suficiente para atender as demandas do negócio? 1. () Sim 2. () Não		
21.1 Se não, qual valor seria? _____		
22. Faria renovação do crédito concedido pela AFAP? 1. () Sim 2. () Não		
22.1. Se sim ou não por que? _____		
23. As condições do crédito ofertado pela AFAP foram boas? 1. () Sim 2. () Não		
23.1 Se sim ou não, por quê? _____		
24. Além da AFAP procurou outras instituições para ter acesso ao microcrédito? 1. () Sim 2. () Não		
24.1 Se sim, qual instituição? _____ 24.2 Conseguiu o crédito? 1. () Sim 2. () Não		
25. Na sua opinião o sucesso do seu negócio é importante para o desenvolvimento da cidade de Macapá? 1. () Sim 2. () Não		
25.1 Explique com suas palavras o por quê? _____ _____		
26. Na sua opinião o acesso ao microcrédito contribuiu para o desenvolvimento social e econômico da sua família 1. () Sim 2. () Não		
26.1 Se sim ou não, explique com suas palavras o por quê? _____ _____		

Macapá, _____ de _____ de 2017.

Assinatura do entrevistado

Muito obrigado(a) pela sua colaboração

APÊNDICE B - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO/MESTRADO EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL - MDR**

Declaro, por meio deste termo, que concordei em ser entrevistado e participar da pesquisa de campo referente ao projeto pesquisa intitulado “A contribuição do microcrédito concedido pela Agência de Fomento do Amapá - AFAP para o fomento do desenvolvimento local” desenvolvida por Franquiléia Lima Bezerra. Fui informado, ainda, de que a pesquisa é orientada pelo professor Dr. Antônio Sergio Filocreão, a quem poderei contatar ou consultar a qualquer momento que julgar necessário através do telefone nº 99971-3098 ou e-mail: filocrea@unifap.br

Afirmo que aceitei participar por minha própria vontade, sem receber qualquer incentivo financeiro ou ter qualquer ônus e com a finalidade exclusiva de colaborar para o sucesso da pesquisa. Fui informado dos objetivos estritamente acadêmicos do estudo, que, em linhas gerais é no sentido de Compreender o Impacto do Microcrédito no Desenvolvimento do Amapá.

Fui também esclarecido de que os usos das informações por mim oferecidas estão submetidos às normas éticas destinadas à pesquisa envolvendo seres humanos, da Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP) do Conselho Nacional de Saúde, do Ministério da Saúde.

Minha colaboração se fará de forma anônima, por meio de uma entrevista estruturada com base no roteiro de perguntas, assim como observação, análise documental e gravação específica, gravada a partir da assinatura desta autorização. O acesso e a análise dos dados coletados se farão apenas pela pesquisadora e seu orientador.

Fui ainda informado de que posso me retirar dessa pesquisa a qualquer momento, sem prejuízo para meu acompanhamento ou sofrer quaisquer sanções ou constrangimentos.

Atesto recebimento de uma cópia assinada deste Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, conforme recomendações da Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP).

Macapá, ____ de _____ de ____

Assinatura do participante: _____

Assinatura da pesquisadora: _____